

TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE

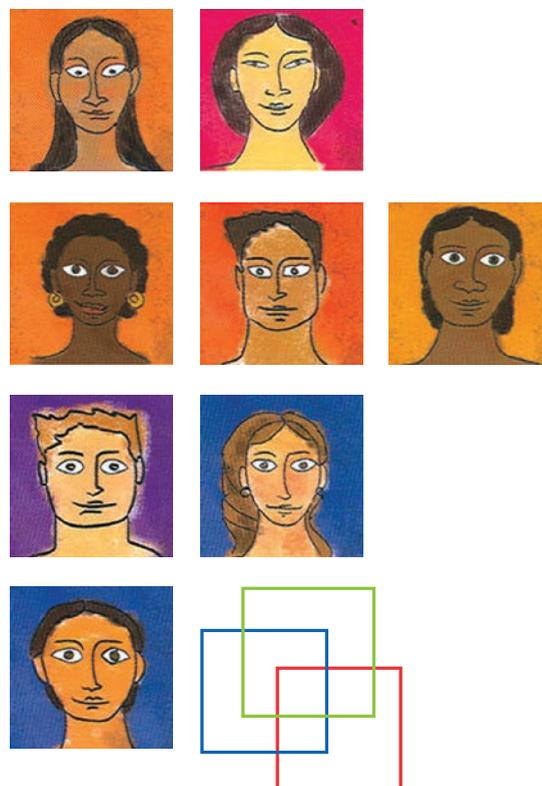


Organização
Internacional
do Trabalho

100
1919-2019

SÉRIE: TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA O TRABALHO

Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho: Padrões e Determinantes



Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho: Padrões e Determinantes

Nadya Araujo Guimarães

Leticia Marteleto

Murillo Marschner Alves de Brito

Organização Internacional do Trabalho | Brasília

Dezembro de 2018



Sumário

Prefácio	07
Agradecimentos	09
Introdução	11
1. Pontos de partida	13
2. Calendarizando percursos.....	15
3. Identificando padrões de percurso	29
4. Explorando associações entre padrões e perfis	39
5. Transição, transições: dinâmicas da m/parentalidade e das uniões maritais nos percursos dos jovens	55
6. Transição, transições: discutindo alocação de tempo entre estudo e trabalho de jovens no Brasil	71
7. Considerações finais	89
Referências.....	93

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Variação mensal quanto à situação dos jovens face ao mercado de trabalho (Brasil, 2013)	18
Gráficos 2. Painel. Variação mensal na situação dos jovens face ao mercado de trabalho, por grupos de idade	
Gráfico 2.1 – Os “Adolescentes” (Menores que 17 anos)	19
Gráfico 2.2 – Os “Jovens” (Entre 18 e 24 anos).....	20
Gráfico 2.3 – Os “Jovens-Adultos” (Entre 25 e 29 anos)	20



Gráficos 3.	Painel. Variação mensal na situação dos jovens face ao mercado de trabalho, segundo grupos de renda (Brasil, 2013)	
	Gráfico 3.1 – Jovens com mais baixa renda (até 2 salários-mínimos)	21
	Gráfico 3.2 – Jovens com renda média (entre 2 e 5 salários mínimos).....	22
	Gráfico 3.3 – Jovens com renda alta (mais que 5 salários-mínimos).....	22
Gráficos 4.	Painel. Variação mensal na situação face ao mercado de trabalho entre jovens brancos, segundo o sexo (Brasil, 2013)	
	Gráfico 4.1 – Jovens brancos	24
	Gráfico 4.2 - Jovens brancas.....	24
Gráficos 5.	Painel. Variação mensal na situação face ao mercado de trabalho entre jovens negros, segundo o sexo (Brasil, 2013)	
	Gráfico 5.1 – Jovens negros	25
	Gráfico 5.2 – Jovens negras	26
Gráficos 6.	Painel. Variação mensal na situação dos jovens face ao mercado de trabalho, segundo local de residência (Brasil, 2013)	
	Gráfico 6.1 – Jovens residentes em áreas urbanas	27
	Gráfico 6.2 – Jovens residentes em áreas rurais	27
Gráfico 7.	Classe 1 – Adolescentes em formação (28,4% dos casos).....	32
Gráfico 8.	Classe 2 – Os recém-chegados: Jovens com experiência recente e variada (23,9% dos casos).....	33
Gráfico 9.	Classe 3 – Jovens em trânsito para o assalariamento (22% dos casos).....	34
Gráfico 10.	Classe 4 – Jovens com inserção estável e estruturada (11,3% dos casos)	35
Gráfico 11.	Classe 5 – Jovens adultos negros com longa inserção no trabalho e maior risco de desemprego (7,5% dos casos).....	36
Gráfico 12.	Classe 6 – Jovens adultos com inserção mais recente e maior comando sobre a circulação no mercado (6,9% dos casos).....	37
Gráfico 13.	Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET de acordo com atributos individuais (bloco 1).....	48
Gráfico 14.	Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET de acordo com a posição no ciclo de vida (bloco 2)	49
Gráfico 15.	Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET de acordo com características da inserção do jovem no mercado de trabalho (bloco 3).....	50
Gráfico 16.	Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET de acordo com características do domicílio de origem (bloco 4).....	51
Gráfico 17.	Proporção de Jovens mulheres pela idade ao nascimento do primeiro filho, Brasil 2013.....	60



Gráfico 18.	Proporção de jovens homens pela idade ao nascimento do primeiro filho, Brasil 2013	60
Gráfico 19.	Probabilidades preditas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade ao nascimento do primeiro filho. Mulheres, Brasil 2013	65
Gráfico 20.	Probabilidades preditas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade à primeira união conjugal. Mulheres, Brasil 2013	67
Gráfico 21.	Probabilidades preditas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade ao nascimento do primeiro filho. Homens, Brasil 2013	68
Gráfico 22.	Probabilidades preditas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade à primeira união conjugal. Homens, Brasil 2013	68
Gráficos 23.	Painel. Probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo, por sexo e raça, em cada população de interesse	78
Gráficos 24.	Painel. Probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo, por sexo e origem social, em cada população de interesse	82
Gráficos 25.	Painel. Probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo, por sexo e natalidade, em cada população de interesse	86

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Os tipos de trajetórias agregadas	31
Tabela 2.	Grau de associação entre as classes de trajetórias e os atributos individuais	41
Tabela 3.	Grau de associação entre as classes de trajetórias e posição no ciclo de vida	43
Tabela 4.	Grau de associação entre as classes de trajetórias e a qualidade da inserção ocupacional	45
Tabela 5.	Grau de associação entre as classes de trajetórias e características do domicílio de origem	46
Tabela 6.	Médias e proporções, por sexo	61
Tabela 7.	Proporções em classes de trajetórias, por variáveis independentes e sexo	62
Tabela 8.	Resultados de modelos multinomiais nas amostras simples e pareadas—nascimento do primeiro filho na adolescência. Mulheres	64
Tabela 9.	Resultados de modelos multinomiais nas amostras simples e pareadas—primeira união conjugal na adolescência. Mulheres, Brasil 2013	66
Tabela 10.	Estatísticas descritivas para as populações de interesse	77





Prefácio

O presente texto é fruto de um processo de colaborações e discussões coordenadas pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília no marco do projeto internacional de pesquisa comparativa sobre “A Transição da Escola para o Trabalho dos/das Jovens no Brasil” (TET) financiado pela Fundação Mastercard

Oficinas foram realizadas a partir de 2013, envolvendo um processo de construção de um Conselho Consultivo da Pesquisa TET composto de representantes técnicos de organizações atuantes sobre o tema, incluindo: o Ministério de Trabalho e Emprego; o Ministério de Desenvolvimento Social; o Ministério de Educação; a Secretaria Nacional de Juventude; IBGE; IPEA e DIEESE. O Conselho Consultivo analisou o questionário padrão da pesquisa TET, adequando o instrumento para a realidade brasileira e validando a metodologia. O questionário foi aplicado em entrevistas presenciais realizadas com uma amostra representativa nacional de 3.288 jovens.¹

Além de outros estudos realizados utilizando o banco de dados TET, o presente estudo adotou uma abordagem inovativa, de calendarização dos dados de cada jovem entrevistado/a. Essa metodologia possibilitou a criação de um novo banco de dados com o qual foi possível realizar uma análise longitudinal, permitindo assim a identificação de diferentes percursos dos/das jovens, e as várias transições educacionais, demográficas e laborais seguidas. Essas transições, por sua vez, influenciaram as trajetórias ocupacionais e a possibilidade de alcançar uma inserção no mercado de trabalho em condições de trabalho decente. Com essas informações, as/os autores criaram uma tipologia de transições ocupacionais, com atenção especial aos marcadores sociais que diferenciam entre dos/das jovens na amostra.

Entre os importantes achados desse estudo, sobressai a compreensão que não existe apenas uma transição juvenil: são diversas transições (educacionais, demográficas e laborais) que influenciam as trajetórias juvenis. Além disso, na maioria dos casos, as trajetórias não são lineares: são trajetórias heterogêneas que marcam a passagem à vida adulta e a forma da sua relação com o mundo do trabalho.

Outros achados incluem a importância da conciliação para jovens. A maioria da juventude brasileira precisa conciliar os estudos com o trabalho. Quando a conciliação inclui também as responsabi-

1 O questionário foi aplicado pela empresa Gustavo Venturi Associados em junho de 2013.



dades familiares (o cuidado de irmãos, idosos e/ou dos seus próprios filhos) ela tende a se tornar insustentável. A pesquisa sugere que muitos casos de chamados Nem Nem (jovens que não tem acesso a educação, nem formação profissional, nem inserção no mercado de trabalho) são jovens com dificuldade de conciliação dessas diversas demandas, a maioria sendo jovens mulheres. Esse achado levanta a demanda para políticas públicas formuladas com uma sensibilidade para questões de gênero, raça e para as necessidades de jovens em condições de risco social.

O banco de dados da pesquisa TET, o questionário TET e os estudos que surgiram desse projeto e outras atividades afins podem ser acessados no seguinte website: https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm

Os achados dessa pesquisa levantem implicações importantes para formuladores de políticas públicas como para o público acadêmico e de especialistas que tratam dos temas de juventude e o mundo do trabalho. Espero que esse texto possa estimular discussões e reflexões entre essas políticas públicas.

Martin Hahn

Diretor
Escritório da OIT em Brasília



Agradecimentos dos Autores

Este texto foi produzido para o Escritório da OIT em Brasília, em colaboração com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), para análises complementares dos dados da pesquisa TET – “Transição da Escola para o Trabalho (TET) dos/das Jovens no Brasil”. Mais do que um contrato de serviços, o desenvolvimento deste estudo foi uma experiência que revelou a conjunção de alvos, de ideias e do compromisso em construir as condições para assegurar o trabalho decente para os jovens brasileiros.

Os resultados aqui apresentados beneficiaram-se da troca intelectual e da cooperação previamente estabelecidas entre os autores. A possibilidade desse trabalho conjunto foi inicialmente testada no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), um dos centros de pesquisa, inovação e difusão mantidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e sediado no Cebrap. Juntos estivemos no projeto Fapesp/University of Texas, Austin “Educational inequalities, work transitions and social inclusion in Brazil”, coordenado por Nadya Araujo Guimarães e Leticia Marteleto. Naquela ocasião descobrimos o prazer dessa troca intelectual.

O Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, o Cebrap e o Population Research Center da University of Texas, Austin, nos asseguraram o respaldo institucional necessário para que todos os recursos (humanos e financeiros) pudessem ser mobilizados em nosso favor. Mas há que se creditar a Mariza Nunes, pelo lado do Cebrap, e a Sônia Levi, pelo lado da OIT em Brasília, os louros da boa gestão operacional.

O desenvolvimento das análises aqui apresentadas não teria sido possível sem o cuidadoso suporte técnico de Paulo Henrique da Silva (sociólogo da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Brasília e parceiro do Cebrap) e de Aída Villanueva (doutoranda da University of Texas, Austin).

Os autores agradecem, igualmente, os lúcidos comentários e boas ideias vindos de diferentes grupos de colegas. Primeiro deles, o Conselho Consultivo da Pesquisa TET, em suas oficinas realizadas no Escritório da OIT em Brasília, em dezembro de 2014 e maio de 2015; especiais agradecimentos a Laís Abramo (à época Diretora da OIT em Brasília), Anne Posthuma (OIT em Brasília), Maria Carolina Aragão (OIT em Brasília), Paula Montagner (MDS), Gustavo Venturi (USP), Helena Abramo (SNJ), Enid Rocha (IPEA), Carlos Henrique Corseuil (IPEA) e Carla Corrochano (FSCar). Boas ideias foram generosamente compartilhadas também pelos colegas do Cebrap e do CEM quando do Seminário realizado em São Paulo, em 29 de julho de 2015; especialmente aquelas recebidas de Alvaro Comin, comentarista principal do nosso texto. Também nos foram muito úteis as sugestões dos colegas do



Lozano Longo Institute for Latin American Studies (LILLAS) e do Brazil Center, quando dos seminários realizados na University of Texas, em 13 e 15 de outubro de 2015. Finalmente, agradecimentos são igualmente devidos à audiência mais ampla, formada por usuários, produtores de dados, gestores de políticas públicas, movimentos sociais e acadêmicos, que acorreram ao Seminário de Disseminação de Resultados, promovido pela OIT em Brasília, realizado na Universidade de São Paulo, em 21 de setembro de 2016.

Naturalmente, todas as lacunas e imprecisões que ainda subsistam no texto são da nossa inteira e exclusiva responsabilidade.

Nadya Araujo Guimarães²

Leticia Marteleto³

Murillo Marschner Alves de Brito⁴

2 Professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisadora I-A do CNPq no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Cebrap. E-mail: nadya@usp.br

3 Professora do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Brazil Center e do Population Research Center da University of Texas, Austin. E-mail: marteleto@prc.utexas.edu

4 Professor do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pesquisador associado ao Centro de Estudos da Metrópole, Cebrap. E-mail: murillo-marschner@puc-rio.br



Introdução

Este estudo tem um alvo: caracterizar os percursos dos jovens brasileiros no mercado de trabalho e refletir sobre alguns dos seus principais correlatos. Tais percursos foram identificados a partir dos dados colhidos no marco do projeto coordenado pelo Escritório da OIT em Brasília sobre o tema “A Transição da Escola para o Trabalho dos/das Jovens no Brasil” (TET), que aplicou presencialmente um questionário numa amostra representativa nacional de 3.288 jovens em junho de 2013.⁵

Para melhor apresentarmos os resultados, estruturaremos o desenvolvimento do argumento em seis seções, além desta “Introdução” e das “Considerações finais”. Na primeira, fixaremos os nossos “Pontos de partida”, procurando aclarar as preliminares teóricas assumidas e justificando a importância da abordagem longitudinal no estudo das formas de inserção ocupacional dos jovens. Na segunda seção, “Calendarizando percursos”, apresentamos o modo como foram produzidas as informações longitudinalizadas as quais, na seção 3, “Identificando padrões de percurso”, permitirão que se apresente uma tipologia das transições ocupacionais dos jovens da nossa amostra. Na seção 4, intitulada “Explorando associações entre perfis e percursos”, trataremos de modo mais detido das variáveis que se associam aos tipos de trajeto, de maneira a caracterizar os jovens que os perfazem. As duas últimas seções, sugestivamente denominadas “Transição, transições” visam sublinhar a heterogeneidade social que marca os modos de passagem para a vida adulta, afirmando o seu sentido plural. Na seção 5, exploraremos as “Dinâmicas da m/parentalidade e das uniões maritais nos percursos dos jovens no Brasil”; ou seja, mostraremos os elos entre padrões de trajetória laboral e eventos demográficos. Já na seção 6, o nosso pleito em favor da pluralidade das transições juvenis se ancorará na análise de uma outra dimensão crucial para entendermos esse momento do ciclo de vida. “Discutindo alocação de tempo entre estudo e trabalho de jovens no Brasil” trata do impacto da dinâmica educacional sobre as trajetórias laborais juvenis, esquadrinhando os seus correlatos sociais.

Tal como estruturado, o trabalho visa empreender um movimento analítico que inicia-se identificando as trajetórias no mercado laboral para, em seguida, observá-las à luz das transições demográficas e educacionais (ou, melhor dito, de eventos que as estimam), fechando, assim, o ciclo das múltiplas

5 Mais detalhes sobre a pesquisa TET-“Transição da escola para o trabalho dos jovens no Brasil” podem ser obtidos em Venturi e Torini (2014).



interações entre as dimensões laboral, educacional e demográfica. Este é o desafio analítico que nos propusemos a enfrentar.

Não é demais sublinhar que o retrato aqui delineado com respeito aos jovens que tinham idade para se apresentar ao mercado brasileiro de trabalho no período 2000–2013 circunscreve-se a um momento muito particular. Com efeito, grande parte das suas experiências ocupacionais transcorreram numa conjuntura econômica de crescimento e, sobretudo, de sistemático aumento da oferta de postos de trabalho; mais ainda, de postos de trabalho protegidos por um contrato formal. Esse foi um momento marcado pela ampliação do acesso à escola, em todos os seus níveis, e que se expressa seja na universalização do ensino fundamental, seja na expansão significativa do acesso ao ensino médio, seja na notável (dado o restrito ponto de partida) incorporação juvenil ao ensino superior, mesmo se notadamente privado. Por fim, presenciamos, nesses mesmos anos, a consolidação da queda na fecundidade, notável por sua rapidez, e que deixou o Brasil dos anos 2010 com padrão abaixo do nível de reposição da população, traço surpreendente se pensarmos as condições em que gerações anteriores viveram a sua passagem à vida adulta.

Sendo assim, ao se defrontar com os resultados da análise que apresentaremos em seguida, o leitor deve ter sempre em mente a singularidade do lapso de tempo recoberto. Flagramos, com esse estudo, um momento especial da sociedade brasileira no que concerne à sua dinâmica ocupacional, educacional e demográfica, três dimensões-chave quando refletimos sobre as condições sob as quais transcorre a transição para a vida adulta. Por isso mesmo, se comparada a outras coortes que fizeram suas transições em momentos anteriores, a geração de jovens cujos percursos iremos doravante apresentar vivenciou um contexto muito especial, dada a multiplicidade de chances que lhe foram abertas.



1

Pontos de partida⁶



estudo da inserção ocupacional dos jovens é um tema que coloca uma ampla gama de desafios analíticos que têm mobilizado o interesse da literatura acadêmica. Por isso mesmo, convém deixar assentes alguns dos nossos entendimentos a respeito, pois deles decorrem as decisões operacionais que sustentaram a análise.

Em primeiro lugar, sabemos que as transições ocupacionais dos jovens não apenas tendem a ser mais intensas que as dos adultos, como também estão propensas a envolver movimentos que incluem passagens pela inatividade. Elas compreendem, por isso mesmo, eventos de ocupação, de desemprego e de inatividade, que se espera sejam tanto menos recorrentes quanto mais se avance em direção à vida adulta. Por tal razão, a análise longitudinal dos percursos tem se revelado uma ferramenta especialmente elucidativa dessa pluralidade de movimentos juvenis em busca da inserção econômica.

Mas, há que se ter também em mente que a história laboral dos jovens acontece paralelamente a outros eventos que lhes são igualmente importantes. Por certo, o enlace entre dimensões da vida não é uma característica exclusivamente juvenil. Entretanto, entre os mais jovens, tais eventos transcorrem num período em que se localizam outras transições relevantes ao curso da vida, porque decisivas no seu processo de autonomização de status (Alisson, 1984; Elder, 1985). O acúmulo de escolarização formal através das transições localizadas no sistema educacional; a entrada e a circulação no mundo do trabalho, e a transição entre situações ocupacionais; a mudança na condição domiciliar, com a saída do domicílio de origem, associada ou não com as experiências da nupcialidade e da parentalidade, são, todos esses, exemplos de fenômenos típicos dessa fase do ciclo de vida. O modo como transcorrem e se enlaçam tais acontecimentos determina a estrutura de oportunidades que se apresentará aos jovens em termos de alcance educacional, ocupacional e de chances de mobilidade social, com consequências importantes para a sua posição social na vida adulta. Esses nexos têm sido investigados na literatura internacional (SHAVIT; BLOSSFELD, 1993; SHAVIT, MÜLLER, 1998; ROKSA; VELEZ, 2010), mas também foram documentados para o caso brasileiro (TORCHE; RIBEIRO,

6 Conquanto esta seção tenha sido concebida em equipe, a responsabilidade pela redação das análises foi de Nadya Araujo Guimarães.



2010; SILVA; HASENBALG, 2003; MARTELETO; SOUZA, 2012). Não perdê-los de vista, atualizando o nosso conhecimento para distintos países e em diversas conjunturas é central, portanto, quando se trata de entender as vicissitudes dos jovens nas sociedades contemporâneas.

Mas, há um terceiro desafio analítico que balizou o desenho da nossa análise. Eventos educacionais, laborais e demográficos não acontecem em uma sequência específica, cuja ordem possa ser pre-determinada. Ao contrário, as trajetórias juvenis são heterogêneas e caracterizam-se pela riqueza de experiências nelas envolvidas: estudam e trabalham ao mesmo tempo, saem da escola e mais tarde retornam, começam o primeiro emprego e retornam à escola. Esses são, entre muitos outros, alguns possíveis enlacs entre trajetos laborais, escolares e familiares. Entendê-los supõe o uso de arcabouços conceituais e metodológicos que levem em conta essa específica natureza. Por isso mesmo, muito embora neste texto estejamos precipuamente voltados para identificar padrões de transição dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, nossas medidas operacionais evitaram conferir exclusividade à dimensão da inserção ocupacional, ou mesmo tomá-la como indicador único da transição para a vida adulta. Ao contrário, assumimos que a transição para a vida adulta só pode ser entendida se a capturarmos como um movimento que intersecciona múltiplas transições: as transições educacionais, as transições na condição familiar, as transições no mercado de trabalho. Só assim será possível ressaltar as especificidades brasileiras concernentes aos padrões de inserção ocupacional de jovens, em seus elos com a dinâmica particular do nosso mercado de trabalho, da estruturação e da acessibilidade aos diversos níveis educacionais e das mudanças na posição na família e nas responsabilidades familiares (HASENBALG, 2003; COMIN; BARBOSA, 2011; RIBEIRO, 2011; ALVES DE BRITO, 2014; MARTELETO; SOUZA, 2012). Daí derivam padrões específicos de trajetórias (e transições) entre os jovens e os jovens adultos brasileiros (GUIMARÃES, 2006).

Finalmente, assumimos que as trajetórias juvenis são socialmente segmentadas de acordo com mecanismos específicos à nossa sociedade. Marcadores sociais que diferenciam internamente os jovens brasileiros serão considerados adiante como variáveis importantes no entendimento da distribuição dos indivíduos por tipos de percurso. Entre eles se destacam a idade, o sexo, a condição racial, a residência urbano-rural e as características socioeconômicas do domicílio em que vivem.



2

Calendarizando percursos^{7 8}

Construir a análise longitudinal dos percursos dos jovens brasileiros requereu, como primeiro passo, montar um calendário dos seus eventos ocupacionais, que sistematizasse a situação no mercado de trabalho, mês a mês, de cada um dos entrevistados em junho de 2013. O calendário é, na verdade, uma matriz construída a partir de três variáveis: as diferentes alternativas de situação no mercado de trabalho (14 no total, vide Encarte 1)⁹, vividas por todos os 3.288 jovens da nossa amostra, ao longo dos meses para os quais temos informação (que são 282, contados a partir de março de 1990, quando o primeiro evento ocupacional foi identificado).

Três observações se fazem necessárias para esclarecermos não apenas as potencialidades da base de dados OIT/TET, mas alguns dos seus limites, que constroem esse tipo de análise, dadas as características do questionário levado a campo.

Primeira. Ao fixar em três meses o lapso mínimo de tempo para que uma dada atividade pudesse ser considerada como um evento ocupacional, a pesquisa TET produziu uma subenumeração das experiências laborais dos nossos jovens. Sabemos que, no Brasil, é comum existirem vínculos de trabalho mais curtos que o mínimo estabelecido pela TET; isso ocorre especialmente entre os jovens que se ocupam no trabalho temporário.¹⁰ E, de fato, vemos que, na amostra de entrevistados, 90% dos

7 Conquanto esta seção tenha sido concebida em equipe, a responsabilidade pela redação das análises foi de Nadya Araujo Guimarães.

8 Para tranquilidade do leitor menos afeito a discussões de natureza técnico-metodológica, procuramos, ao longo do texto, reduzir ao imprescindível o detalhamento operacional. Sempre que possível, apresentaremos as informações mais técnicas na forma de encartes.

9 Para identificar a situação de cada indivíduo no mercado de trabalho utilizamos as questões: C15 – “Qual das seguintes atividades melhor corresponde ao que você estava fazendo?” e C18 – “Você está/estava empregado na base de?”. Na base de dados, essas variáveis aparecem replicadas para cada evento e para cada intervalo entre eventos. Para localizar no tempo cada evento, de modo a construirmos o calendário, foram utilizadas as questões C14 – “Data do início”, C17 – “Quanto tempo durou essa atividade”, C16 – “Ainda desenvolve essa atividade?”, além da questão B2 – “Idade”. A íntegra do questionário está disponível em https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_638339/lang--pt/index.htm

10 No Brasil, se considerarmos aqueles empregados por agências de emprego e empresas de trabalho temporário (segmento no qual dois em cada três trabalhadores são jovens), o tempo médio dos vínculos é menor que três meses (cf. GUIMARÃES; CONSONI; BICEV, 2013; GUIMARÃES; VIEIRA, 2015).



jovens ainda não tinham tido, aos 14 anos, experiência de trabalho que houvesse durado mais que três meses. Ademais, como o questionário foi montado tendo como início da trajetória no mercado de trabalho o primeiro evento de ocupação, e não a procura inicial de trabalho, não temos informação bem definida para a maioria daqueles em idades inferiores aos 14 anos.

Segunda lacuna. Como o ponto de partida para a coleta da história laboral do entrevistado é o primeiro evento ocupacional com mais que três meses de duração, inexistente informação que permita caracterizar o tempo de procura que antecedeu o primeiro trabalho, uma lacuna que, felizmente, inexistente para os subsequentes vínculos. Ou seja, há um vazio de informação que se situa entre o momento em que o entrevistado chega à idade legal para estar inserido no mercado (quando menos na forma de beneficiário de um contrato de aprendizagem ou estágio, ou seja, aos 14 anos) e o momento em que obtém o seu primeiro trabalho. Tal lacuna deixa entrever um viés no que se entende como sendo o engajamento no mercado de trabalho. Isto porque, se o mercado é o âmbito onde circulam os ocupados e os desempregados, é o movimento de procurar por trabalho que deveria demarcar o início do engajamento mercantil, e não o primeiro evento ocupacional; afinal, indivíduos em busca do seu primeiro emprego já são partícipes do mercado de trabalho.

ENCARTE 1

As diferentes alternativas de participar no mercado de trabalho

- **“Procura ativa”**
Jovens que responderam a opção 5 *“Disponível para trabalhar e busca ativa de trabalho”* nas versões pares da questão C15 (C15_02, C15_04, C15_16).
- **“Qualificação”**
Jovens que responderam a opção 6 *“Atividades de qualificação”* nas versões pares da questão C15.
- **“Afazeres domésticos”**
Jovens que responderam a opção 7 *“Tarefas domésticas”* nas versões pares da questão C15.
- **“Inatividade”**
Jovens que responderam a opção 8 *“Não trabalhava nem procurava trabalho por outros motivos diferentes às tarefas domésticas”* nas versões pares da questão C15.
- **“Assalariado (sem informação)”**
Pessoas ocupadas que responderam 1 *“Trabalhava por um salário/renda para um empregador (tempo integral ou meio tempo)”* nas versões ímpares da questão C15 (C15_01, C15_03... C15_15) e não responderam a questão C18 (997).
- **“Assalariado com contrato escrito”**
Pessoas ocupadas que responderam 1 *“Trabalhava por um salário/renda para um empregador (tempo integral ou meio tempo)”* nas versões ímpares da questão C15 e responderam 1 *“Um acordo escrito”* na questão C18 correspondente.
- **“Assalariado sem contrato escrito”**
Pessoas ocupadas que responderam 1 *“Trabalhava por um salário/renda para um empregador*



(tempo integral ou meio tempo)” nas versões ímpares da questão C15 e responderam 2 “Um acordo oral” ou 3 “Sem contrato (por conta própria, sem remuneração...)” na questão C18 correspondente.

▪ **“Conta própria”**

Pessoas ocupadas que responderam 2 “Por conta própria” nas versões ímpares da questão C15.

▪ **“Trabalhador familiar sem remuneração”**

Pessoas ocupadas que responderam 3 “Trabalhava com familiares sem remuneração (trabalho para benefício da família)” nas versões ímpares da questão C15.

▪ **“Contrato de aprendizagem/estágio”**

Pessoas ocupadas que responderam 4 “Aprendizagem/estágio” nas versões ímpares da questão C15.

▪ **“Desemprego ou inatividade”**

Pessoas que tinham 14 anos ou mais, que ainda não haviam tido um evento ocupacional e que não estavam trabalhando nesse período anterior ao primeiro trabalho. Como não temos informação se, nesse momento, essas pessoas estavam à procura de trabalho, não temos como decidir se o período poderia ser classificado como de desemprego (se existisse procura) ou de inatividade (se inexistisse procura de trabalho), daí porque a ambiguidade da dupla possibilidade.

▪ **“Menos de 14 anos e inativo”**

Pessoas desocupadas no período anterior ao primeiro evento ocupacional que tinham idade inferior à idade mínima legalmente requerida para exercer, quando menos, um contrato de estágio-aprendizagem (a idade legal mínima para ingresso no trabalho formal é de 16 anos; a partir dos 14 são permitidos contratos na condição de aprendiz).

▪ **“Não respondeu”**

Casos raros de pessoas que não responderam (997) ou que se recusaram a responder (999) qualquer versão da questão C15 (C15_01, C15_02... C15_16).

▪ **“Sem informação”**

Casos raros onde o mês final de um evento não precede imediatamente o mês de início do evento seguinte, de modo que podemos ficar com um ou mais meses sem informação durante a trajetória.

Registrar com precisão esse momento é especialmente importante quando se busca documentar o modo como se faz a transição entre escola e trabalho. Com efeito, assim como não há uma passagem automática entre fim da formação escolar e ingresso no mercado de trabalho, ela tampouco existe entre decidir engajar-se e encontrar uma ocupação. Por isso mesmo, na ausência de uma pergunta sobre o tempo de procura que antecedeu a primeira experiência (mesmo se como aprendiz), cria-se um vácuo de informação. Uma vez socialmente apto, por quanto tempo o indivíduo manteve-se inativo? a partir de quando passou a procurar o seu primeiro trabalho? Esse vácuo nos obrigou a conceber uma categoria desnecessariamente ambígua e, por isso mesmo, imprecisa – a de “desemprego/inatividade” (vide Encarte 1) – que, desafortunadamente, torna-se tanto mais importante em termos numéricos quanto mais se avança na idade.

Terceira lacuna. Conquanto o primeiro evento mapeado date de março de 1990, poucos são os casos de entrevistados que apresentam eventos antes de 2000. Acredita-se que isso não se deva a erro proveniente de “efeito memória”. Muito embora saibamos que tal efeito pode afetar a qualidade da informação, notadamente ao comprometer a precisão com que o respondente recupera as datas



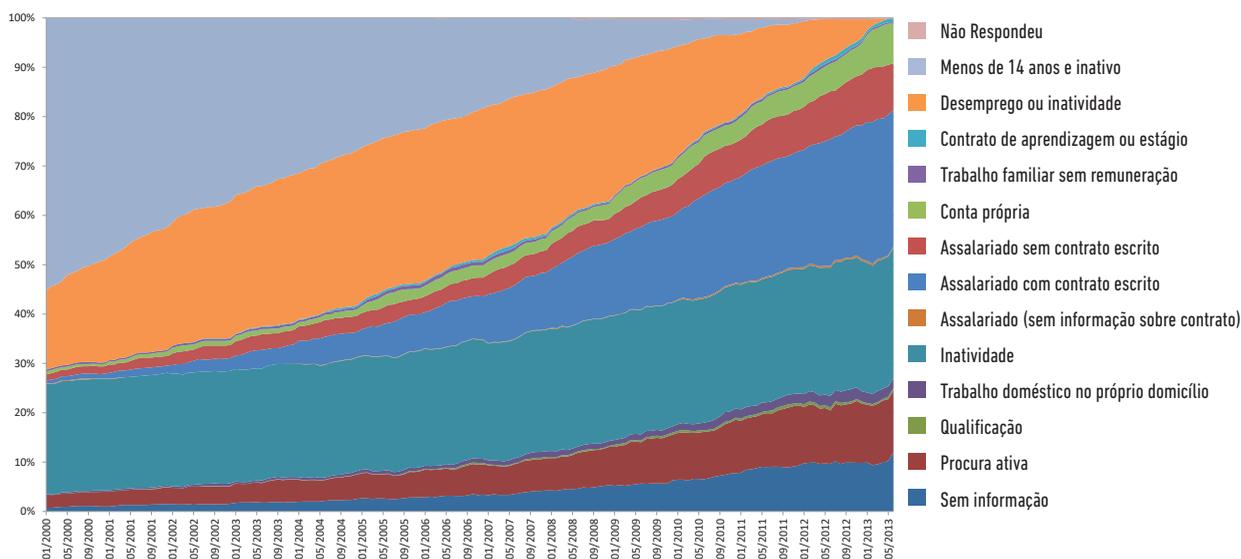
de início e final de cada evento, aposta-se, aqui, em outro tipo de explicação. Com efeito, os mais velhos no momento da coleta (com 29 anos) atingiram a idade legal para trabalhar, ao menos como aprendizes ou estagiários (a partir dos 14 anos), apenas em 1998; e essas pessoas são apenas 5,7% da amostra. Não é surpreendente, portanto, que até 1997 tenhamos menos de 1% dos entrevistados com indicação de eventos de ocupação. Assim, como o número de eventos cai de modo abrupto entre 1990 e 2000, optou-se por representar nos gráficos apenas aqueles ocorridos a partir de 2000 e, com isso, propiciar melhor visão do peso relativo de cada uma das alternativas de inserção.

Feitos esses esclarecimentos metodológicos, podemos apresentar um primeiro retrato da distribuição geral da amostra, com base no calendário montado. O Gráfico 1 resume esse primeiro resultado longitudinal, por meio de um conjunto de fotografias transversais, que revelam a situação do estoque de entrevistados em cada momento do tempo, a cada mês.

Gráfico 1

Variação mensal quanto à situação dos jovens face ao mercado de trabalho (Brasil, 2013)

N = 3.288



Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

O calendário mostrou-se um instrumento sensível para detectar mudanças em variáveis analiticamente relevantes. Para tal, testamo-lo com respeito à composição da amostra por grupos de idade, renda, sexo, cor e local de residência (se urbano ou rural). A escolha dessas variáveis baseou-se na capacidade de discriminação por elas demonstrada em estudo anteriormente desenvolvido, para essa mesma amostra, por Venturi e Torini (2014).

A variação observada por grupos de idade mostrou-se o mais significativo marcador de mudanças na distribuição da amostra pelas diversas situações no mercado de trabalho. Com efeito, quando cotejadas as tendências de inserção entre os “adolescentes” (modo como a seguir denominamos o



grupo com até 17 anos), com aquelas dos “jovens” (entre 18 e 23 anos) e dos “jovens adultos” (entre 24 e 29 anos) as diferenças nas situações face ao mercado mostram-se particularmente nítidas (vide painel de Gráficos 2).

À medida que a idade transcorre, as situações típicas do engajamento mercantil vão ganhando proeminência; são elas, o assalariamento (com ou sem contrato escrito) e o desemprego (expresso na procura ativa de trabalho). A inatividade, em contrapartida, recua fortemente. Mas, observe-se que ela permanece (mesmo entre os “jovens adultos”) como uma situação quase tão importante quanto o desemprego. Isso sugere que mover-se, para uma parcela não desprezível dos jovens brasileiros, pode importar em circular tanto entre situações ao interior do mercado de trabalho, como dele retirar-se de modo recorrente. Esse achado documenta a inexistência de pontos de não-retorno no engajamento mercantil, sejam eles estabelecidos pela idade, sejam (como veremos adiante) pela conclusão da formação escolar. Isso desafia entendimentos analíticos simplificadores, que apostam na ideia de que a transição seria um fenômeno linear, ou mesmo unilinear. Ao contrário, as formas de transição são plurais, heterogêneas e precisam ser capturadas nessa sua riqueza.

Painel de Gráficos 2 Variação mensal na situação dos jovens face ao mercado de trabalho, por grupos de idade (Brasil, 2013)

Gráfico 2.1 - Os “Adolescentes” (Menores que 17 anos)

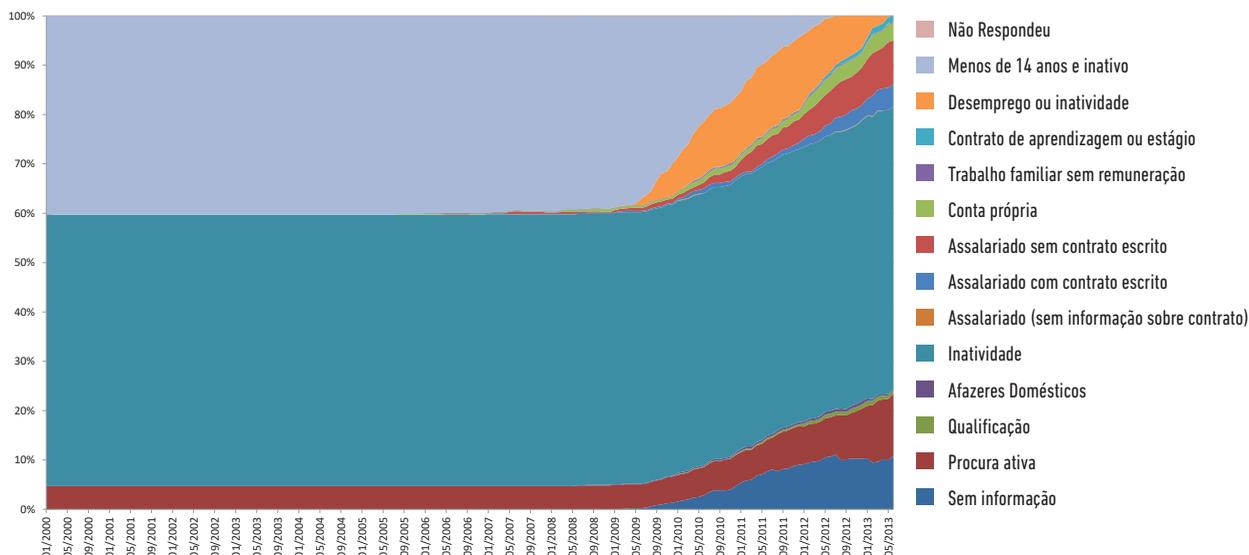




Gráfico 2.2 - Os "Jovens" (Entre 18 e 23 anos)

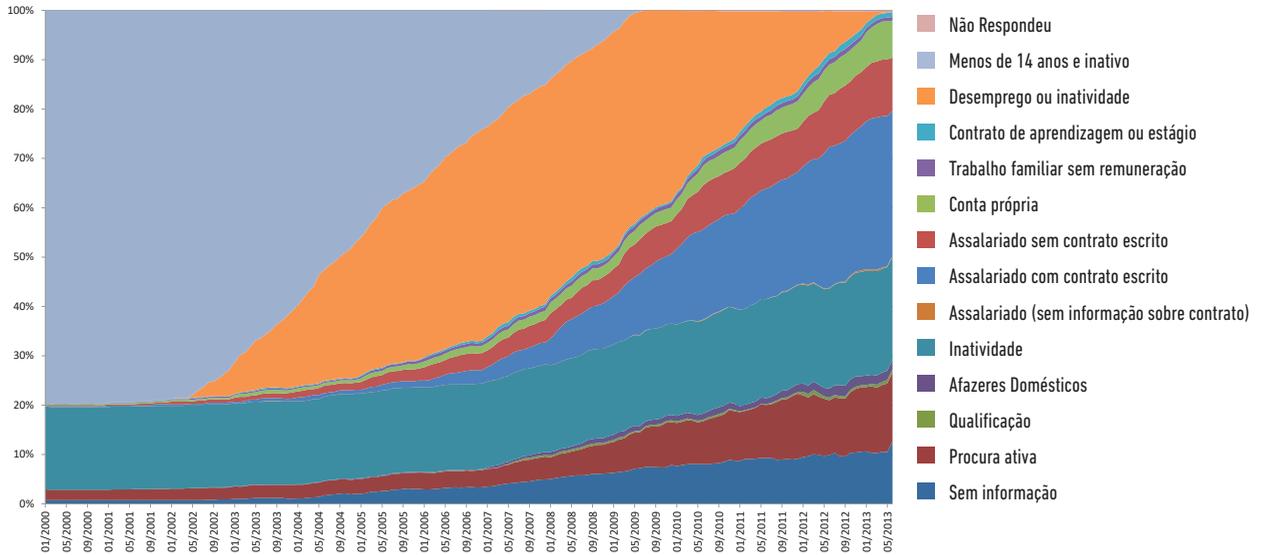
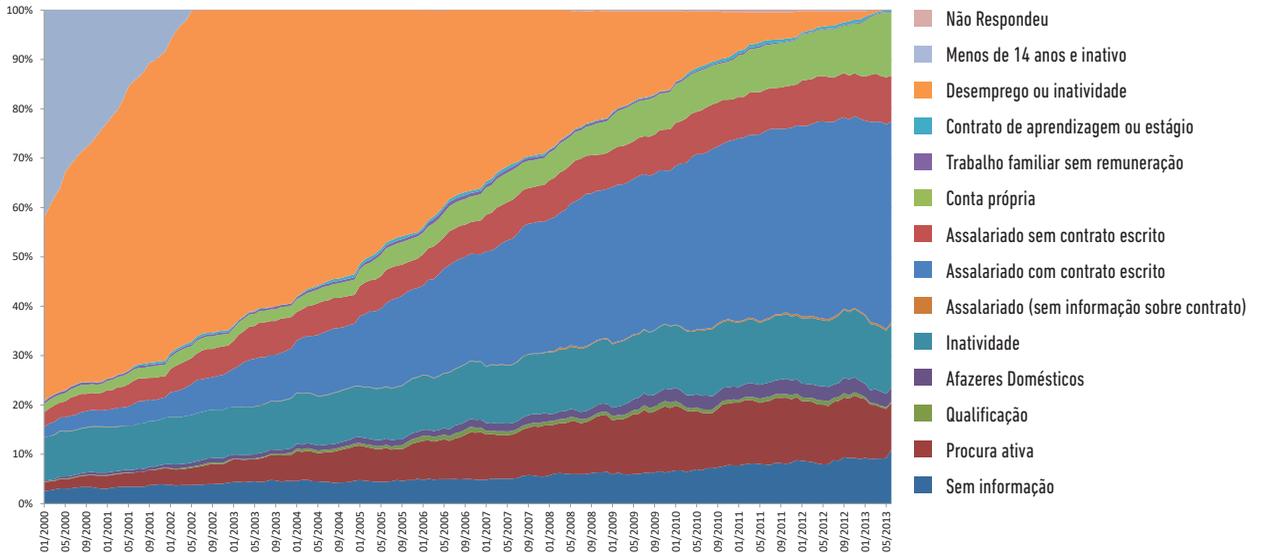


Gráfico 2.3 - Os "Jovens-Adultos" (Entre 24 e 29 anos)



Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

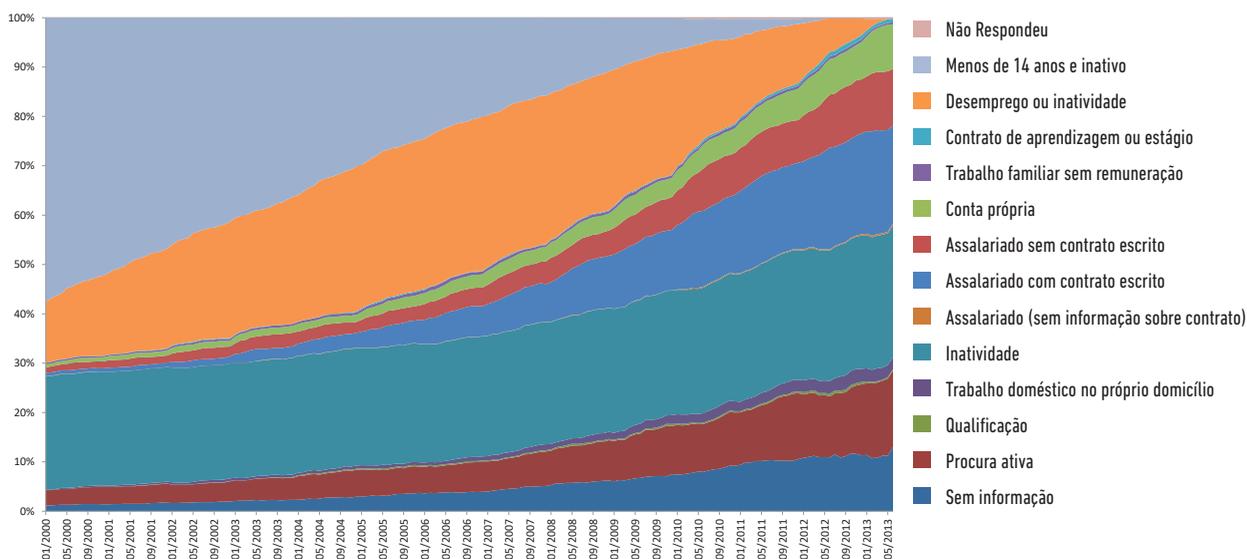


Mas as situações face ao mercado também variam quando as observamos segundo outras características como, por exemplo, o rendimento dos entrevistados. Classificamos os jovens em três grupos de renda: aqueles com renda baixa (de até dois salários-mínimos)¹¹, os com renda média (entre mais que dois e até cinco salários mínimos) e os com renda alta (auferindo mais que cinco salários mínimos). Nos gráficos, para melhor visibilidade, destacamos as situações laborais que agrupam o maior número de casos em cada um dos grupos de renda.

Painel de Gráficos 3

Varição mensal na situação dos jovens face ao mercado de trabalho, segundo grupos de renda (Brasil, 2013)

Gráfico 3.1 – Jovens com mais baixa renda (até 2 salários-mínimos)



11 O salário mínimo no momento da coleta equivalia a R\$ 678,00.



Gráfico 3.2 – Jovens com renda média (entre 2 e 5 salários mínimos)

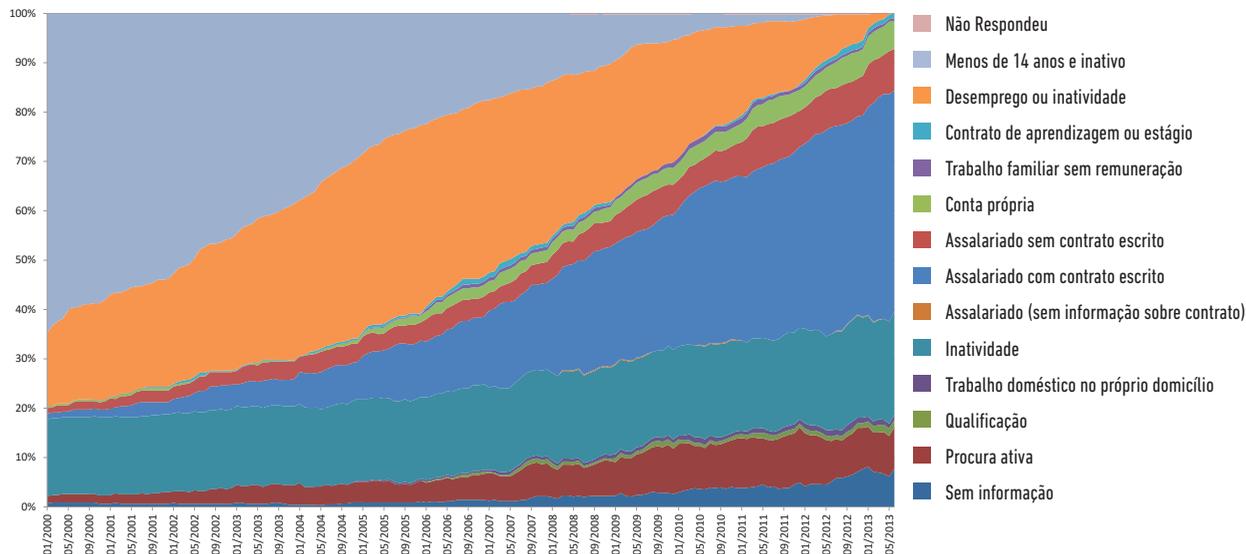
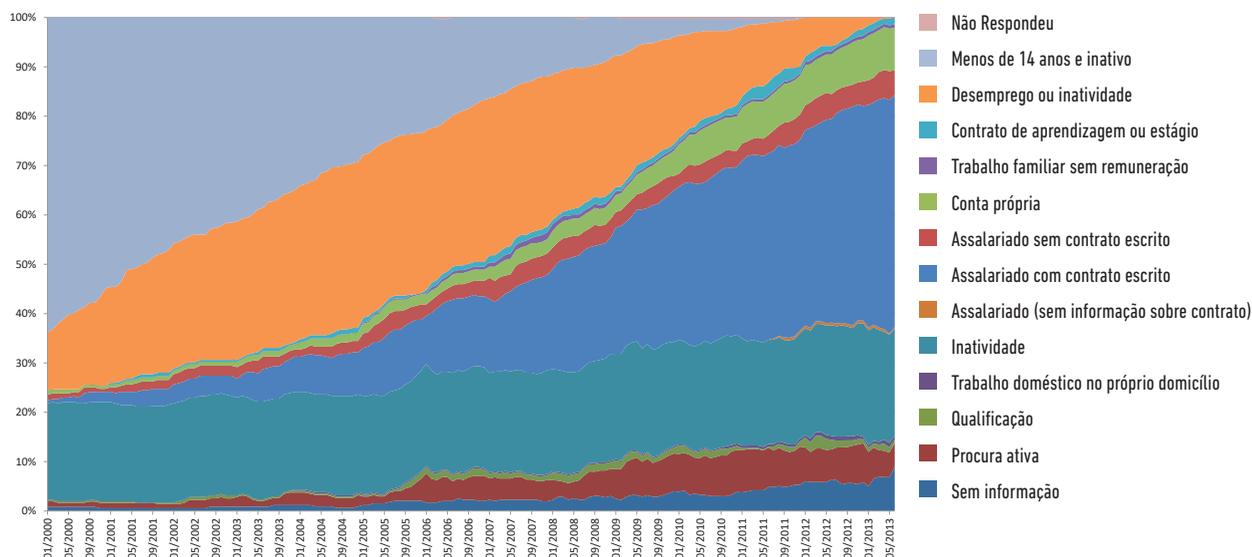


Gráfico 3.3 – Jovens com renda alta (mais que 5 salários-mínimos)



Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Nota: As legendas destacam as situações mais frequentes.



Observe-se que o peso da parcela da amostra contabilizada, a cada mês, em situação de inatividade, novamente se destaca. Mas a importância da inatividade varia quando levamos em conta as diferenças de renda. A passagem recorrente pela inatividade parece caracterizar o grupo dos mais pobres; já uma permanência mais duradoura fora do mercado de trabalho, antecedendo o engajamento, parece mais própria aos jovens com renda mais elevada.

Por outro lado, observando-se as diferenças mensais no peso daqueles em procura ativa, vê-se que os de mais alta renda parecem muito mais suscetíveis a acorrer ao mercado no momento em que a oferta de emprego se amplia, sendo nítida a ampliação no tamanho do estoque dos jovens mais bem aquinhoados quando a conjuntura se torna particularmente favorável, como a partir de 2005. Poder-se-ia aventar a hipótese de que o maior comando sobre suas condições de sobrevivência pode mantê-los mais duradouramente na inatividade à espera de situações mais propícias a buscar trabalho. A isso voltaremos adiante, com base em modelos robustos.

Por último, o trabalho que se alcança já se afigura bastante distinto, quando observamos a informação ao longo do tempo. É certo que o peso do assalariamento com contrato escrito cresce mês a mês, em todos os grupos. Esse crescimento sugere que os jovens de maiores idades têm maior capacidade de competir por melhores posições no mercado, especialmente quando as oportunidades de trabalho formal ampliam-se de maneira inusual, como ocorreu no período coberto por este estudo. Todavia, os contratos formais, escritos, são bem mais frequentes entre aqueles de mais alta renda que entre os de renda mais baixa, indicando a diversidade de qualidade da ocupação a que se acede. Sugestivo, também, é o comportamento do trabalho por conta própria, igualmente importante nas duas categorias extremas de renda, entre os mais ricos mas também entre os mais pobres. Flagramos aqui, também entre os jovens, a mesma polarização que marca o trabalho autônomo no Brasil, entre o “bico” e os “PJ”, para usarmos, alusivamente, duas categorias nativas.

Outras ideias instigantes também surgem quando se analisa a situação do estoque de entrevistados em cada momento do tempo, controlando sexo e cor.¹² Como a cor é um marcador importante das chances no trabalho no Brasil, optamos por mantê-la constante. Assim, comparamos as diferenças entre rapazes e moças de um mesmo grupo de cor no que concerne às suas situações laborais (Painel de Gráficos 4).

Interessante registrar como a lacuna de informação quanto à procura efetuada antes do primeiro emprego afeta, entre os brancos, mais as moças que os rapazes. Outra diferença que chama atenção a um olhar mais atento: a área em lilás (e sem legenda) que se destaca apenas entre as jovens brancas corresponde ao estoque daquelas em “afazeres domésticos”.

12 Comparado a levantamentos conduzidos pela OIT em outros países, no quadro dessa mesma pesquisa, o questionário TET-Brasil tem a vantagem de haver mensurado a variável “raça”. Ademais, o fez de maneira refinada, testando múltiplas medidas. Para a presente análise, consideramos apenas o quesito que coleta a autoclassificação de “cor” tal como manifesta pelo entrevistado segundo as cinco classes da definição censitária brasileira (“preto”, “pardo”, “branco”, “amarelo” e “indígena”). Considerando nosso interesse em recombinar “cor” e “sexo” numa única variável, optamos por agrupar as cinco classes oficiais em duas categorias principais: os “brancos”, que reúnem os indivíduos que se autoclassificam como “brancos” ou como “amarelos”, e os “negros”, que reúne todos os demais, que são majoritariamente “pretos” ou “pardos”.



Painel de Gráficos 4

Variação mensal na situação face ao mercado de trabalho entre jovens brancos, segundo o sexo (Brasil, 2013)

Gráfico 4.1 – Jovens brancos

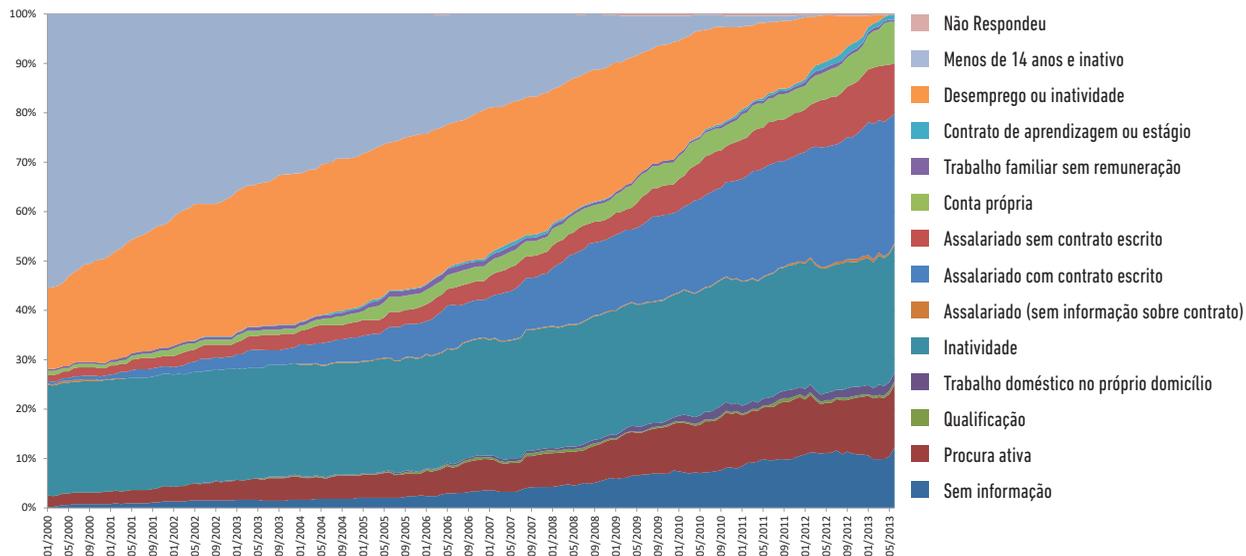
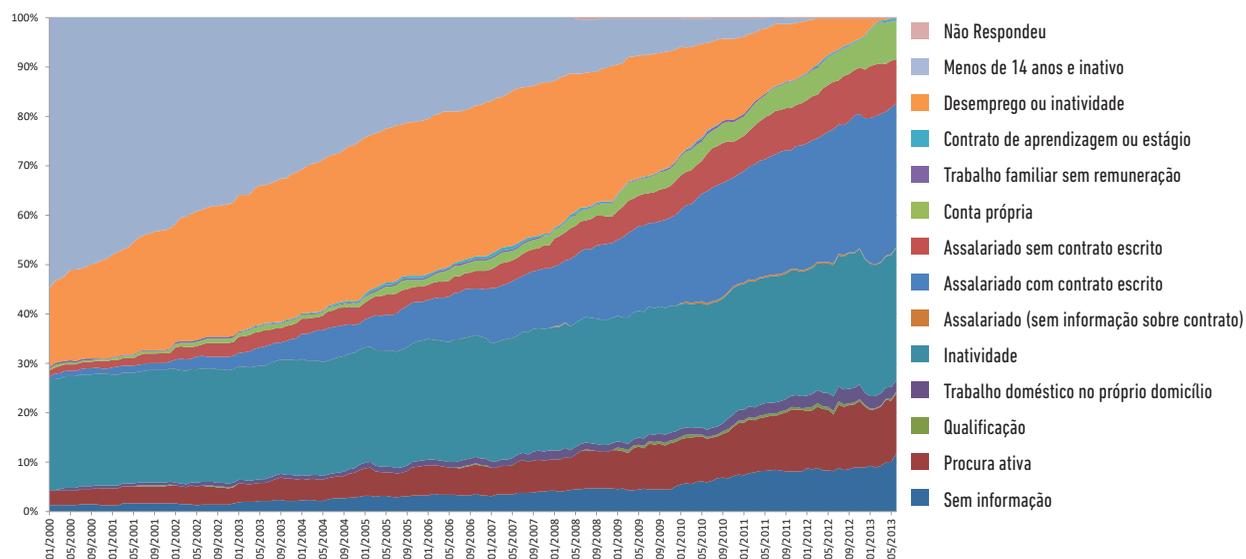


Gráfico 4.2 - Jovens brancas



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

Nota: As legendas destacam as situações mais frequentes.



No geral, contudo, as figuras contidas no Painel de Gráficos 4 parecem apontar antes para ligeiras diferenças, muito mais sutis que aquelas observadas, por exemplo, quando controlados os grupos de idade. Isso talvez permita arriscar a hipótese de que o marcador etário (quicá um proxy da experiência) insinua-se como mais significativo que os demais até aqui alinhados (sexo e cor). A sugestão parece se fortalecer quando observamos que, grosso modo, o resultado não difere quando comparamos a variação mensal no modo de engajamento dos jovens negros e das jovens negras (Painel de Gráficos 5).

Painel de Gráficos 5
Variação mensal na situação face ao mercado de trabalho entre jovens negros, segundo o sexo (Brasil, 2013)

Gráfico 5.1 – Jovens negros

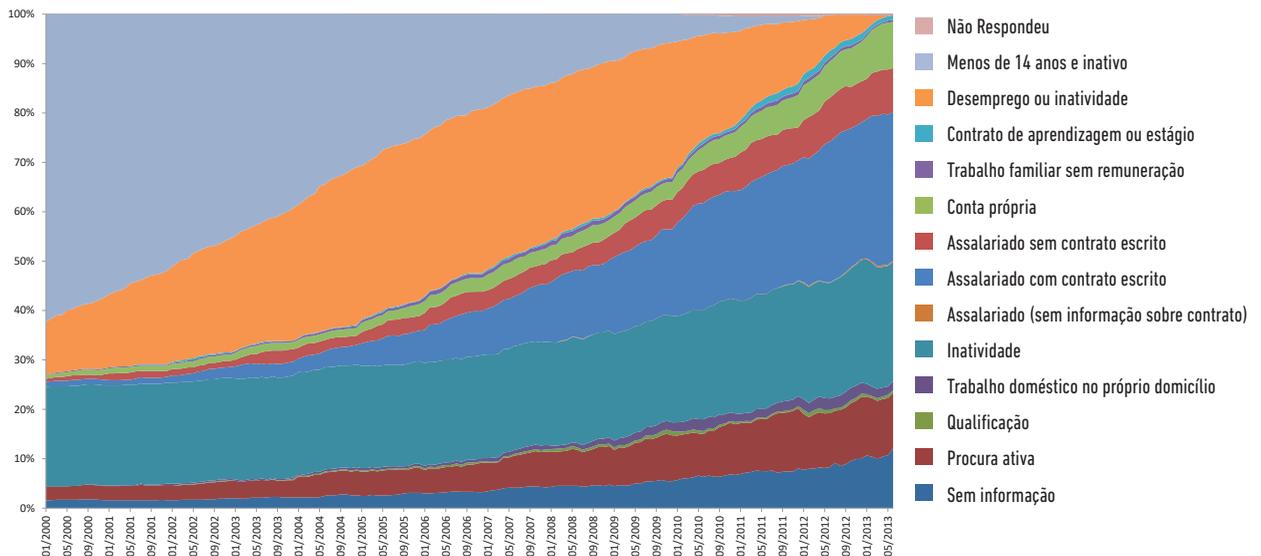
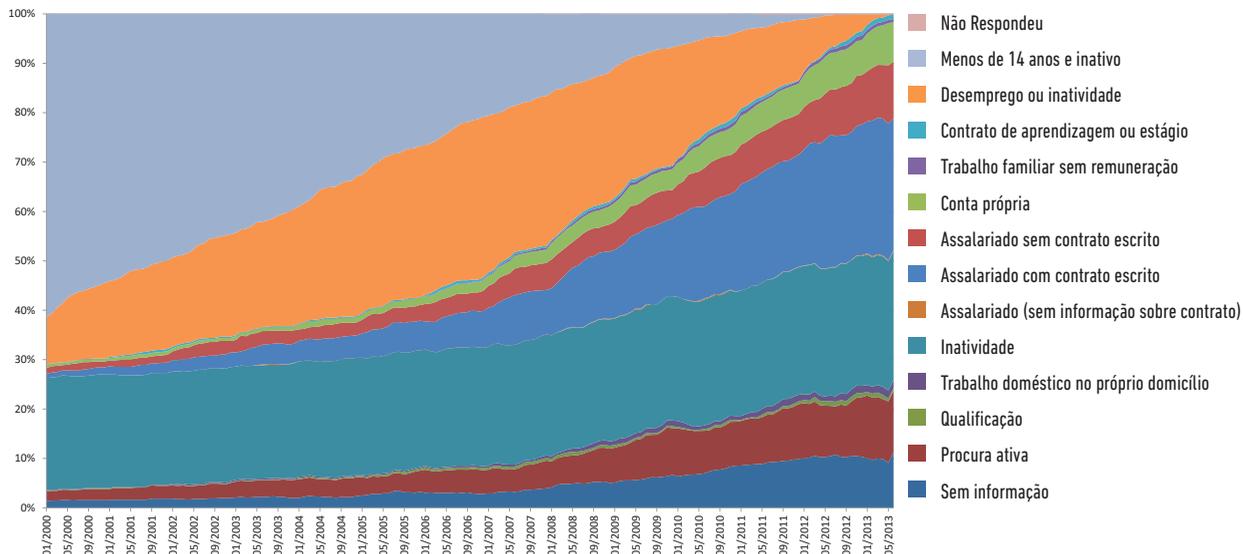




Gráfico 5.2 – Jovens negras



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

Nota: As legendas destacam as situações mais frequentes.

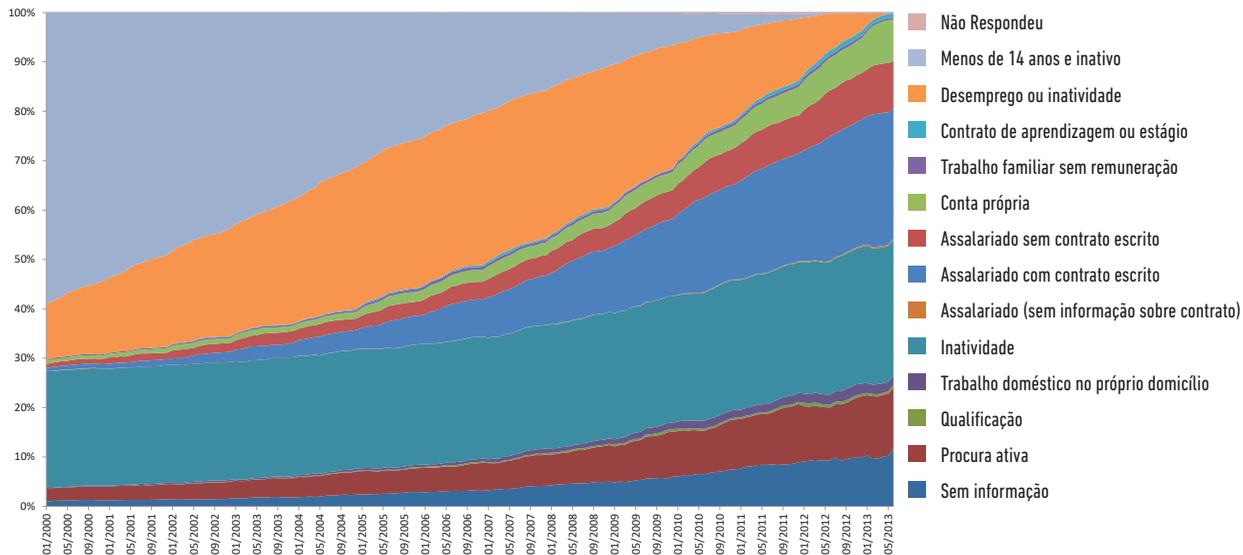
Entretanto, quando observamos as situações laborais dos negros, o calendário deixa entrever algumas pistas interessantes, que vão em sentido diverso do que registramos, antes, com respeito aos jovens brancos. Primeira, parece que o impacto da lacuna de informação relativa ao tempo de procura antecedente ao primeiro trabalho é distinto, entre os jovens negros, do que observamos entre os jovens brancos. Aqui, são os rapazes que parecem ter sido mais afetados pela ausência de tal informação. Segunda pista (que não deixa de ser surpreendente) nota-se também a presença de rapazes negros em situação de “afazeres domésticos”; e (curioso) a fração da amostra ali situada cresce com o tempo e parece se tornar ligeiramente mais relevante que a fração de moças negras retidas no trabalho doméstico não remunerado.

Para encerrar esta seção, convém refletir sobre uma última variável que se procurou controlar para verificar a sensibilidade do calendário: o local de residência, se urbano ou rural. Venturi e Torini (2014) já haviam destacado a importância desse marcador para entendermos algumas características dos jovens brasileiros com respeito ao trabalho. Tal importância atualiza-se quando observamos a situação mês a mês do estoque dos respondentes (Painel de Gráficos 6). A diferença rural-urbano é outro marcador relevante quando se observa a variação das situações laborais. Os jovens entrevistados nas cidades parecem distinguir-se daqueles entrevistados no campo em praticamente todos os aspectos destacados até agora no comportamento das outras variáveis de que tratamos. Vejamos.

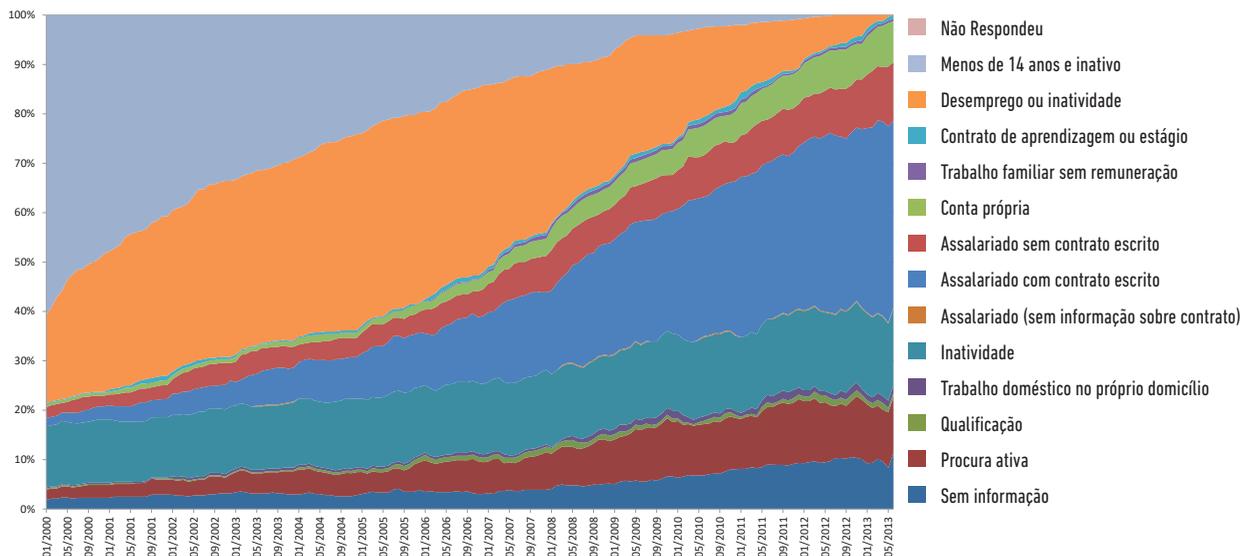


Painel de Gráficos 6 Variação mensal na situação dos jovens face ao mercado de trabalho, segundo local de residência (Brasil, 2013)

6.1 – Jovens residentes em áreas urbanas



6.2 – Jovens residentes em áreas rurais



Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

Nota: As legendas destacam as situações mais frequentes.



A inexistência de mensuração do tempo de procura até a obtenção do primeiro trabalho parece ter efeitos importantes conforme o local onde reside o jovem; de fato, uma massa importante dos casos de jovens do meio rural agrupa-se na categoria desemprego/inatividade, parecendo sugerir que, entre eles, a imprecisão da coleta teve um maior impacto. A inatividade dos entrevistados, em sua expressão mês a mês, é muito diversa: ela é sistematicamente elevada nas áreas urbanas e expressivamente menor nas rurais. Entre os que moram em cidades, a passagem pelo assalariamento com contrato é muito mais frequente, em todos os meses, que entre os que moram no campo. E mesmo a procura ativa de trabalho parece ter padrão de distribuição na série igualmente distinto entre as duas áreas.

Entretanto, por mais sugestivos que sejam os achados até aqui apresentados, eles têm limites. Isto porque a análise longitudinal tal como até aqui efetuada, em base apenas ao calendário dos eventos, é uma mera fotografia sobre a situação do conjunto da amostra numa sucessão de momentos. Tal instrumento é incapaz de dimensionar o quanto um padrão de transições laborais define o curso da trajetória de um respondente. Sem isso não se pode identificar padrões recorrentes de percurso que permitam classificar os jovens brasileiros de acordo com o tipo de trajetória que marca as suas transições no mercado de trabalho (GAUTIÉ, 2003). Isso o faremos na seção seguinte.



3

Identificando padrões de percurso¹³

Para identificar os tipos de trajetórias laborais dos jovens brasileiros entrevistados pela pesquisa TET, partimos da calendarização dos eventos. Cada indivíduo, com sua história laboral, formava uma combinação possível de alternativas na nossa grande matriz de partida, antes descrita. Nosso desafio agora será o de, usando procedimentos estatísticos mais avançados, reduzir esta matriz encontrando padrões de covariância entre as variáveis nela contidas, via análise fatorial (vide Encarte 2), para em seguida classificar os casos em tipos, por meio da análise de *clusters* (vide Encarte 3).

Encarte 2

Encontrando os componentes principais da matriz-calendário

Para a análise fatorial partimos do nosso calendário de eventos. Este, como vimos, era uma matriz da ordem de 14 (situações laborais) x 282 (meses observados no total) x 3.288 (entrevistados). Cada jovem, com sua história laboral, formava uma combinação possível de alternativas nessa matriz de partida. Para chegar à tipologia pretendida, o primeiro procedimento estatístico foi o de reduzir essa matriz, usando-se a análise fatorial realizada segundo o método de componentes principais (quando a variância total da matriz é tomada em conta). Essa técnica permite encontrar padrões de covariância entre as variáveis, identificando um conjunto de fatores latentes, que são novas variáveis, em menor número, e que dão conta de uma margem que consideramos significativa da variância entre os dados da matriz. Para determinar o número adequado de fatores, usamos a técnica *scree plot*, que mede o quanto da variância é explicada por fator extraído; tal medida expressa-se em termos de *eigenvalues* (ou autovalores). No caso do nosso calendário, observamos que quatro fatores seriam suficientes para bem reproduzir a variabilidade dos dados originais, respondendo por 86,1% da sua variância. A partir do quinto fator, a redução dos *eigenvalues* mostrou-se pouco expressiva, indicando que havíamos chegado a um número de vetores que bem resumia a variância dos dados originais, tal como se pode ver na figura a seguir.

A seleção do número de fatores na matriz-calendário
Comportamento dos *eigen values*



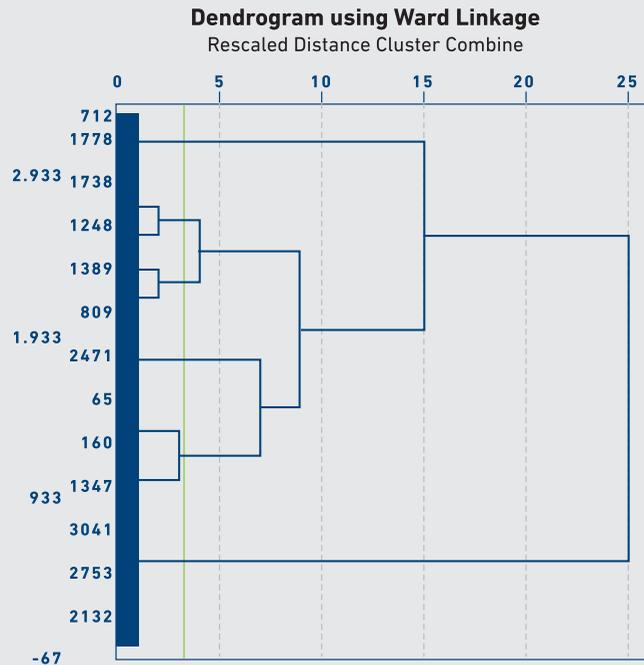
13 Conquanto esta seção tenha sido concebida em equipe, a responsabilidade pela redação das análises foi de Nadya Araujo Guimarães.



Encarte 3

Selecionando o número de classes para formar a tipologia

Para criar a tipologia de trajetórias usamos um procedimento de análise de *clusters*. Ele reúne os dados em aglomerados (ou *clusters*), medindo suas relações de proximidade (ou similaridade) e separando-os segundo suas distâncias (ou dissimilaridades). O método hierárquico, que utilizamos, cria grupos cada vez maiores, organizando-os em árvores hierárquicas segundo a distância (dissimilaridade) entre eles. O dendograma, reproduzido a seguir, é o modo pelo qual se sumariza o padrão de agrupamento. No nosso estudo, observamos que uma agregação dos casos em seis classes nos permitiria chegar a uma tipologia que aliaria uma boa homogeneidade interna e um número razoável de entrevistados em cada categoria. Desse modo, foram construídos os seis tipos principais de trajetórias laborais agregadas, que resumem os percursos dos jovens entrevistados.



Como resultado dos procedimentos adotados (descritos nos Encartes 2 e 3), foram identificados seis tipos principais de trajetórias laborais, que resumem os percursos dos jovens amostrados, identificando padrões recorrentes de transição no mercado brasileiro de trabalho, no período que vai de 1990 a 2013.

Como se pode observar na Tabela 1, com apenas três desses tipos de trajetória descrevemos o padrão de percurso de três-quartas partes dos casos entrevistados. São eles, tal como os denominamos: i) os adolescentes em formação; ii) os jovens com experiência recente e variada; e iii) os jovens em trânsito para o assalariamento. Entretanto, as três outras categorias de percurso, conquanto reunindo uma massa menor de casos, tipificam situações igualmente relevantes do ponto de vista analítico. São elas: iv) os jovens que alcançaram uma inserção estável e estruturada; (v) os jovens adultos majoritariamente negros com um tempo mais longo de inserção no mercado, mas sob maior risco de desemprego; e vi) o grupo dos jovens adultos que, apesar de sua inserção laboral mais recente, denotam maior comando sobre as condições do seu trânsito no mercado de trabalho.



Tabela 1

Os tipos de trajetórias agregadas

Em %

Tipos/classes de trajetória	Simple	Acumulado
1. Adolescentes em formação	28,4	28,4
2. Os recém-chegados: jovens com experiência recente e variada	23,9	52,3
3. Jovens em trânsito para o assalariamento	22	74,3
4. Jovens com inserção estável e estruturada	11,3	85,6
5. Jovens adultos negros: longa inserção e maior desemprego	7,5	93,1
6. Jovens adultos: inserção recente e maior comando sobre circulação	6,9	100,0
11 anos ou mais	100	

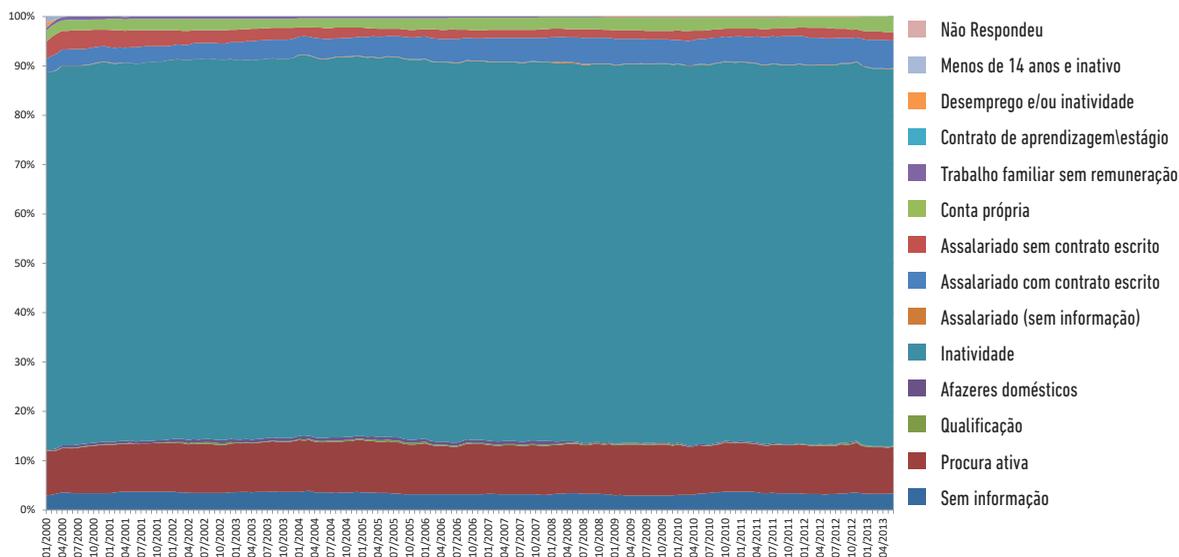
Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Vejamos mais de perto cada uma dessas classes de trajetória, especificando um pouco melhor as suas características e representando graficamente (Gráficos 7 a 12) o modo como os jovens que nela se agrupam circularam pelas várias situações laborais ao longo do tempo.

O primeiro tipo de trajetória (Gráfico 7) reúne quase um terço dos casos da amostra (28,4%), compreendendo aqueles entrevistados mais jovens (quase 60% deles tinham entre 15 e 19 anos no momento da entrevista), adolescentes ainda. As pessoas nesse grupo diziam não estar disponíveis para o trabalho, sobretudo por estarem estudando (52,1%); outros afirmavam ser ainda muito jovens para o trabalho (11,7%). Nessa classe de percurso predominam as jovens (58,7%); e não deixa de ser significativo que 6,2% delas se reconhecessem impossibilitadas para o trabalho por estarem grávidas. Por esse conjunto de características, nomeamos este percurso como o dos **“Adolescentes em formação”**.



Gráfico 7
Classe 1 – Adolescentes em formação
 (28,4% dos casos)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

O segundo tipo de trajetória agrupa um quarto da amostra (23,9%). Juntos, os tipos 1 e 2 abarcam pouco mais que a metade dos casos, o que nos dá a medida da importância desses dois padrões de percurso para representar o modo de inserção dos jovens brasileiros. A classe 2 reúne jovens que há muito pouco tempo haviam tido a sua primeira experiência ocupacional (a partir de 2010). Por isso, os denominamos de **“Os recém-chegados”**. Formam um grupo ligeiramente feminino (51,2%), e com idade ainda relativamente baixa (apenas 15% tinham mais que 24 anos).

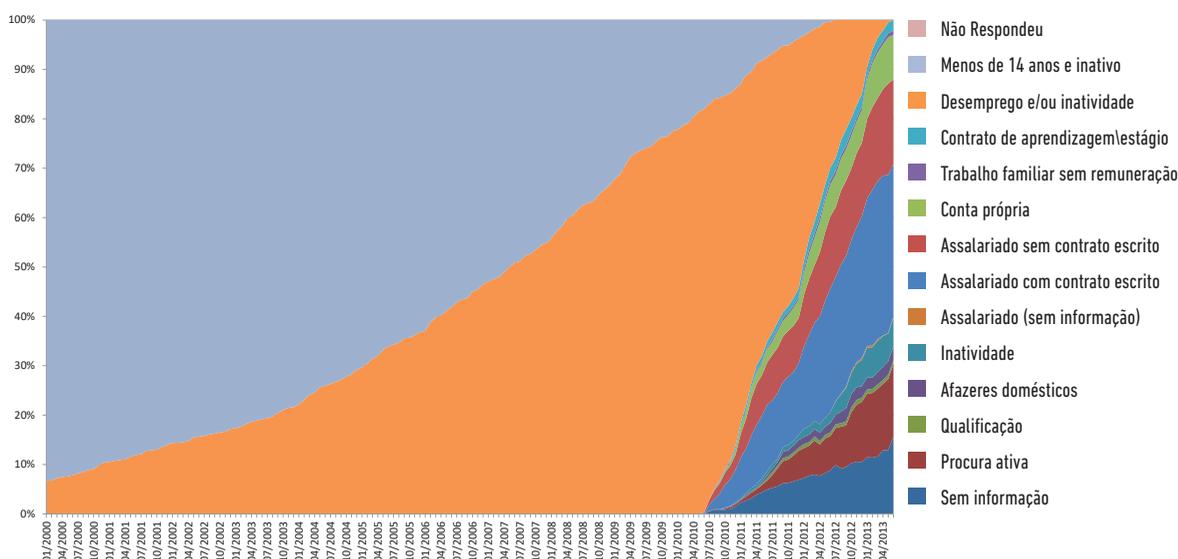
Dois aspectos chamam a atenção nesse segundo padrão de percurso. Por um lado, a enorme área em amarelo no Gráfico 8, indicando uma parcela importante do tempo a respeito da qual tudo o que sabemos é que inexistiu evento de trabalho na biografia desses jovens, que podiam estar no desemprego ou na inatividade. Entretanto (por dificuldades do questionário, salientadas na seção anterior), não podemos dizer se já estiveram (e por quanto tempo) empenhados a procurá-lo.¹⁴ Por outro lado, se estes jovens iniciaram a sua transição de ingresso ao mercado de trabalho em período relativamente recente, chama também a atenção o enorme gradiente de cores que caracteriza a sua situação a partir daí. Tal arco-íris nos dá a medida da ausência de uma situação laboral dominante,

14 Se pudéssemos documentar a existência de procura, esta poderia ser uma trajetória típica de desempregados relativamente duradouros, ou de transição entre o desemprego e a inatividade, ou seja, cedo marcada pelo desalento. Entretanto, não temos segurança empírica para afirmá-lo, daí porque os classificamos como em situação de “Desemprego/Inatividade”; até porque já se encontram em idade que os habilita à experiência de trabalho, mesmo se na forma de aprendizagem e formação.



que desse a marca ao percurso no mercado a partir da primeira experiência de trabalho. Ao contrário, é o fluxo significativo de indivíduos entre distintas situações, o que parece dar a tônica ao modo de inclusão desse grupo no mercado. Por essas razões, os “recém-chegados” são também descritos como “jovens com experiência laboral recente e variada”.

Gráfico 8
Classe 2 – Os recém-chegados: jovens com experiência recente e variada
 (23,9% dos casos)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

O terceiro tipo de trajetória abarca 22% dos casos; a sua mobilidade entre situações está representada no Gráfico 9. Como havíamos destacado anteriormente, com apenas três (das seis) classes de percursos, já conseguimos descrever nada menos que três quartos da amostra. Esse é um grupo formado em sua maioria por homens (54,6% dos casos), com idade ligeiramente mais elevada que os do tipo anterior (65,9% deles têm entre 18 e 24 anos), e que, talvez por isso mesmo, chegaram há mais tempo ao primeiro evento de trabalho (a partir de 2008).

Entre os que não tinham disponibilidade para o trabalho, chama a atenção neste grupo o peso dos que indicam como causas para tal “as responsabilidades familiares ou o trabalho no lar” (46%) e “doença, lesão ou incapacidade” (18%).

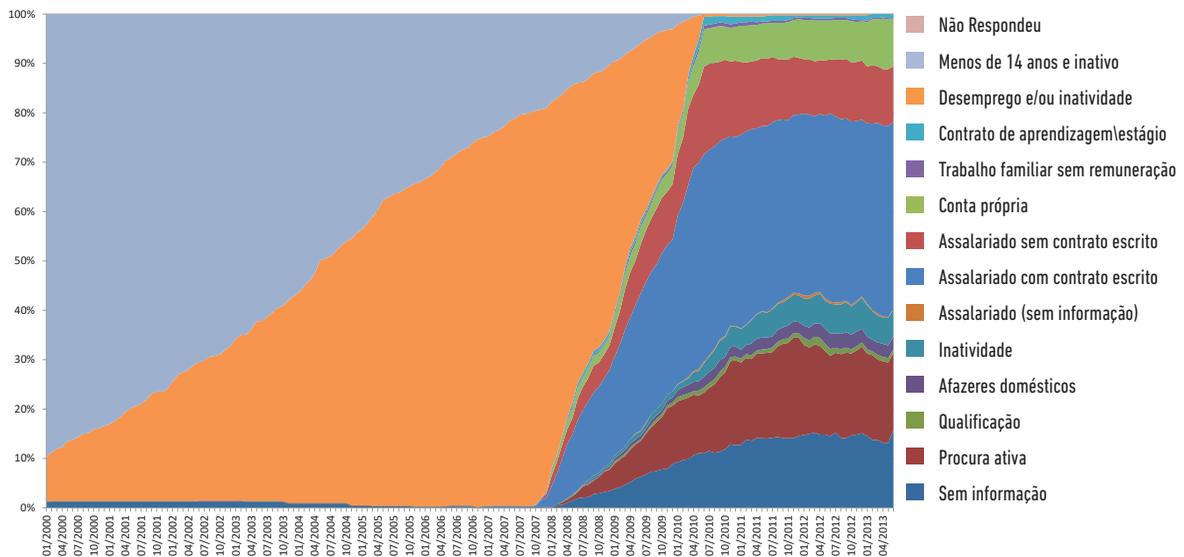
Se a grande área em amarelo persiste, como na classe dos “Recém-chegados”, mostrando o relevo do tempo passado na situação de “Desemprego/inatividade”, é interessante observar que, entre eles, a transição que se segue ao primeiro vínculo parece menos errática. Ao contrário, destaca-se uma concentração de casos com experiência duradoura no assalariamento. Mais ainda, é considerável o contingente daqueles que se mantêm em trabalhos regidos por contratos escritos e, nesse sentido, protegidos por direitos consignados na CLT.



A importância do contingente daqueles em procura de trabalho parece sugerir que esse grupo circula por um segmento do mercado estruturado em relações onde dominam as duas figuras típicas de um mercado capitalista: os assalariados (com ou sem contrato) e os desempregados. Por isso mesmo, denominamos esse tipo de percurso como o dos “**juvens em trânsito para o assalariamento**”.

Gráfico 9 Classe 3 – Jovens em trânsito para o assalariamento

(22% dos casos)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

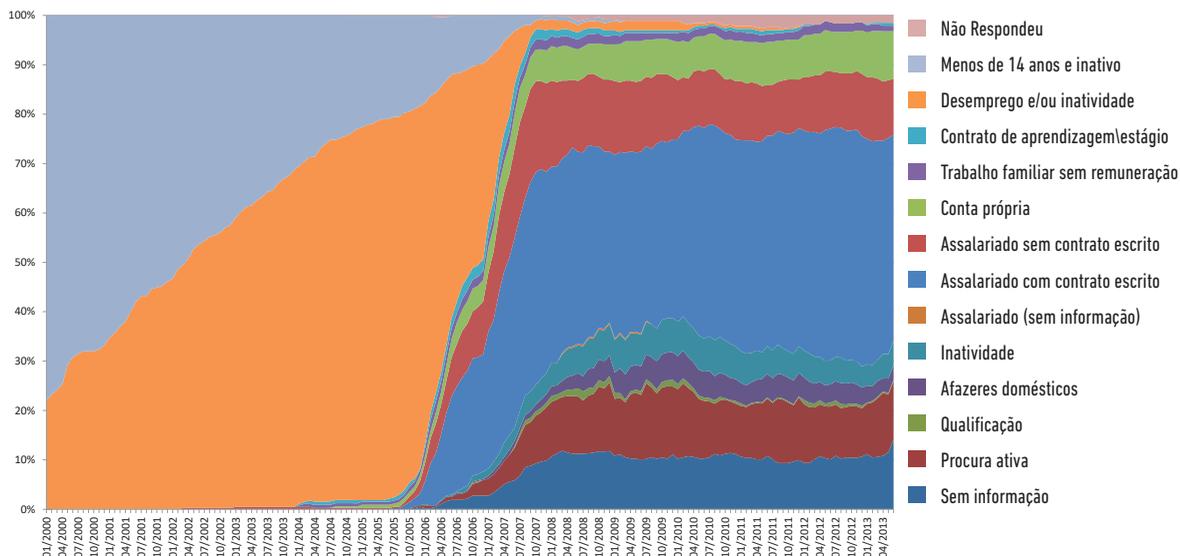
As três últimas classes de percurso organizam uma minoria dos casos (apenas 25,7%). Entretanto, a singularidade dos padrões de trajeto e, como veremos adiante, dos perfis dos que ali se agrupam, justificam tomá-las em conta, incluindo-as na análise. Ou seja, embora numericamente muito menos significativas, essas três últimas classes são analiticamente relevantes dada a especificidade dos percursos.



Gráfico 10

Classe 4 – Jovens com inserção estável e estruturada

(11,3% dos casos)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

Na trajetória de tipo 4 agrupam-se “**Jovens com percursos estáveis e estruturados**” (Gráfico 10). Eles são apenas 11,3% dos casos e viveram o seu primeiro evento de trabalho ainda mais cedo que os do tipo anterior (a partir de 2006). Não sem razão, pois se trata de um grupo com mais idade (52,5% têm mais que 24 anos e apenas 7,1% menos que 20). Esse é também um grupo com ligeira dominância dos jovens de sexo masculino (56,9%). Entre eles, a experiência do assalariamento duradouro é ainda mais significativa que no tipo 3 antes descrito. Além do mais, o desemprego tem menos impacto nas suas trajetórias. Por outro lado, o trabalho por conta própria consolida-se como um destino que abarca uma quantidade não desprezível dos casos. É o grupo com maior nível de escolaridade e apresenta maior presença de brancos.

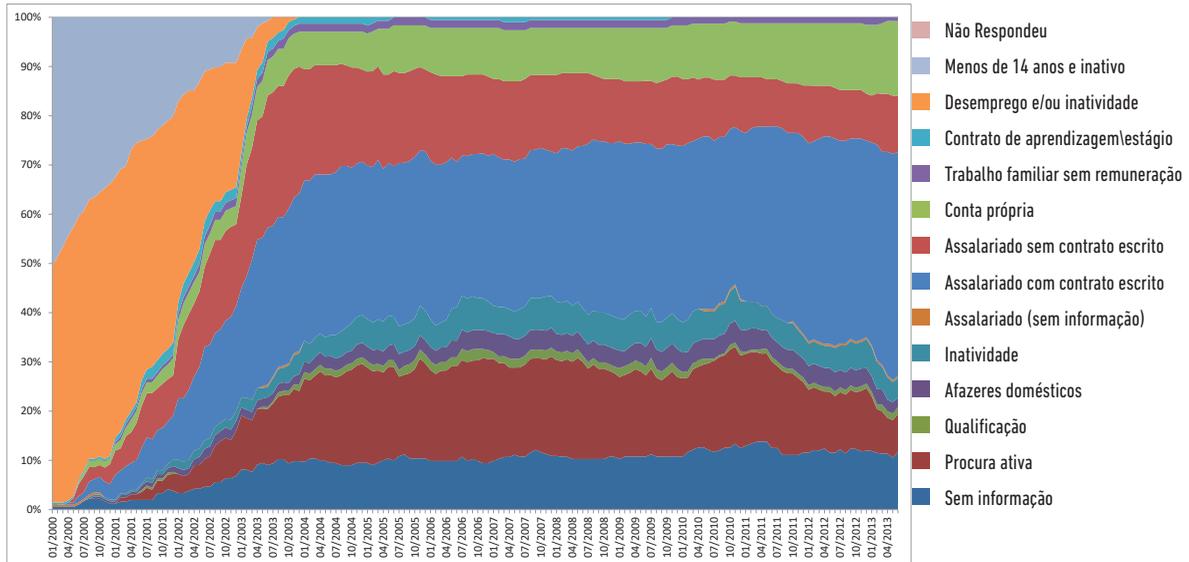
Já a trajetória de tipo 5, ao contrário, é aquela em que é mais significativo o peso dos negros; eles são nada menos que 70% dos casos. Temos aqui, novamente, um padrão de percurso minoritário, que abarca apenas 7,5% da amostra, mas muito relevante pelo contingente que nele se agrupa. São os entrevistados que apresentam a média de idade mais elevada (79,5% têm mais que 24 anos). Eles são também os que mais cedo entraram no mercado de trabalho; com efeito, a experiência do seu primeiro trabalho é a mais longa se comparada à dos demais grupos (começam-na já a partir dos anos 2000). Têm a escolaridade média mais baixa (22% deles não foram além do fundamental). Nesse grupo, o desemprego é mais significativo que nos demais, embora o assalariamento (com ou sem contrato) seja dominante no percurso. Os “**Jovens adultos negros, com longa inserção no trabalho e maior risco de desemprego**” (Gráfico 11) formam, assim, um grupo de todo relevante em termos da análise e das políticas públicas.



Gráfico 11

Classe 5 – Jovens adultos negros com longa inserção no trabalho e maior risco de desemprego

(7,5% dos casos)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

A última das classes, a de número 6 na tipologia de padrões de percurso, também reúne um pequeno número de casos (6,9%), com proporção elevada de homens (61,5%). Todavia, em que pese tenham idade mais alta (61% de jovens adultos, na faixa dos 25 a 29 anos), e nisso se aproximam dos jovens adultos da classe 5, deles se distinguem posto que a primeira experiência de trabalho é muito mais recente, tendo se dado apenas a partir de 2004 (contra 2000 entre os da classe 5). A isso aliam uma escolaridade também mais elevada (55% possuem entre médio e superior completos).

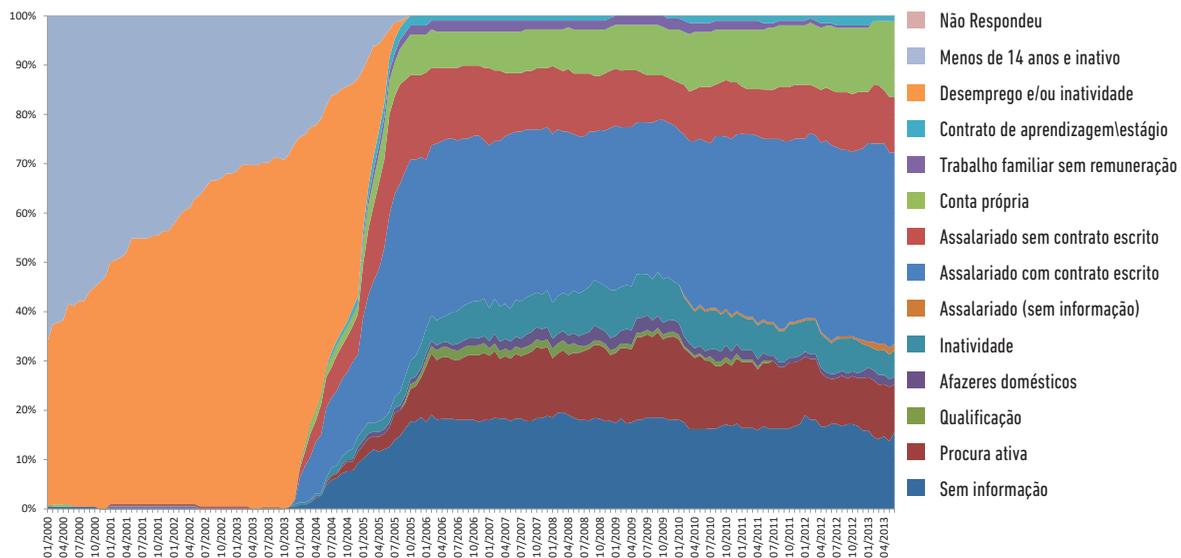
O maior comando sobre o mercado parece se exprimir não apenas pela possibilidade de estabelecimento mais tardio de vínculo, como pelo maior relevo da passagem à inatividade (depois do primeiro trabalho), numa trajetória igualmente marcada pelas formas de assalariamento (vide Gráfico 12). Por isso mesmo, os denominamos os “**Jovens adultos com inserção mais recente e maior comando sobre a circulação no mercado**”.



Gráfico 12

Classe 6 – Jovens adultos com inserção mais recente e maior comando sobre a circulação no mercado

(6,9% dos casos)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios

Ao longo da apresentação desses últimos resultados, vimos, por meio da representação gráfica, que os tipos de trajetória diferenciavam-se pelo modo como os jovens, em cada classe, circulavam, com o passar do tempo, entre as distintas situações laborais. Foi possível ver, igualmente, que especificidades quanto ao perfil desses jovens também distinguiram as classes de trajetória. A fim de explorar mais sistematicamente tais diferenças, vamos, na seção 4, recorrer a outras ferramentas estatísticas de maneira a verificar como os padrões de percurso associam-se aos perfis dos jovens que os perfazem.





4

Explorando associações entre perfis e percursos¹⁵

Assumindo que os percursos laborais são socialmente determinados e, assim sendo, refletem o peso de características externas ao mercado de trabalho, passamos, então, a investigar se conjuntos distintos de características se associariam de modo diverso às classes de trajetórias.

Para tal, partimos do suposto de que um conjunto de fatores poderia contribuir de forma diferente para alterar a chance de perfazer-se um certo tipo de percurso no mercado de trabalho, configurando padrões distintos de pertencimento. Para tal, organizamos as características de perfil dos entrevistados em quatro dimensões mais significativas, gerando quatro blocos de indicadores relativos a:

- (a) Atributos individuais: aqui incluímos características habitualmente utilizadas como variáveis de controle e que são relevantes para o nosso tema, como sexo, raça e condição no domicílio (se o jovem é pessoa de referência ou cônjuge);
- (b) Posição no ciclo de vida quando da realização da pesquisa: neste caso, consideramos dois tipos de indicadores: 1) uma variável definida originalmente pela própria OIT (VENTURI; TORINI, 2014) para expressar a realização da transição rumo à vida adulta; 2) e outras variáveis que criamos para indicar a proporção do tempo de vida dos jovens transcorrido desde a ocorrência de alguns marcos fundamentais nesta transição, quais sejam: tempo desde o nascimento do primeiro filho, do abandono da escola, do primeiro registro de evento ocupacional e desde o casamento (esta última estimada a partir do tempo transcorrido desde que o jovem mora junto com o/a cônjuge);
- (c) Relação com o mercado de trabalho: para evitar contaminação com as variáveis usadas para criar a tipologia de percursos, aqui se incluem características que dizem da qualidade da relação com o mercado, a saber: a satisfação/insatisfação do jovem com o trabalho e as

15 Conquanto essa seção tenha sido concebida em equipe, a redação das análises foi desenvolvida por Murillo Marschner Alves de Brito e Nadya Araujo Guimarães.



proporções de tempo de busca ativa por ocupação e de assalariamento (desde o primeiro registro de evento ocupacional);

- (d) Caracterização social do domicílio de origem: aqui foram incluídos o nível de escolarização dos pais, a existência de pessoa de referência e cônjuge no domicílio de origem, e a condição de migração (se o jovem é migrante ou não é).

A escolha dessas variáveis quis, ademais, dar consequência ao nosso entendimento de que as trajetórias no mercado de trabalho são construídas de formas muito distintas a depender do modo como se entrelaçam as experiências ocupacional, educacional e familiar. Por isso, a caracterização da posição no ciclo de vida tornou-se uma dimensão de grande valia para explorar os efeitos de eventos educacionais e/ou demográficos sobre o pertencimento a um ou outro tipo de percurso. Desse modo, diferenças sociais que já se exprimiam nos achados descritivos da seção anterior, serão agora mais bem exploradas por meio da introdução de uma dimensão que diz respeito às características do domicílio de origem.

Do ponto de vista operacional, iniciamos a análise procurando formular uma primeira resposta estatisticamente sustentável sobre a associação entre as características que compõem cada um dos blocos e a tipologia de trajetórias. Para tanto, verificamos se existiam correlações empíricas entre, por um lado, os indicadores utilizados na composição de cada um dos blocos e, por outro, as classes de trajetórias vividas no mercado de trabalho pelos jovens entrevistados.

A Tabela 2 apresenta¹⁶ para a correlação entre os seis tipos de trajetórias e as variáveis componentes do primeiro bloco de indicadores aqueles que se referem aos atributos individuais dos jovens, a saber: raça, sexo e condição no domicílio.

Todas as outras características do bloco de atributos individuais estão associadas às classes de trajetórias de modo estatisticamente significante. Homens estão menos relacionados ao pertencimento à classe 1 (dos adolescentes em formação), e mais associados às classes 3, 4 e especialmente à 6, as quais abarcam os percursos mais virtuosos no mercado laboral, seja pela marca do trânsito para o assalariamento (classe 3), seja pela maior estabilidade e estruturação dos trajetos (classe 4), seja pelo maior comando sobre a circulação mercantil, mesmo se com inserção mais recente (classe 6).

Já a associação entre as mulheres e a classe 1 (dos adolescentes em formação) é a maior dentre as observadas com respeito a todas as classes de percurso. Vale dizer, se os brancos têm peso destacado entre os mais jovens e que estão fora do mercado, esse tipo de percurso está ainda mais fortemente associado à situação laboral das adolescentes entrevistadas.

16 Escolhemos para medir tal correlação o coeficiente de Spearman (ρ). Essa medida não-paramétrica de associação entre variáveis foi adotada por ser mais adequada à natureza das variáveis escolhidas, várias das quais ordinais ou nominais.



Tabela 2

Grau de associação entre as classes de trajetórias e os atributos individuais

	Sexo <i>masculino = 1</i>	Idade	Raça <i>branco=1</i>	Raça <i>preto=1</i>	Raça <i>pardo=1</i>	Condição no domicílio <i>pessoa de referência ou cônjuge=1</i>
CLASSE 1	-,111 ⁽¹⁾	-,292 ⁽¹⁾	,042 ⁽²⁾	-0,02	-0,02	-,097 ⁽¹⁾
CLASSE 2	-0,01	-,215 ⁽¹⁾	-0,03	0,00	0,03	-,133 ⁽¹⁾
CLASSE 3	,047 ⁽¹⁾	,088 ⁽¹⁾	0,01	0,00	-0,01	0,01
CLASSE 4	,049 ⁽¹⁾	,208 ⁽¹⁾	0,02	-0,03	0,00	,089 ⁽¹⁾
CLASSE 5	0,01	,293 ⁽¹⁾	-,040 ⁽²⁾	,038	0,01	,181 ⁽¹⁾
CLASSE 6	,065 ⁽¹⁾	,213 ⁽¹⁾	-0,02	0,03	0,00	,103 ⁽¹⁾

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

(1) sig<0.01, (2) sig<0.05.

No que concerne à variável “raça”, preferimos, nesta seção, alterar o seu modo de operacionalização, dividindo-a em três categorias: “brancos”, “pardos” e “pretos”.¹⁷ Os resultados mostraram-se especialmente interessantes. Assim, em apenas um dos grupos raciais, o dos jovens autodeclarados “pardos”, inexistiu associação estatística significativa com qualquer dos tipos de trajetórias. Entre os jovens “pretos” ela existe e é positiva com a classe de trajetória 5, a dos jovens adultos com longa inserção no trabalho, sujeitos a um maior risco de desemprego e com mais tempo de abandono dos estudos. Já entre os jovens “brancos”, há associação positiva com a classe 1, dos adolescentes em formação, e negativa com a classe 5, dos jovens sujeitos a maior risco no desemprego. Tais resultados indicam a existência de uma seletividade racial que distribui “pretos” e “brancos” em classes de percurso laboral específicas e contrapostas; mas tal seletividade parece não operar em detrimento dos mestiços (aqueles que se declararam “pardos”), seja em relação a brancos ou a negros. A raça, por outro lado, é uma característica que pouco nos diz sobre as dimensões que distinguem as classes 2, 3, 4 e 6.

A condição no domicílio¹⁸, assumida aqui como um indicador de autonomização no ciclo de vida, é outro atributo individual que nos ajuda a diferenciar perfis segundo sua associação às classes de trajetórias. Assim, aqueles pertencentes à classe 1 (dos adolescentes em formação) e em especial os que fazem o percurso de tipo 2 (jovens em trânsito para o assalariamento) tendem predomina-

17 Tal decisão resulta do interesse em testar a existência de eventual heterogeneidade, no tipo de trajetória, ao interior do grupo que antes classificáramos como “negros”. Literatura no campo dos estudos das desigualdades raciais no Brasil tem chamado a atenção para a existência de uma hierarquia no acesso a oportunidades e nos retornos salariais, diferenciando “pretos” de “pardos”, os primeiros em situação de maior desvantagem (Silva, 1985; Telles, 2004). Assim, a partir da evidência relatada na seção anterior, quando o tipo 5 de trajeto revelou-se amplamente formado por “negros”, decidimos alterar a operacionalização dessa variável, de modo a verificar a existência de eventual heterogeneidade nas chances de percursos entre os principais subgrupos contidos na antiga categoria “negros”; e, para tal, separamos “pretos” de “pardos”.

18 Operacionalizamos a condição no domicílio por meio da informação sobre se o jovem respondente era pessoa de referência ou cônjuge ali onde residia, ou não.



temente a ser filhos no domicílio. Já os jovens das classes 4 (com inserção estável e estruturada), 5 e 6 (ambas classes de jovens adultos, na 5, negros com mais risco de desemprego e, na 6, jovens mais recentemente ingressados no mercado, mas com maior comando sobre sua inserção), têm mais chances de serem pessoas de referência ou cônjuges. Claro está que a idade, ao variar, aumenta a propensão a esse movimento de autonomização com relação ao domicílio de origem. Note-se, entretanto, que esse está longe de ser um movimento “natural”, linear ou inexorável por sua inscrição no fluir do tempo biológico. Prova disso é que atinge de modo distinto os jovens adultos; essa propensão é especialmente mais elevada entre aqueles da classe 5.

Os resultados reunidos nesta seção nos permitem precisar melhor o raciocínio antes formulado. Por certo, fortalece-se o achado de que a idade é um fator fortemente associado à tipologia de trajetórias dos jovens. Ela tende a ser mais alta principalmente entre os entrevistados agrupados na classe 5, mas também está positivamente associada (e de forma crescente) aos das classes 3, 4 e 6, que abarcam os percursos mais virtuosos no mercado laboral. Entre os jovens agrupados nas classes 1 e 2, por outro lado, quanto mais alta a idade do entrevistado, menores as chances de que perfaçam essas trajetórias (o que se expressa no valor negativo do coeficiente). Reafirma-se, assim, que a idade é uma característica com boa capacidade de diferenciar os tipos de percurso, sendo, por isso mesmo, um eixo analítico que estrutura a compreensão dos mesmos. Entretanto, a análise agora apresentada deixa também evidente que, para entendermos a distribuição dos casos pelas seis classes de percurso, não basta conhecermos a variação na idade; outros atributos individuais também contribuem.

Assim, observando a diversidade das classes de trajetória a partir da dimensão dos atributos individuais, temos elementos para acreditar que a classe 1 (dos adolescentes em formação) é predominantemente feminina, de idade baixa, levemente branca e composta por jovens que ainda permanecem majoritariamente como filhos no domicílio. Para a classe 2 (dos recém-chegados, com experiência laboral ainda recente e muito variada), os atributos individuais parecem ter menor capacidade de discriminação, mas ainda assim é possível dizer que esse tipo de percurso é mais característico de jovens de baixa idade, e que são também filhos nos seus domicílios. A classe 3 (dos jovens em trânsito para o assalariamento) é a que menos discrimina com base em atributos individuais, notando-se apenas uma ligeira predominância de homens e de jovens com mais idade que os das classes anteriores. A classe 4 (dos jovens com inserção estável em relações de emprego estruturadas) caracteriza-se principalmente pela predominância de homens, mais velhos e que já não são mais filhos no domicílio. A classe 5 (dos jovens adultos negros com longa inserção e maior risco de desemprego) associa-se com um número significativo de atributos: são jovens em idade mais avançada, menos brancos e mais negros, mais frequentemente chefes e/ou pessoas de referência em seus domicílios. Por fim, a classe 6 (dos jovens adultos que, apesar da inserção recente, têm maior comando sobre sua circulação no mercado) mostra-se mais masculina, mais velha e formada, por isso mesmo, por indivíduos geralmente já autônomos com relação ao domicílio de origem.

Passemos a examinar a segunda dimensão de variáveis de perfil, qual seja, aquela que contém os indicadores da posição do entrevistado no ciclo de vida. O fenômeno da transição para a vida adulta será o nosso eixo de interesse; buscaremos verificar se e como ele se associa aos seis tipos de trajetória. A Tabela 3 apresenta a matriz de correlações de Spearman entre os tipos de trajetória e os indicadores utilizados para caracterizar a posição dos jovens em seu ciclo de vida.



Tabela 3

Grau de associação entre as classes de trajetórias e posição no ciclo de vida

	OIT - transição completa	OIT - transição não iniciada	OIT - em transição	Casado	Primeiro filho	Parou estudo	1º Registro Ocupacional
CLASSE 1	-,457(1)	,541(1)	,044(2)	-,082(1)	-,103(1)	-,241(1)	-,558(1)
CLASSE 2	,127(1)	-,165(1)	0,005	-,141(1)	-,132(1)	-,137(1)	-,143(1)
CLASSE 3	,145(1)	-,201(1)	0,005	-0,002	-0,014	,100(1)	,186(1)
CLASSE 4	,115(1)	-,128(1)	-0,015	,095(1)	,119(1)	,137(1)	,290(1)
CLASSE 5	,150(1)	-,117(1)	-,063(1)	,180(1)	,175(1)	,209(1)	,359(1)
CLASSE 6	,093(1)	-,108(1)	-0,015	,098(1)	,118(1)	,139(1)	,248(1)

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios
 (1) sig<0.01, (2) sig<0.05.

Essa segunda dimensão de características de perfil dos entrevistados mostrou-se bastante associada à tipologia de trajetórias. Quando considerado o indicador de transição concebido pela própria OIT¹⁹ vê-se que a classe 1 (dos adolescentes em formação) diferencia-se das demais por concentrar mais jovens com transição não iniciada, contrapondo-se àqueles com transição completa. Unicamente essa classe apresenta tal comportamento em relação ao indicador da OIT. Todas as demais classes (de 2 a 5) estão positivamente associadas a jovens que, pelo indicador OIT, já teriam a sua transição completa e, por isso mesmo, vemos na Tabela 3 que elas estão negativamente associadas a jovens com transição não iniciada. Ademais, os valores dos coeficientes sugerem que apenas a classe 1 pode ser bem discriminada de acordo com o indicador OIT. Dizendo-o de outro modo, é baixa a sensibilidade do indicador a diferenças pertinentes quando se trata do entendimento das múltiplas formas, ou múltiplos tipos, de transição - em particular entre os jovens que já estão no mercado. A métrica adotada nesse indicador tem, por isso mesmo, um paradoxal resultado analítico: os movimentos em direção a estabelecer-se no mercado de trabalho – diversos, incertos, cheios de marchas e contramarchas, tal como se pode ver nos gráficos que representam os tipos de percurso – reduzem-se a um único estado, o de “transição completa”. Com isso, deixa-se escapar justamente o que se queria descrever.²⁰

Quando observamos a relação entre os tipos de trajetória e as variáveis que criamos para demarcar a passagem do tempo a partir de eventos relevantes do ciclo de vida os resultados são também

19 O indicador de realização de transições da escola para o trabalho, tal como proposto pela OIT, classifica os jovens de 15 a 29 anos em três categorias: a) transição completa; b) em transição; e c) transição não iniciada. Tal categorização fundamenta-se em características reportadas sobre participação no mercado de trabalho, tais como participação, tipo de vínculo e satisfação com o trabalho. Mais detalhes sobre a construção do indicador podem ser encontrados em Venturi e Torini (2014).

20 Por outro lado, considerando que o indicador concebido pela OIT tinha o fito de facilitar a comparação entre países, o seu baixo poder de capturar diferenças pertinentes, quando se trata do entendimento das múltiplas formas de transição que distinguem os jovens brasileiros, alerta para o risco de perdermos em especificidade na caracterização de contextos nacionais quando ganhamos em generalidade, ao simplificarmos as tipologias em busca de uma métrica comum às diferentes sociedades que se quer comparar.



interessantes. Neste caso, evidencia-se a boa capacidade dessas medidas de discriminar entre as classes de trajetória. Os jovens das classes 1 (os adolescentes em formação) e 2 (os recém-chegados ao mercado) têm, em geral, menos tempo transcorrido entre o casamento e a data da pesquisa; o oposto ocorrendo para as classes 4, 5 e 6, em especial para a classe 5 (negros com mais risco de desemprego). São, portanto, indivíduos com uma maior proporção de tempo transcorrido em suas vidas, desde o casamento. Evidências de padrões similares são observados para os demais marcadores analisados. No caso do primeiro filho, nota-se como as classes 1 (os adolescentes em formação) e 2 (os recém-chegados ao mercado) têm associação negativa com o tempo transcorrido (ou seja, quanto mais tempo transcorrido desde o nascimento do primeiro filho, menores as chances de pertencimento a esses dois tipos de percurso ocupacional). Já as classes 4, 5 e 6 têm associação positiva, o que caracteriza jovens com mais tempo transcorrido desde o nascimento do primeiro filho.

Quando se considera o abandono dos estudos, o tempo transcorrido desde então associa-se negativamente aos tipos 1 (os adolescentes em formação) e 2 (os recém-chegados ao mercado), sugerindo tratar-se, nesses dois casos, de jovens que saíram da escola há pouco tempo (ou ainda nem saíram). Entretanto, o tempo de abandono dos estudos está positivamente associado a todas as demais classes de trajetória; novamente se destaca a proporção maior do curso de vida transcorrido desde o abandono dos estudos no caso da classe 5 (jovens negros com longa inserção no trabalho e maior risco de desemprego).

Por fim, o tempo transcorrido desde o primeiro registro de evento ocupacional mostrou-se um indicador muito associado às trajetórias: a correlação negativa é muito alta na classe 1, o que nos faz crer que se trata, em média, de jovens ainda não inseridos ou inseridos há pouco tempo no mercado de trabalho. Os jovens da classe 5 (negros com mais risco de desemprego) mais uma vez contra-põem-se a esse padrão, com associação positiva e alta com o indicador que marca o início da vida ocupacional – o mesmo ocorre, conquanto com menor intensidade, entre os jovens das classes 4, 6 e 3, nesta ordem.

Em suma, observando como variam as chances de perfazer cada um dos tipos de percurso dada a posição dos indivíduos em marcadores importantes dos seus ciclos de vida, pode-se concluir que os jovens da classe 1 (adolescentes em formação) em média ainda não iniciaram sua transição, nos termos da medida elaborada pela OIT; e são os indivíduos para os quais menos tempo proporcional transcorreu desde a ocorrência de todos os marcos que consideramos: nascimento do primeiro filho, casamento, abandono dos estudos e inserção ocupacional. O outro lado dessa história nos é contado pelos jovens da classe de trajetória 5 (jovens adultos negros com longa inserção e mais risco de desemprego). Em geral, são os mais propensos a já terem realizado a transição tal como delimitada na medida da OIT, e também são aqueles com mais tempo de vida transcorrido qualquer que seja o marcador que se leve em conta. Entre esses dois polos estão as demais categorias da tipologia, com a classe 2 (os recém-chegados ao mercado) se aproximando mais do perfil observado para 1, e as classes 3 (jovens em trânsito para o assalariamento), 4 (jovens com inserção estável e estruturada) e 6 (jovens adultos com inserção recente e maior comando sobre suas transições) mais próximas ao que observamos para o perfil da classe 5 (jovens adultos negros com longa inserção e maior risco de desemprego).

A terceira dimensão que destacamos como relevante para descrever as características de perfil dos entrevistados relacionava-se com a qualidade da sua inserção ocupacional. A Tabela 4 apresenta os coeficientes de associação entre cada um dos indicadores reunidos nessa dimensão e os seis tipos de trajetórias.



Tabela 4

Grau de associação entre as classes de trajetórias e a qualidade da inserção ocupacional

	SATISFEITO com o trabalho	INSATISFEITO com o trabalho	Proporção de tempo como ASSALARIADO	Proporção de tempo EM PROCURA ATIVA
CLASSE 1	-,300 ⁽¹⁾	-,057 ⁽¹⁾	-,595 ⁽¹⁾	-,304 ⁽¹⁾
CLASSE 2	,086 ⁽¹⁾	0,011	,290 ⁽¹⁾	-,061 ⁽¹⁾
CLASSE 3	,083 ⁽¹⁾	0,02	,181 ⁽¹⁾	,197 ⁽¹⁾
CLASSE 4	,071 ⁽¹⁾	0,006	,125 ⁽¹⁾	,091 ⁽¹⁾
CLASSE 5	,112 ⁽¹⁾	0,013	,079 ^{(1) (1)}	,148 ⁽¹⁾
CLASSE 6	,069 ⁽¹⁾	0,034	,063 ⁽¹⁾	,074 ⁽¹⁾

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios
Associações significativas entre atributos individuais e classes de trajetórias.

A condição de satisfação com o trabalho separa a classe 1 – significativamente insatisfeita – das demais classes, cuja associação com este indicador é geralmente positiva, indicando que os jovens dessas classes geralmente estão mais satisfeitos com seus trabalhos. Por outro lado, os indicadores de tempo de inserção (procura ativa e assalariamento), assim como ocorre com relação ao tempo transcorrido desde o primeiro registro de evento ocupacional, ajudam a diferenciar as categorias de trajetórias em suas específicas relações com os perfis dos entrevistados. A proporção de tempo de assalariamento e procura ativa na trajetória profissional está muito associada, mas de forma negativa, à classe 1; com razão, pois se trata do tipo que reúne os adolescentes em formação. O tempo de assalariamento, por outro lado, encontra-se positivamente associado a todos os demais tipos de percurso, em especial ao 2, os recém-chegados, sugerindo que, neste caso, trata-se de jovens inseridos recentemente no mercado, em geral em ocupações com relações assalariadas de trabalho. Por fim, a importância da procura de trabalho caracteriza principalmente os percursos de tipos 3 e 5; os jovens em trânsito para o assalariamento (tipo 3) e os jovens adultos negros (tipo 5) apresentam os níveis mais altos de comprometimento do tempo de suas trajetórias profissionais com a procura de trabalho, configurando trajetórias onde a insegurança laboral parece dar o tom ao percurso, comprometendo-lhe a qualidade.

Por fim, a Tabela 5 apresenta os resultados das correlações observadas entre, por um lado, as classes de trajetórias e, por outro, os indicadores de caracterização do domicílio de origem .

**Tabela 5****Grau de associação entre as classes de trajetórias e características do domicílio de origem**

	Escolarização dos pais	Migrante	Pai e mãe no domicílio de origem
CLASSE 1	0,02	-,095 ⁽¹⁾	-0,01
CLASSE 2	,052 ⁽¹⁾	,041 ⁽²⁾	-0,01
CLASSE 3	-0,02	0,02	0,01
CLASSE 4	-0,03	0,02	0,01
CLASSE 5	-,067 ⁽¹⁾	,044 ⁽²⁾	0,01
CLASSE 6	0,00	0,01	-0,01

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

(1) sig<0.01, (2) sig<0.05.

Nossos resultados sugerem que as características do domicílio de origem têm associação relevante com apenas algumas das classes de trajetória. A escolarização dos pais, por exemplo, apresenta associação significativa e positiva somente com a classe de percurso 2 (os recém-chegados no mercado), sugerindo que estes sejam jovens provenientes, em média, de domicílios com pais de escolarização mais alta. Inversamente, a associação é negativa com os jovens da classe 5 (jovens adultos negros com longa inserção e maior risco de desemprego), que em média tendem a contar com pais de escolarização mais baixa. A condição de migração é uma característica mais marcante entre as classes 2 (os recém-chegados) e 4 (jovens com inserção estável e estruturada), e menos marcante na classe 1 (adolescentes em formação). Vale dizer as duas primeiras classes de trajetória seriam mais propensas a agregar jovens que não nasceram nos municípios em que residem, enquanto que na trajetória de tipo 1 essa propensão seria menor. A existência de pai e mãe no domicílio de origem não se encontra associada a qualquer das classes de trajetória.

Em suma, os resultados obtidos para as associações entre as classes de trajetórias e as quatro dimensões socialmente relevantes para a transição – a) atributos individuais, b) ciclo de vida, c) qualidade da inserção no mercado de trabalho, e d) domicílio de origem – nos permitiram avançar na caracterização dos diversos grupos, documentando empiricamente a diversidade de perfil dos seis tipos de trajetórias. Vimos como as dimensões se entrecruzam, consolidando trajetórias características de pessoas mais brancas ou pretas; que há mais ou menos tempo tiveram filhos, ou estabeleceram relações de conjugalidade. Em algumas das trajetórias há a predominância do tempo de estudo e noutras a inserção ocupacional se deu de forma mais precoce. Isso reforça o nosso entendimento de que olhar para a população de 15 a 29 anos é olhar para muitas juventudes, e que a nossa tipologia é uma forma de expressão, ainda que incompleta, dessa multiplicidade. Dentro desse conjunto de determinantes dos perfis dos entrevistados, vimos que a idade é uma variável extremamente relevante, funcionando como um eixo cuja análise pode nos orientar a imputar uma ordem a essa multiplicidade.

Isso nos deixa diante de uma pergunta chave, qual seja: como o pertencimento às classes de trajetórias expressa-se ao longo do ciclo de vida dos jovens brasileiros? Desafiados por essa indagação e visando tornar mais sólidas as nossas conclusões a respeito dos elos entre percursos e perfis, fizemos um novo exercício de modelagem estatística (vide Encarte 4). Buscamos prever as chan-



ces de pertencimento de cada indivíduo às seis classes da nossa tipologia de trajetórias, dados os conjuntos de características em cada uma das quatro dimensões de que tratamos antes. Ademais, por entendermos que a variação na idade joga um papel central, procuramos verificar como essas chances variariam à medida que passasse o tempo, ou seja, quanto mais um jovem avançasse em termos etários.

Encarte 4

Estimando as chances de pertencimento às classes de trajetória

Para estimar as chances de que um dado indivíduo pertença a uma das seis classes de trajetória, usamos um modelo de regressão. Como a nossa variável dependente – classe de trajetória – é de natureza categórica, e como em sua definição operacional conta com mais de duas categorias (são seis classes de trajeto), optamos pela utilização de um modelo de regressão adequado para estimações a partir de distribuições multinomiais.

A forma funcional do modelo pode ser especificada a partir da seguinte equação:

$$\varphi_i = \ln(P_{ik} / P_{iK}) = \alpha + \sum \beta_n X_{in} + \sum \beta_n \delta_{im} + \varepsilon$$

para $k = 1, \dots, K - 1$

onde φ_i representa o logaritmo natural das chances de pertencimento a uma das classes de trajetórias (k).

Para cada bloco de variáveis há seis possibilidades de resultados, relativos às seis classes da tipologia das trajetórias, nossa variável dependente em todos os modelos.

Para todos os modelos, o termo α significa uma constante, os β 's são os coeficientes de regressão, X_{in} é um vetor de variáveis, em cada modelo, referentes à dimensão que nos interessa analiticamente (atributos individuais, posição no ciclo de vida, inserção laboral e domicílio de origem), δ_{im} é um vetor de variáveis de controle, que contém apenas um indicador: a idade. Isso porque, e como já evidenciamos em seções anteriores deste texto, a idade se mostrou uma variável muito relevante analiticamente para todas as dimensões até aqui investigadas, sendo, por isso mesmo, a única variável transversal a todos os modelos nessa análise.

Partindo-se desse pressuposto – da relevância analítica da idade – nossos modelos buscarão trazer evidências sobre a natureza da relação entre idade e pertencimento às classes de trajetórias quando mediada por conjuntos específicos de variáveis explicativas.

Os Gráficos 13 a 16 sintetizam os resultados. Em cada gráfico a chance de pertencimento às seis trajetórias é estimada a partir de um dos blocos de variáveis de interesse, ou seja, a partir de uma das quatro dimensões antes destacadas. Por privilegiarmos analiticamente a idade enquanto fator de interpretação do pertencimento às trajetórias, optamos por apresentar os resultados dos modelos a partir da idade dos indivíduos. No bloco 1, temos as chances de pertencimento às classes de trajetó-

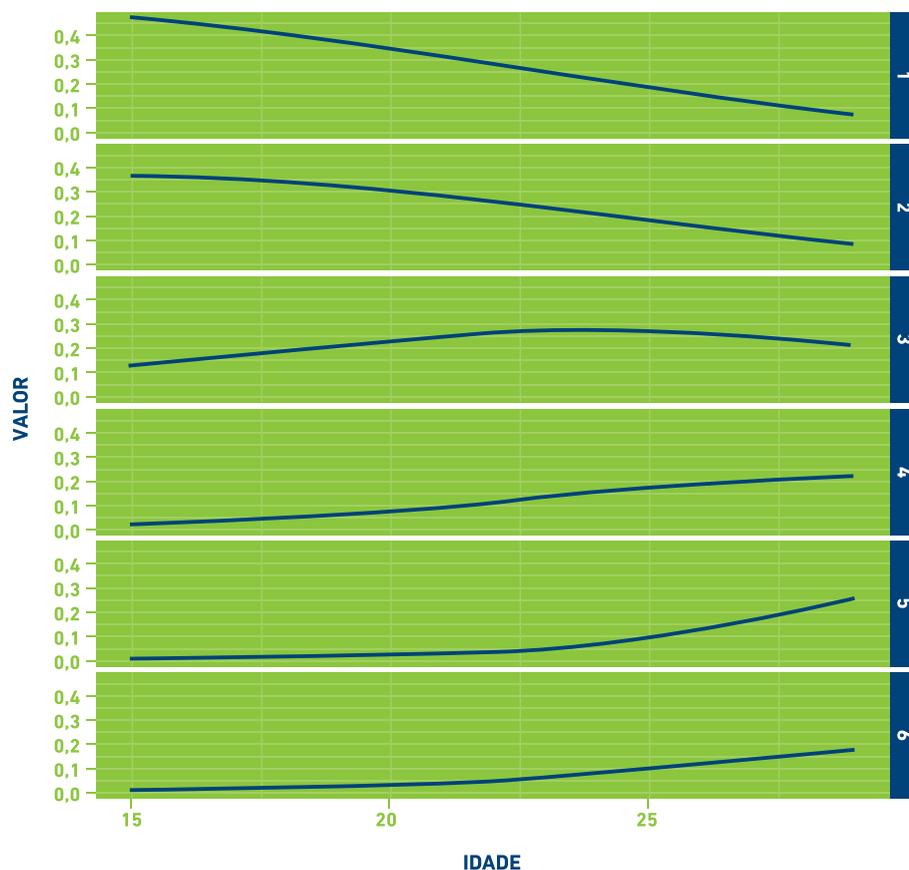


ria de acordo com atributos individuais (Gráfico 13); no bloco 2, com a posição do jovem em relação a importantes marcos do seu ciclo de vida (Gráfico 14); no bloco 3, características de sua inserção ocupacional (Gráfico 15), e no bloco 4, características do domicílio de origem (Gráfico 16). A idade é a única variável comum às estimações. O objetivo é evidenciar padrões de pertencimento às categorias de trajetórias que emergem a partir de diferentes conjuntos de indicadores – nossos blocos –, e como este pertencimento se altera à medida que o jovem vai ficando mais velho.

Resumindo os achados, apresentaremos em seguida, um conjunto de quatro gráficos, cada um deles evidenciando como as chances de pertencimento às classes de trajetória variam dependendo das variáveis utilizadas na estimação e da idade. No eixo x temos a idade variando, entre 15 e 29 anos; e no eixo y as chances de pertencimento a cada uma das categorias (que varia entre 0 e 1). A curva representa a variação nas chances de pertencimento às categorias de 1-6 (tipos de percurso) de acordo com a idade dos jovens.

Gráfico 13

Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET, de acordo com atributos individuais (bloco 1)

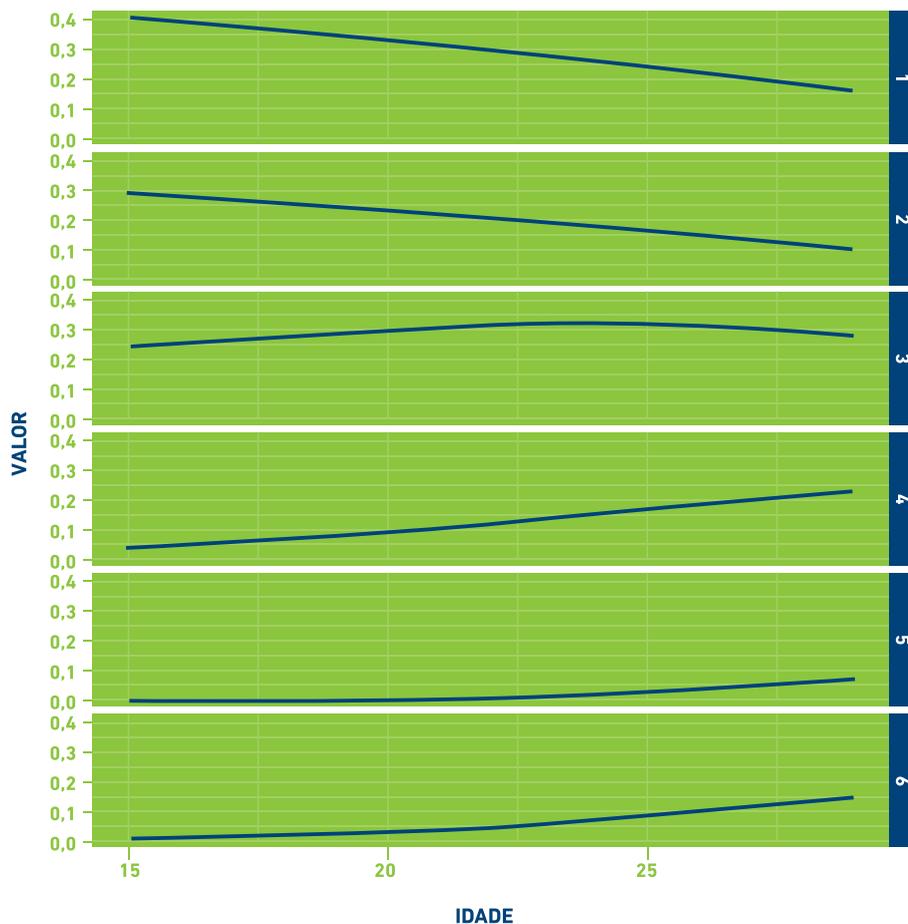


Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios



Gráfico 14

Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET, de acordo com a posição no ciclo de vida (bloco 2)

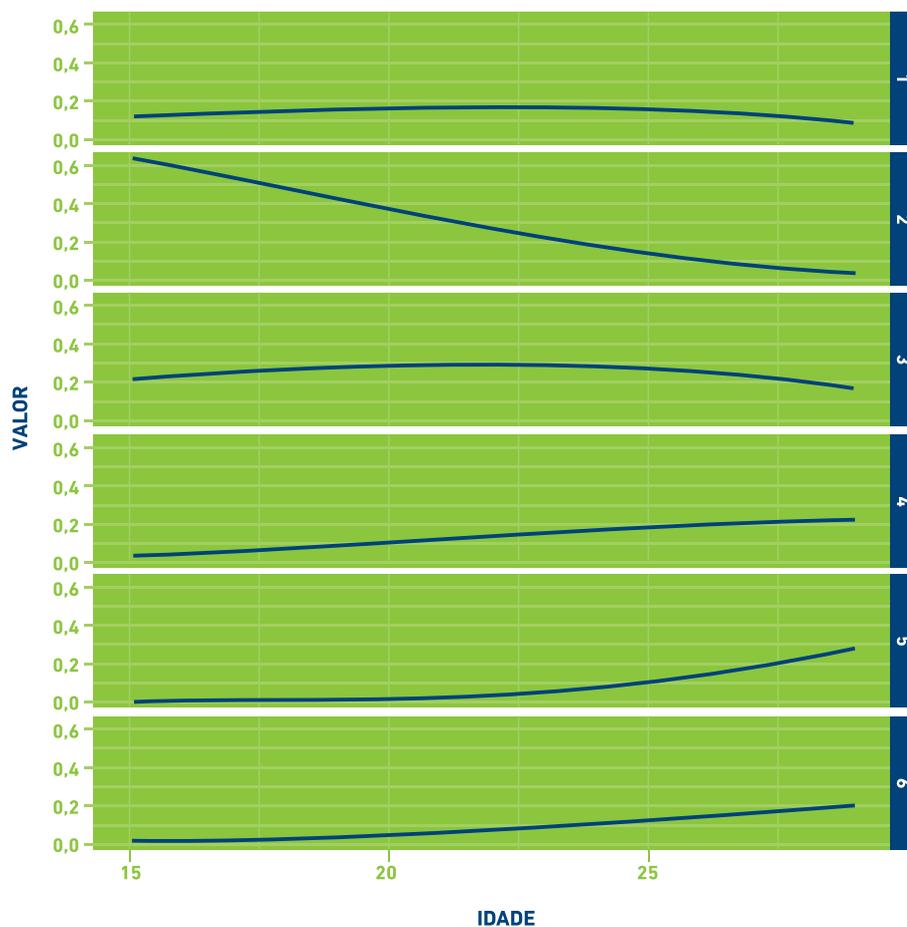


Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios



Gráfico 15

Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET, de acordo com características da inserção do jovem no mercado de trabalho (bloco 3)

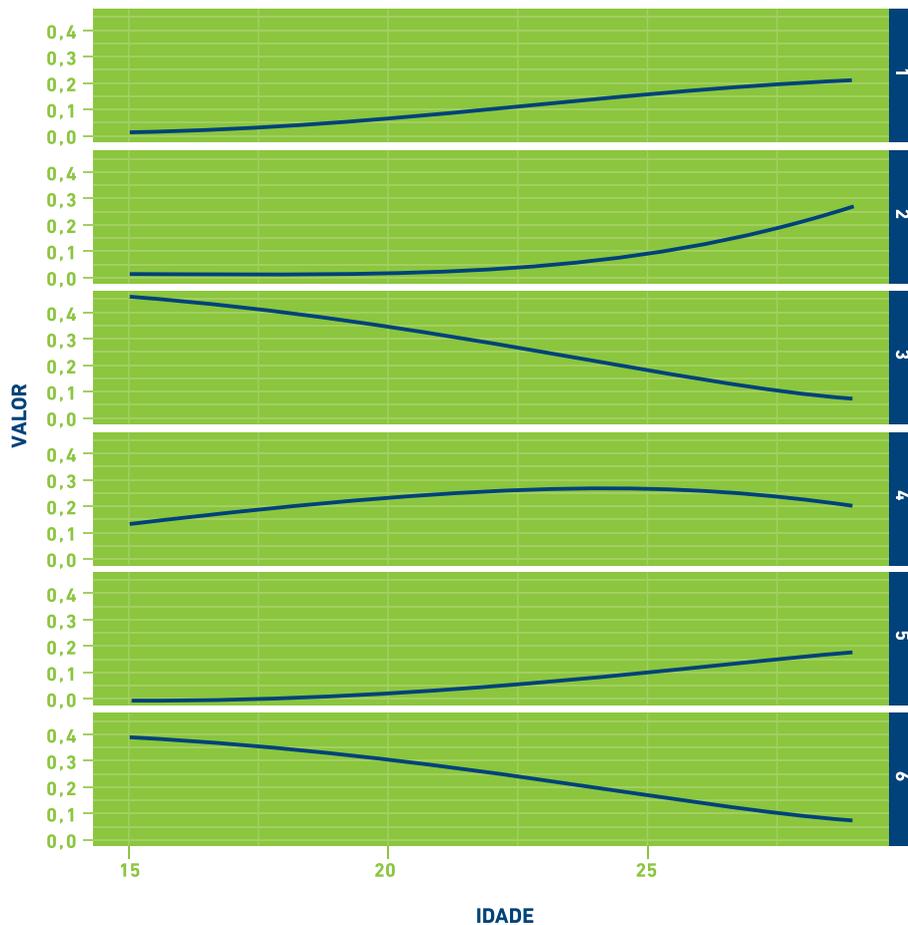


Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios



Gráfico 16

Chances estimadas de pertencimento às trajetórias OIT-TET, de acordo com características do domicílio de origem (bloco 4)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios



Os resultados das estimações apontam para que o pertencimento à classe 1 (que denominamos como a dos “adolescentes em formação”), quando predito a partir das variáveis de características individuais, decresce de forma célere à medida que avança a idade (Gráfico 13). O mesmo também ocorre, ainda que de maneira menos intensa, ao observarmos o conjunto de variáveis referentes ao ciclo de vida (Gráfico 14). Ou seja, a chance de fazer esse tipo de trajetória – estando fora do mercado, em formação – aumenta significativamente por força de características individuais e da posição no ciclo de vida; e com efeito, vimos que esse é um grupo fortemente marcado pela presença dos adolescentes ainda em formação escolar. A chance de vir a fazer esse tipo de trajeto laboral, estando com maior idade, está em certa medida condicionada ao pertencimento a domicílio com características socioeconômicas especiais, seja pela maior escolaridade dos pais, seja pela chance maior de serem migrantes (Gráfico 16). Quase irrelevante é o impacto que a qualidade da inserção no mercado de trabalho tem sobre a probabilidade de estar-se no tipo 1 de percurso; há um leve efeito do aumento na idade, que tende a aumentar as chances de encontrarmos nessa classe jovens mais satisfeitos com o trabalho e que estão a uma proporção maior de tempo no mercado (inseridos como assalariados ou em busca ativa); entretanto, esse leve aumento parece se passar apenas até aproximadamente os 22, 23 anos, quando, então, diminuem as chances, numa curva em formato de “U” (Gráfico 15).

O pertencimento à classe de percurso 2 – que intitulamos como a classe dos “recém-chegados”, e que caracterizamos como jovens com experiência ocupacional recente e diversificada – também varia negativamente com a idade quando o estimamos seja a partir dos atributos individuais, seja a partir da posição no ciclo de vida (Gráficos 13 e 14). E nisso a tendência para o tipo 2 de trajetória é similar à que observamos para o tipo 1. Esse é um grupo de jovens de menor idade, pelo que o aumento desta diminui as chances de fazer-se a classe 2 de percurso laboral; e com razão, a experiência de inclusão recente no mercado é uma característica dos mais jovens, antes que dos de idade mais elevada. E ainda mais claramente do que no tipo 1 de trajetória, quando se é mais velho, uma entrada atrasada no mercado de trabalho, em forma incerta e ainda pouco estruturada de inserção só se explica pela ancoragem do jovem num certo tipo de configuração do domicílio, seja por existirem pais com maior escolaridade, seja por se tratar de um grupo migrante (Gráfico 16). Já no que concerne aos indicadores de qualidade da inserção no mercado de trabalho, o resultado é diverso daquele que observamos para a classe 1. Entre os jovens do tipo 2 de trajetória, as características da inserção ocupacional são as que têm maior efeito na definição da chance de pertencimento a esse tipo de percurso (gráfico 15). Um efeito que além de ser fortemente negativo, é de magnitude muito maior que aquela encontrada em qualquer dos outros cinco tipos de trajetória laboral. E isso faz todo sentido: a chance de estar satisfeito com um percurso incerto, quando se tem uma idade mais elevada, é (e com justa razão) clara e certamente decrescente.

Com relação ao pertencimento à classe 3 (a dos jovens em trânsito para o assalariamento), os resultados sugerem que esta é uma classe de trajetória mais tipicamente associada a entrevistados que não são nem tão jovens (próximos aos 15 anos) nem tão velhos (próximos aos 29). Os resultados sugerem que o pertencimento à classe 3, é definido principalmente pelo bloco de indicadores sobre o ciclo de vida (Gráfico 14). Todavia, a tendência observada em três dos quatro blocos de indicadores (atributos individuais, mercado de trabalho e ciclo de vida) é a de inexistência de associação linear entre idade e pertencimento a essa classe de trajetórias. Entretanto, no que tange aos indicadores de caracterização do domicílio de origem, há uma relação negativa: se considerarmos somente carac-



terísticas do domicílio de origem para estimar as chances de pertencimento, veremos que os efeitos destas tendem a ser mais altos entre os mais jovens, e mais baixos entre os mais velhos (Gráfico 16).

O pertencimento à classe 4 (jovens com percursos mais estáveis e estruturados) é o que mais dificilmente se explica pelos modelos estimados. O pertencimento a essa classe está mais associado linearmente à idade no que diz respeito aos atributos individuais e ao ciclo de vida (Gráficos 13 e 14). Em ambos os casos, ainda que de forma menos intensa do que observamos para outras classes de trajetórias, a idade aumenta as chances de pertencimento ao tipo 4 de percurso. Os indicadores da qualidade da inserção no mercado de trabalho pouco nos dizem sobre a relação entre idade e pertencimento ao tipo 4 de trajetória laboral, muito embora sugiram, de maneira apenas discreta, que a condição de satisfação com o trabalho e a inserção mais longa tendem a aumentar as chances de pertencimento a essa classe de trajetórias à medida em que os entrevistados vão se tornando mais velhos (Gráfico 15). Os indicadores sobre o domicílio de origem são os que parecem predizer melhor o pertencimento à classe 4 ao longo da distribuição etária: jovens com pais mais escolarizados e que são migrantes tendem a ter mais chances de pertencimento a esse tipo de percurso até por volta dos 24, 25 anos, e a partir de então passam a ter chances decrescentes (Gráfico 16).

Os resultados sugerem similaridades nos padrões de pertencimento às classes de trajetórias 5 (jovens adultos com maior risco de desemprego) e 6 (jovens adultos com maior comando sobre a sua circulação no mercado). Do ponto de vista dos atributos individuais, as chances de pertencimento são sempre reduzidas em idades mais baixas e aumentam entre os jovens com idade mais avançada; ou seja, essas são trajetórias típicas de jovens adultos, com chances de serem especialmente mais velhos entre os que fazem a trajetória de tipo 5. Ademais, vemos que jovens adultos negros, do sexo masculino e autônomos com relação ao domicílio de origem têm maiores chances de pertencimento à classe de trajetória 5 que à classe 6 (Gráfico 13). Já os indicadores de posição no ciclo de vida contam uma história um pouco diferente: jovens com mais tempo decorrido em relação a certos marcadores da passagem para a vida adulta (como tempo transcorrido desde a primeira ocupação, autonomização familiar, m/parentalidade, conjugalidade) têm maiores chances de pertencer à classe 6 do que à classe 5, em especial se estão nas idades mais avançadas (Gráfico 14). Mas há um conjunto de atributos que marca definitivamente as diferenças nas chances de pertencimento às classes 5 e 6: as características dos domicílios de origem (Gráfico 16). Se a idade aumenta, crescem as chances de perfazer uma trajetória de tipo 5, o oposto ocorre para as trajetórias de tipo 6, em que a idade diminui as chances de pertencimento a essa categoria. Isso significa que jovens migrantes, em domicílios com pais de alta escolarização tem chances grandes de pertencimento à classe 6 quando em mais tenra idade, mas estas chances declinam à medida em que vão se tornando mais velhos. O pertencimento à classe 5, para jovens com características similares, começa bastante discreto nas faixas etárias mais baixas, e tende a crescer à medida que os entrevistados vão se tornando mais velhos.

Em suma, esse último exercício consolida um argumento que vimos explorando desde o início desta seção, qual seja, o pertencimento aos diversos tipos de trajetórias está condicionado, e de formas diferentes, a algumas dimensões sociais que são, por isso mesmo, analiticamente relevantes. Assim, certos atributos individuais, a posição dos jovens no ciclo de vida, a qualidade da sua inserção laboral e as características de seu domicílio de origem são fatores que atuam, modelando o modo pelo qual



os brasileiros de 15 a 29 anos se distribuem entre as diversas classes de trajetórias laborais que antes identificáramos.

Não por outra razão assumimos, já desde o início deste texto, que as transições laborais não acontecem em um vácuo, mas ocorrem de maneira articulada a outras transições igualmente em curso no período da juventude. Por isso mesmo, buscaremos, nas duas seções finais, documentar os modos pelos quais as transições laborais associam-se a duas outras transições, igualmente cruciais nesse momento do curso da vida: as transições demográficas (de que trataremos na quinta e próxima seção) e as transições educacionais (em que nos deteremos na sexta seção).



5

Transição, transições: dinâmicas da m/parentalidade e das uniões maritais nos percursos dos jovens²¹

Será o nascimento do primeiro filho um determinante importante das trajetórias laborais de jovens mães e pais? E a formação de união conjugal? Existem diferenças significativas nas consequências desses eventos demográficos na trajetória laboral dos jovens homens e mulheres? Embora seja um consenso na literatura que eventos demográficos – tais como o nascimento dos filhos e a união conjugal – e as trajetórias educacionais e laborais dos jovens se dão de maneira simultânea durante o curso de vida (ELDER, 1985), a maior parte dos estudos sobre as trajetórias de trabalho do jovem brasileiro passa ao largo dos eventos demográficos. Ao desconsiderar o importante papel da m/paternidade e da união marital na tomada de decisão acerca do trabalho, tais estudos revelam-se limitados, pois nos oferecem um panorama incompleto do fenômeno. Por isso mesmo, o objetivo desta seção é demonstrar as consequências do nascimento do primeiro filho e da formação de união conjugal durante a adolescência nas trajetórias laborais dos jovens brasileiros.

Esse tema é também importante por pelo menos quatro outras razões. Primeira, na maioria dos países que apresentam, como o Brasil, taxa de fecundidade total abaixo do nível de reposição, verifica-se também um aumento da idade ao nascimento do primeiro filho, deslocando a curva de fecundidade para os grupos etários mais elevados; no Brasil, ao contrário, houve um rejuvenescimento do padrão de fecundidade (ALVES; CAVENAGHI, 2008). Ou seja, apesar de apresentar fecundidade total abaixo do nível de reposição, a idade mediana da primeira união e do nascimento do primeiro filho permanece jovem; dados recentes mostram que o país ocupa o quarto lugar no mundo no que respeita ao número de uniões conjugais abaixo de 19 anos. Além desta, uma segunda razão justifica a relevância do tema que abordaremos nesta seção: apesar da recente diminuição da concentração de renda, o país continua sendo um dos mais desiguais do mundo, o que nos obriga a avaliar em que

21 Conquanto essa seção tenha sido concebida em equipe, a responsabilidade pela redação coube a Leticia Marteletto com apoio de Nadya Araujo Guimarães.



medida a formação da família na adolescência – filhos e união – consiste em mais um importante *estratificador* na sociedade brasileira. Ou seja, estariam os jovens pais e jovens esposo(a)s em situações laborais de desvantagem, as quais levariam a um acúmulo de novas e sucessivas desvantagens socioeconômicas? Tais desvantagens são similares para homens e mulheres? Terceiro bom motivo para adentrarmos ao tema que aqui se focalizará: no Brasil, os poucos estudos que examinaram as consequências de eventos demográficos na adolescência apresentam amostras específicas e com pequena representação geográfica; neste nosso estudo, ao contrário, dispomos de dados nacionalmente representativos e podemos focalizar a questão no contexto brasileiro. Finalmente, e em quarto lugar, no nosso estudo reunimos as condições para abordar de maneira apropriada a questão da seletividade, que se constituiu até aqui num desafio para os trabalhos anteriores que trataram das consequências de eventos demográficos entre jovens. A metodologia que usamos, conquanto tenha o seu próprio conjunto de limitações, das quais trataremos, nos autoriza a avaliar até que ponto as associações negativas encontradas permanecem quando levamos em conta a seletividade, permitindo-nos, assim, inferir se a formação da família na adolescência tem um efeito causal sobre as trajetórias laborais dos jovens.

Os jovens pais e mães em condições socioeconômicas desfavoráveis durante a infância teriam trajetórias laborais diferentes (e truncadas) se postergassem a união conjugal e a m/paternidade? Ou as trajetórias laborais diferentes (e truncadas) devido às condições socioeconômicas desfavoráveis durante a infância permaneceriam, independente do nascimento do primeiro filho e da formação de união conjugal durante a adolescência? Algumas técnicas que levam tal seletividade em conta na literatura foram utilizadas buscando-se evidenciar o efeito causal do nascimento do primeiro filho e da formação de união conjugal durante a adolescência para os jovens. Entretanto, a falta de dados que permitisse estabelecer a ordem e *timing* dos eventos demográficos e laborais freou o avanço do conhecimento no caso brasileiro.

Para bem chegarmos ao objetivo desta seção, iniciaremos com uma breve revisão da literatura geral sobre fecundidade e união conjugal na adolescência. A seguir, descrevemos os nossos dados e métodos e, na sequência, apresentaremos os resultados, concluindo com uma discussão centrada na literatura sobre padrões de desvantagem na juventude.

O que nos diz a literatura no campo

Sabemos, pela literatura disponível no campo, que o período do curso da vida onde indivíduos têm filhos (POWELL; STEELMAN; CARINI, 2006) e formam uma união conjugal tem consequências importantes para as suas oportunidades e resultados socioeconômicos. De acordo com a perspectiva de alocação de recursos, mães mais jovens estão em clara desvantagem vis-à-vis mulheres que se tornaram mães mais tardiamente (ou mulheres sem filhos), devido principalmente a menores perspectivas educacionais (LLOYD et al. 2005; McLANAHAN, 2004) e laborais. Jovens, mães e cônjuges, podem estar em desvantagem também porque são menos propensas a viver em uma união estável (SIGLE-RUSHTON; McLANAHAN, 2004). A ideia geral é que os pais e esposos jovens são sistematicamente diferentes de pais e esposos mais velhos (ou sem filhos) por serem menos propensos a ter uma carreira educacional de sucesso e por terem menores perspectivas de rendimento. Duas gerações de estudos forneceram evidências empíricas sólidas sobre a relação entre a formação familiar na adolescência e a educação de jovens adultos. Existem menos estudos sobre a relação entre a formação familiar na adolescência e as trajetórias laborais de jovens adultos.



A primeira geração de estudos em sua maioria confirmou uma associação negativa entre maternidade na adolescência e perspectivas educacionais em países de alta (BROOKS-GUNN; FURSTENBERG, 1986; HOFFERTH, 1987), média e baixa renda (BUVINIC, 1998; GUPTA; LEITE, 1999). Esses primeiros estudos não levaram em conta a seletividade potencial da formação familiar na adolescência. Uma segunda geração de estudos considerou que as mulheres que se tornam mães e formam uma união conjugal na adolescência teriam uma trajetória educacional e laboral limitada independente desses eventos demográficos acontecerem na adolescência. Mães adolescentes, portanto, teriam carreiras laborais diferentes de mães mais velhas (ou mulheres sem filhos), porque já apresentariam desvantagens socioeconômicas durante a infância que contribuiriam tanto para a seleção à maternidade e união adolescentes, como para piores resultados pós-maternidade (GERONIMUS; KORENMAN; HILLEMEIER, 1994). Essa segunda geração de estudos tentou explicar a seletividade da maternidade adolescente, procurando encontrar um melhor grupo de comparação para mães adolescentes (GERONIMUS; KORENMA, 1993; HOTZ; MULLIN; SANDERS, 1997; KANE et al., 2013; LEE, 2010). Esse grupo de trabalhos baseou-se em várias abordagens metodológicas para explicar a seleção à maternidade adolescente, produzindo resultados mistos. A única conclusão clara é que a análise tradicional parece *exagerar* as consequências negativas da maternidade na adolescência. Daí a importância de se tentar levar a seletividade em conta.²²

O que dizer da m/paternidade e da união adolescente no Brasil? De acordo com estimativas do Censo de 2010, o peso relativo da fecundidade adolescente na taxa de fecundidade total aumentou: quase 20% dos nascimentos foram de mães adolescentes (CHIAVEGATTO FILHO; KAWACHI, 2015), em comparação com apenas 9% em 1990 (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005b; GUPTA, 2000). Além disso, a fecundidade adolescente aumentou nos anos 1980 e 1990, enquanto as taxas de fecundidade para todos os outros grupos etários caíram. Dessa forma, não existe, no Brasil, evidência clara de adiamento da maternidade, uma tendência comum nos países que chegam a uma taxa de fecundidade total abaixo do nível de reposição.

Uma característica importante da fecundidade adolescente no Brasil é que o nascimento de um filho muitas vezes ocorre dentro ou leva a uma união conjugal (CABRAL; HEILBORN, 2005), evidenciando a importância de se considerá-la. Um estudo de três áreas metropolitanas relata que o nascimento do primeiro filho levou a uma união conjugal para um terço das jovens mães; outros 21,8% já estavam em união no momento do nascimento (DIAS; AQUINO, 2006). Esse padrão é muito diferente dos padrões de gravidez na adolescência em outros países, onde a gravidez na adolescência raramente ocorre dentro ou leva a uma união conjugal (MARTIN et al., 2010).

22 Uma abordagem apresentada na literatura é a utilização de irmãos e primos em uma metodologia de fixed effects (HOFFMAN; FOSTER; FURSTENBERG, 1993; LEVINE; EMERY; POLLACK, 2007) segundo os trabalhos de Geronimus e Korenman (1992; 1993). Comparar irmãs que diferem no timing da fecundidade permite menos variáveis não observáveis. A limitação dessa abordagem é que o tamanho das amostras é geralmente pequeno e a disponibilidade de dados é escassa. Outra abordagem para lidar com a seletividade é um experimento natural que compara jovens mães com mães mais velhas que sofreram um aborto espontâneo quando adolescentes, ou seja, seriam mães não fosse um evento fora de seu controle (HOTZ; MCELROY; SANDERS, 2005; LEVINE; EMERY; POLLACK, 2007; MARTELETO; DONDERO, 2013). Uma terceira abordagem tem sido o pareamento com base principalmente em características anteriores ao nascimento do primeiro filho (ASSINI-MEYTIIN; GREENE, 2015; BRANSON; ARDINGTON; LEIBBRANDT, 2011; RANCHHOD; LAM; LEIBBRANDT; MARTELETO, 2011) para gerar um grupo contrafactual mais apropriado. Um estudo recente que utiliza várias metodologias (KANE et al., 2013) sugere um efeito que varia de 0,7 a 1,0 a menos anos de escolaridade para as mães adolescentes no caso dos Estados Unidos. No Encarte 5 detalhamos, para o leitor interessado, a solução técnica que adotamos para lidar com a questão da seletividade.



Para o nosso estudo foi possível dispor de informações únicas sobre a idade ao nascimento do primeiro filho, bem como sobre a idade da primeira união conjugal. Tais informações estavam disponíveis para a amostra nacional representativa dos 3.288 jovens brasileiros, com idades entre 15 e 29 anos, entrevistados em 2013 pela pesquisa TET. Nossa amostra analítica consistirá, entretanto, de apenas 974 mulheres e 966 homens, pois restringimos o grupo cujas trajetórias observaríamos à faixa etária de 18 anos ou mais. Assim fazendo, procuramos nos certificar de que tanto o nascimento do primeiro filho como a primeira união conjugal durante a adolescência teriam acontecido anteriormente ao início da idade de referência para análise das trajetórias laborais, garantindo assim uma correta ordem de eventos. Embora apresentemos resultados para jovens homens e jovens mulheres, sabemos que os relatórios de paternidade dos homens jovens não são confiáveis (UPCHURCH et al., 2002a). Por isso mesmo, e dada a natureza dos eventos demográficos estudados, priorizaremos, no decurso desta seção, a análise das jovens mulheres.

Para a análise dos efeitos das experiências da conjugalidade e da m/parentalidade sobre as trajetórias laborais dos jovens entrevistados decidimos extrair padrões de percurso separadamente para os homens e para as mulheres. A importância das diferenças de sexo, já revelada nas análises antes apresentadas, sustentou nossa decisão de que uma análise robusta dos efeitos de fenômenos demográficos, assentada na separação entre jovens homens e jovens mulheres, também deveria se fazer a partir de um olhar igualmente específico com respeito às trajetórias laborais dos dois grupos. Ademais, como conjugalidade e m/parentalidade foram analisadas como experiências de jovens que haviam declarado ser maiores de 18 anos no momento da entrevista, havia que produzir tipologias da experiência laboral que fossem relativas a esse grupo etário específico.

Assim, usando a mesma metodologia de análise fatorial e de *clusters*, chegamos a quatro tipos de percurso que representariam os principais padrões de trajetórias femininas:

- (i) A Classe 1 é formada por mulheres muito jovens, com o patamar de escolaridade mais elevado dentre todas as classes de percurso femininas. São jovens com ensino médio completo e superior, que já abandonaram a escola. Transição curta e completa em direção ao mercado de trabalho.
- (ii) A Classe 2 é formada por mulheres mais velhas, com ensino médio completo que já deixaram a escola. Transição também curta e completa.
- (iii) A Classe 3 é formada por mulheres mais velhas e com escolaridade baixa. As que não trabalham o fazem por responsabilidades com a família. Transição longa e completa.
- (iv) A Classe 4 é formada por estudantes. Jovens com baixa escolaridade, muitas bem abaixo da escolaridade ideal para a idade. Em transição ou transição não iniciada.

No que concerne aos jovens homens, foram também quatro os tipos de trajetória encontrados:

- (i) A Classe 1 é formada por jovens homens com alta escolaridade, mais velhos, integrados ao mercado de trabalho, mas que seguem investindo na sua qualificação.
- (ii) A Classe 2 é formada por rapazes de mais idade, com baixa escolaridade, que já deixaram a escola (ainda que muitos só tenham o fundamental), estando dedicados ao trabalho. Transição curta e completa.
- (iii) A Classe 3 é formada por homens mais velhos, com alta escolaridade, com transição longa e completa com respeito ao mercado de trabalho



- (iv) A Classe 4 é formada pelo grupo dos homens mais jovens (81% tem menos de 25 anos), com alta escolaridade, e ainda em transição.

Utilizamos modelos de regressão multinomial para estimar a associação entre m/paternidade e união conjugal na adolescência e as trajetórias laborais dos jovens, separadamente para homens e mulheres.

Encarte 5

Como lidamos com a seletividade

Usamos uma técnica de pareamento para lidar com a questão da seletividade. A variável dependente na Equação 1 é latente e representa o nascimento do primeiro filho (ou a primeira união conjugal) durante a adolescência. A variável correspondente é $TCBi$, uma variável binária indicando 1 se os jovens tiveram o primeiro filho durante a adolescência. $Xi1$ representa um vetor de variáveis observáveis exógenas que determinam a m/paternidade adolescente: raça, escolaridade dos pais, ocupação dos pais, classe social durante a infância, localização em área urbana e status migratório²³; b é um vetor de coeficientes não observáveis a serem estimados e $ei1$ representa um vetor de variáveis não observáveis que determinam a fecundidade adolescente:

$$TCBi = Xi1b + ei1 \quad (1)$$

$$Ei = aTCBi + Xi2d + ei2 \quad (2)$$

O pareamento foi implementado utilizando o comando *psmatch2* no Stata desenvolvido por Leuven e Sianesi (2003). Apresentamos resultados baseados no *single nearest-neighbor* com reposição. Testamos várias outras estratégias tais como *nearest-neighbor* sem reposição e *caliper*; os resultados não mudam de forma significativa. Seguindo a literatura recente sobre o tema (KANE et al., 2013), apresentamos os resultados com base em *caliper* 1%, porque estes são os mais conservadores. Apenas os casos que se encontram dentro da região de suporte comum são levados em conta e continuam na amostra analítica. Repetimos a análise com e sem substituição de casos e isso não alterou os resultados. Fizemos também uma análise de sensibilidade seguindo Rosenbaum para examinar se o resultado é homocedástico dentro de cada grupo, tanto de controle, como de tratamento (Rosenbaum, 2002). Esses limites também são úteis porque os algoritmos usados na estimativa de propensão não produzem estimadores consistentes dos efeitos do tratamento se o tratamento é endógeno (DiPrete; Gangl, 2004). Por fim, utilizamos a técnica *bootstrap* para cálculo de desvio padrão.

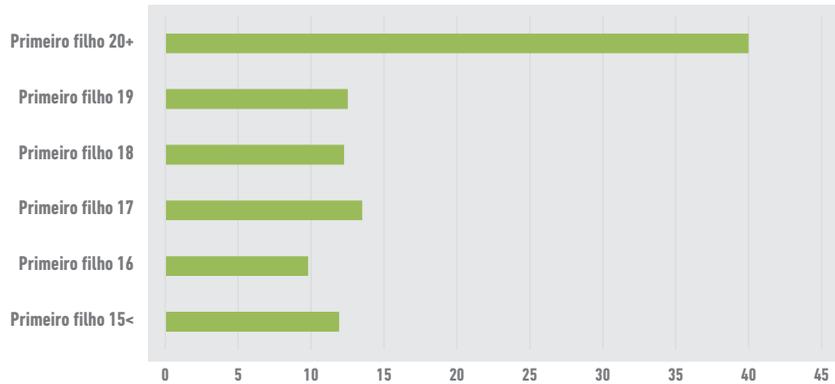
O Gráfico 17 mostra a proporção de jovens mulheres em nossa amostra analítica, de acordo com a idade de nascimento do primeiro filho. De maneira análoga ao 17, o Gráfico 18 apresenta a proporção de jovens homens em nossa amostra analítica de acordo com a idade à primeira união conjugal.

23 A escolaridade dos pais refere-se ao maior nível de escolaridade entre mães e pais; a mesma lógica foi utilizada para a definição da ocupação dos pais.



Gráfico 17

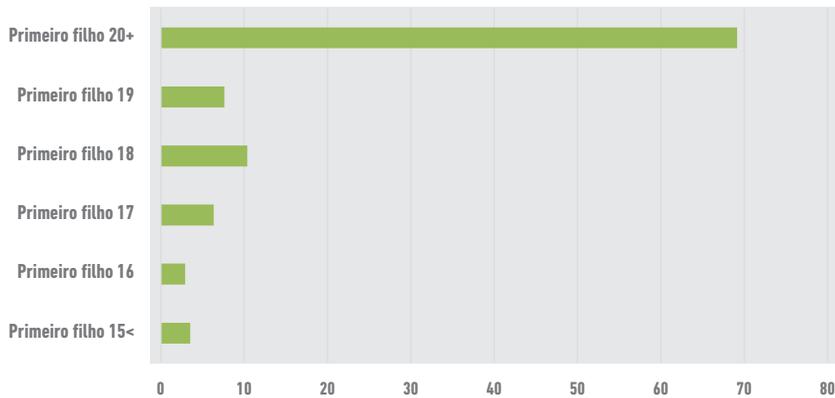
Proporção de jovens mulheres pela idade ao nascimento do primeiro filho (Brasil 2013)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Gráfico 18

Proporção de jovens homens pela idade ao nascimento do primeiro filho (Brasil 2013)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

A Tabela 6 mostra as estatísticas descritivas para as variáveis incluídas nos modelos. Os resultados demonstram que quase um terço das jovens na nossa amostra teve o primeiro filho aos 18 anos de idade ou anteriormente (28.05%). Cerca de um quarto das mulheres em nossa amostra iniciou uma união conjugal com 18 anos ou menos (25.12%). Como esperado, as proporções para os jovens homens são significativamente menores, ou seja, 7.34% e 8.32%.



Tabela 6
Médias e proporções, por sexo

Em %

	Mulheres	Homens
Primeiro filho, 18 anos ou menos	27,05	7.34
Primeira união marital, 18 anos ou menos	25,12	8.32
Raça		
Não branco	66,07	66.07
Nível educacional dos pais (1)		
Ensino Médio ou mais	35,20	37.94
Fundamental ou menos	64.8	62.06
Ocupação dos pais (2)		
Profissional/gerencial	6,68	7.87
Rotina não manual	5,42	5.41
Trabalho manual qualificado	34,34	35.62
Trabalho manual não qualificado	53,55	51.10
Classe social na infância		
Classe média ou alta	61,66	64.78
Pobre	38,34	35.22
Migrante	26,07	25.63
Região de moradia		
Rural	13,17	14.94
Urbana	86,83	85.06
Região		
Sul e Sudeste	53,41	54.14
Norte, Centro-Oeste e Nordeste	46,59	45.86
Idade média	24,05	23,97
Desvio-padrão	(3.09)	(3.079)
Número de observações	974	966

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios. Desvios-padrão entre parênteses.

(1) Nível de escolaridade mais elevado entre mãe e pai.

(2) Status ocupacional mais elevado entre mãe e pai.

A Tabela 7 apresenta essas classes de trajetórias, para rapazes e moças, de acordo com nossas variáveis independentes. Os resultados demonstram que 48.25% das jovens adultas que não tiveram um primeiro nascimento aos 18 anos ou menos estão na classe 1, enquanto que o correspondente entre as mães adolescentes é 44.12%. Entre os homens, a proporção nas classes 3 e 4 muda de maneira significativa entre os jovens pais adolescentes e aqueles que se tornaram pais após os 18 anos (ou permanecem sem filhos) - 11.20% versus 4.50% e 8.91% versus 18.64%.



Tabela 7

Proporções em classes de trajetórias, por variáveis independentes e sexo

	Mulheres				Homens			
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
Jovens, 19 anos ou mais	47.40	16.13	13.87	22.59	32.98	46.70	10.69	9.63
Primeiro filho, 19 anos ou mais	48.25	16.21	13.46	22.07	32.92	46.97	11.20	8.91
Primeiro filho, 18 anos ou menos	45.12	15.92	14.97	23.99	33.82	43.18	4.35	18.64
Primeira união marital, 19 anos ou mais	48.95	15.98	13.61	21.47	33.34	47.50	9.92	9.24
Primeira união marital, 18 anos ou menos	42.79	16.60	14.66	25.94	29.06	37.86	19.22	13.86
Ensino Médio completo	48.83	17.94	14.28	18.94	37.24	43.18	10.05	9.54
Menos que Ensino Médio completo	45.73	13.71	12.94	27.61	28.24	50.39	11.55	9.81
Raça								
Branco	48.95	16.91	12.79	21.34	34.46	43.64	11.47	10.44
Não branco	46.61	15.74	14.42	23.23	32.23	48.27	10.30	9.21
Nível educacional dos pais⁽¹⁾								
Ensino Médio ou mais	52.32	16.73	13.20	17.75	37.19	44.48	10.35	7.98
Fundamental ou menos	44.73	15.81	14.24	25.22	30.42	48.04	10.90	10.63
Ocupação dos pais⁽²⁾								
Profissional/gerencial	46.03	14.60	21.52	17.85	42.51	28.95	15.67	12.87
Rotina não manual	54.84	14.50	8.20	22.46	36.20	39.85	14.47	9.48
Trabalho manual qualificado	46.43	18.13	13.52	21.92	32.96	49.93	6.14	10.98
Trabalho manual não qualificado	47.44	15.21	13.72	23.63	31.19	47.90	12.71	8.20
Classe social na infância								
Classe média ou alta	49.76	16.01	13.49	20.74	34.39	45.31	9.73	10.58
Pobre	43.62	16.33	14.48	25.57	30.40	49.25	12.47	7.88
Status de migração								
Não migrante	45.52	16.54	12.99	24.95	33.05	47.36	10.49	9.10
Migrante	52.73	14.99	16.38	15.89	32.80	44.78	11.27	11.15
Área de residência								
Urbano	49.40	16.93	13.90	19.78	34.22	46.47	10.03	9.28
Rural	34.26	10.89	13.69	41.16	25.94	47.98	14.49	11.59
Região								
Sul, Sudeste	50.95	16.54	15.90	16.61	37.70	42.31	9.48	10.51
Norte, Centro-Oeste e Nordeste	43.34	15.67	11.55	29.44	27.43	51.86	12.12	8.59
Idade média	23.01	25.01	26.19	24.26	23,98	23,37	25,55	25,15
Desvio-padrão	(2.84)	(2.60)	(2.32)	(3.40)	(2.84)	(3.03)	(3.16)	(3.11)
Número de observações	463	155	135	221	317	454	101	93

Nível de escolaridade mais elevado entre mãe e pai.

Status ocupacional mais elevado entre mãe e pai.



A Tabela 8 avança nos resultados multivariados e os achados obtidos a partir de modelos multinomiais simples (Colunas 1, 3 e 5) e de modelos multinomiais com a amostra pareada (Colunas 2, 4 e 6) com foco no nascimento do primeiro filho na adolescência para as mulheres jovens. A classe 1 é omitida e serve de comparação nos modelos. Nossos resultados demonstram que mulheres jovens que foram mães antes dos 18 anos têm mais chances de pertencer à classe 3 (do que à classe 1) comparativamente às mulheres jovens que adiaram o primeiro filho até pelo menos os 18 anos de idade, controladas as diferenças educacionais, raciais e de *background* socioeconômico da família de origem. As jovens que perfazem o tipo 3 de trajetória laboral têm mais chances de serem negras e terem pais com maior escolaridade do que as jovens no tipo 1.

**Tabela 8**

Resultados de modelos multinomiais nas amostras simples e pareadas—nascimento do primeiro filho na adolescência. Mulheres

	Classe 2		Classe 3		Classe 4	
	Amostra Simples	Amostra Pareada	Amostra Simples	Amostra Pareada	Amostra Simples	Amostra Pareada
Primeiro filho com 18 anos ou menos	-0.0611 (0.232)	-0.0498 (0.299)	-0.0175 (0.250)	0.723b (0.326)	-0.146 (0.209)	0.113 (0.318)
Anos de escolaridade	0.0143 (0.0425)	0.133b (0.0627)	-0.0290 (0.0440)	0.0739 (0.0606)	-0.114b (0.0363)	-0.191** (0.0614)
Idade	0.237** (0.0335)	0.103 (0.0496)	0.384 (0.0403)	0.277*** (0.0572)	0.146*** (0.0297)	0.000504 (0.0482)
Raça						
Não branco	-0.0895 (0.217)	-0.333 (0.310)	0.211 (0.242)	1.438*** (0.426)	-0.178 (0.198)	0.159 (0.315)
Nível educacional dos pais⁽¹⁾						
Ensino Médio e Superior	-0.0284 (0.226)	-0.869* (0.369)	-0.0166 (0.255)	0.905* (0.371)	-0.209 (0.213)	-0.935* (0.438)
Ocupação dos pais⁽²⁾						
Rotina não manual	0.0365 (0.571)	0.247 (1.443)	-0.807 (0.649)	-3.135* (1.518)	0.303 (0.513)	-15.80 (684.3)
Trabalho manual qualificado	0.310 (0.433)	0.698 (1.307)	-0.473 (0.425)	-1.601 (1.075)	-0.0487 (0.405)	-1.055 (1.320)
Trabalho manual não qualificado	0.0967 (0.439)	-0.403 (1.315)	-0.571 (0.429)	-2.271* (1.083)	-0.184 (0.406)	-1.825 (1.320)
Classe						
Classe média e alta	-0.137 (0.206)	0.589 (0.309)	-0.0964 (0.229)	0.143 (0.331)	-0.0949 (0.187)	0.226 (0.305)
Migrante	-0.302 (0.222)	-1.319** (0.402)	-0.104 (0.237)	-0.188 (0.374)	-0.714** (0.218)	-0.405 (0.332)
Urbano	-0.000725 (0.339)	-0.437 (0.508)	-0.508 (0.342)	-2.769*** (0.442)	-0.962*** (0.246)	-1.901*** (0.389)
Região						
1.Região	0.290 (0.357)	-0.758 (0.599)	0.0287 (0.389)	-0.962 (0.535)	0.514 (0.334)	0.196 (0.494)
2.Região	0.373 (0.404)	0.774 (0.751)	0.139 (0.447)	1.280 (0.782)	1.541*** (0.338)	2.793*** (0.623)
3.Região	0.0862 (0.243)	0.677 (0.380)	-0.385 (0.273)	-0.607 (0.471)	0.596** (0.224)	1.339*** (0.384)
4.Região	-0.164 (0.319)	-1.096* (0.442)	-0.462 (0.365)	0.0623 (0.431)	0.178 (0.292)	-1.328** (0.508)
_cons	-6.731*** (1.168)	-4.634* (2.081)	-9.257*** (1.333)	-6.298** (2.011)	-2.065* (0.993)	3.751 (2.034)

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios. Desvios-padrão entre parênteses. Categoria de referência: Tipo 1 de trajetória ocupacional.

Nível de significação: *** 0,001; ** 0,01; * 0,05

Nível de escolaridade mais elevado entre mãe e pai.

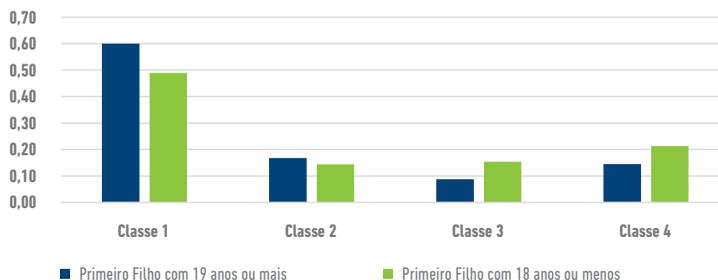
Status ocupacional mais elevado entre mãe e pai.



O Gráfico 19 mostra as probabilidades previstas baseadas nos modelos da Tabela 7 para as mulheres jovens. Os resultados demonstram que a probabilidade prevista de pertencimento às classes de trajetória 1 e 2 diminuem de maneira significativa entre as jovens mães na adolescência, quando comparadas a mulheres que adiaram a maternidade (ou permaneceram sem filhos), de 60% para 48% para a classe 1 e de 17% para 13% para a classe 2. Por outro lado, considerando todas as variáveis independentes na média, a probabilidade de pertencer às classes 3 e 4 aumentam ao compararmos mulheres que foram mães na adolescência com mulheres que se tornaram mães mais tarde (ou permaneceram sem filhos), de 9% para 16% e de 14% para 22%.

Gráfico 19

Probabilidades previstas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade ao nascimento do primeiro filho – Mulheres (Brasil 2013)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

A Tabela 9 mostra os resultados de modelos multinomiais simples (Colunas 1, 3 e 5) e de modelos multinomiais com a amostra pareada (Colunas 2, 4 e 6) com foco na união marital na adolescência para as mulheres jovens. Nossos resultados demonstram que mulheres jovens que formaram algum tipo de união conjugal antes dos 18 anos têm mais chances de pertencerem à classe 3 de trajetória laboral do que à classe 1, comparativamente às mulheres que adiaram a primeira união conjugal até pelo menos os 18 anos de idade; controlando por diferenças educacionais, raciais e de *background* socioeconômico da família de origem.

**Tabela 9****Resultados de modelos multinomiais nas amostras simples e pareadas—primeira união conjugal na adolescência – Mulheres (Brasil 2013)**

	Classe 2		Classe 3		Classe 4	
	Amostra Simples	Amostra Pareada	Amostra Simples	Amostra Pareada	Amostra Simples	Amostra Pareada
Primeira união marital com 18 anos ou menos	0.104 (0.237)	0.189 (0.296)	-0.102 (0.263)	0.732* (0.353)	0.0250 (0.210)	0.249 (0.263)
Anos de escolaridade	0.0246 (0.0422)	0.152* (0.0658)	-0.0149 (0.0439)	0.0716 (0.0709)	-0.0952** (0.0356)	-0.0814 (0.0525)
Idade	0.233*** (0.0335)	0.292*** (0.0501)	0.390*** (0.0409)	0.218*** (0.0541)	0.146*** (0.0294)	0.115** (0.0403)
Raça						
Não branco	-0.0591 (0.214)	-0.158 (0.326)	0.218 (0.239)	0.723 (0.405)	-0.181 (0.197)	-0.853** (0.295)
Nível educacional dos pais(1)						
Ensino Médio e Superior	-0.00161 (0.227)	-0.0332 (0.376)	-0.0789 (0.258)	-0.225 (0.430)	-0.206 (0.212)	-1.917*** (0.530)
Ocupação dos pais(2)						
Rotina não manual	0.00975 (0.570)	0.987 (1.526)	-0.827 (0.648)	-15.11 (829.9)	0.160 (0.505)	-0.573 (1.736)
Trabalho manual qualificado	0.289 (0.433)	1.045 (1.266)	-0.500 (0.426)	-1.160 (0.864)	-0.107 (0.398)	-0.297 (1.331)
Trabalho manual não qualificado	0.0643 (0.439)	0.693 (1.267)	-0.578 (0.430)	-2.401** (0.882)	-0.307 (0.399)	-1.266 (1.339)
Classe						
Classe média e alta	-0.139 (0.206)	-0.563 (0.291)	-0.0816 (0.230)	0.570 (0.376)	-0.0857 (0.185)	-0.554* (0.266)
Migrante	-0.295 (0.221)	0.376 (0.307)	-0.00162 (0.234)	-0.129 (0.369)	-0.652** (0.213)	-0.397 (0.301)
Urbano	0.0221 (0.339)	1.370* (0.545)	-0.484 (0.339)	-0.463 (0.452)	-0.893*** (0.243)	-0.888** (0.294)
Região						
Norte, Centro-Oeste e Nordeste	0.216 (0.205)	-0.280 (0.309)	-0.136 (0.230)	-0.872* (0.375)	0.726*** (0.187)	0.954** (0.316)
Constante	-6.991*** (1.113)	-11.33*** (2.152)	-9.755*** (1.286)	-5.967** (1.955)	-2.291* (0.926)	-0.682 (1.813)

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios. Desvios-padrão entre parênteses.

Categoria de referencia: Tipo 1 de trajetória ocupacional.

Nível de significação: *** 0,001; ** 0,01; * 0,05

Nível de escolaridade mais elevado entre mãe e pai.

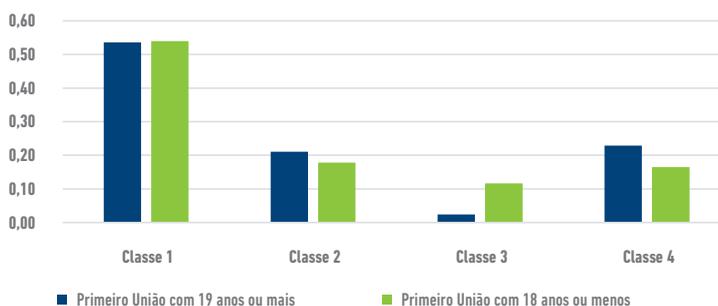
Status ocupacional mais elevado entre mãe e pai.



O Gráfico 20 mostra as probabilidades preditas baseadas nos modelos da Tabela 9 para as mulheres jovens. Os resultados demonstram que a probabilidade predita de pertencimento à classe 1 é semelhante para mulheres, tivesse tido, ou não, uma união na adolescência. A probabilidade de pertencimento na classe 2 diminui sensivelmente, de 20% para 18%, entre as que formaram união conjugal na adolescência. Por outro lado, a probabilidade de pertencimento na classe 3 aumenta de maneira significativa entre as jovens que formaram união conjugal na adolescência, de 3% para 12%. A probabilidade de pertencimento na classe 4 cai entre as jovens mulheres que formaram união conjugal durante a adolescência, passando de 23% para 17%. Novamente aqui consideramos todas as variáveis independentes na média para os cálculos das probabilidades preditas.

Gráfico 20

Probabilidades preditas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade à primeira união conjugal – Mulheres (Brasil 2013)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

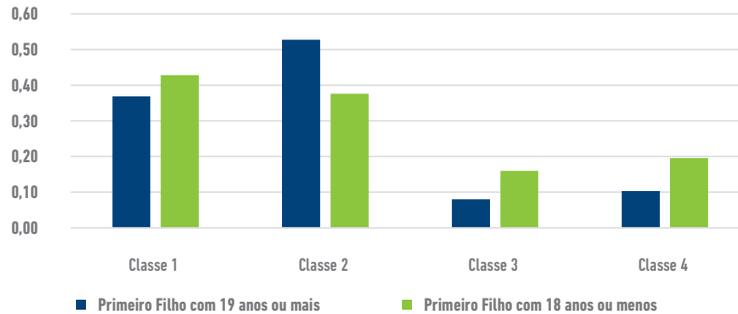
Os Gráficos 21 e 22 mostram resultados análogos aos de número 19 e 20, mas agora referidos aos homens. Vale ressaltar que apenas uma pequena parcela de jovens homens na amostra reportou o nascimento de um filho ou uma união na adolescência, fenômeno comum na literatura. Por isso mesmo, os resultados devem ser considerados com cautela. Além disto, a subamostra mostra-se pequena.

Entretanto, algumas diferenças alcançam significância estatística. Jovens pais na adolescência têm menores chances de pertencer às classes 2 e 3 do que à classe 1. Refletindo este resultado, o Gráfico 21 mostra uma probabilidade predita de pertencer à classe 1 muito similar entre os jovens, tivessem eles sido, ou não, pais na adolescência (38% versus 42%). Por outro lado, jovens pais na adolescência têm uma chance significativamente menor de pertencer à classe 2 do que jovens que postergaram a paternidade (52% versus 38%). A proporção de jovens na classe 3 é muito pequena; jovens pais na adolescência têm mais chances de pertencer à classe 4 (19%) do que os que adiaram a paternidade (10%). O Gráfico 22 mostra que a probabilidade de pertencimento às classes 3 e 4 são maiores entre os jovens que formaram união na adolescência do que entre os jovens que adiaram a união conjugal (8% versus 15% para a classe 3; 8% e 14% para a classe 4). Jovens que formaram uma união conjugal têm menos chances de estarem na classe 2 do que jovens que adiaram a primeira união conjugal (49% versus 33%). As probabilidades preditas de estarem na classe 1 são similares entre os jovens que adiaram e os que formaram união conjugal na adolescência (33% e 34%).



Gráfico 21

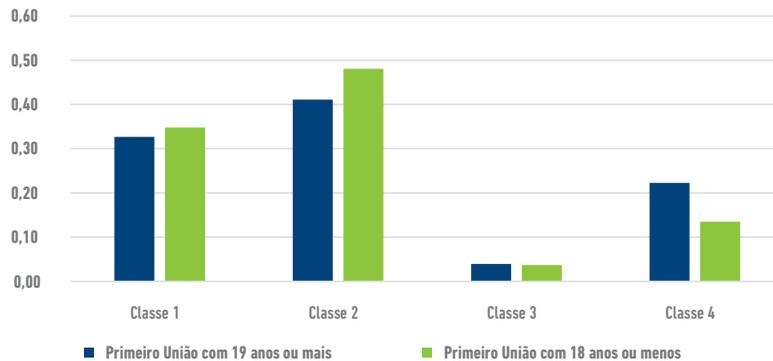
Probabilidades previstas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade ao nascimento do primeiro filho – Homens (Brasil 2013)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Gráfico 22

Probabilidades previstas de pertencimento a classes de trajetórias laborais pela idade à primeira união conjugal – Homens (Brasil 2013)



Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Observando em conjunto os achados desta seção, e refletindo sobre o objetivo que a orientava, algumas conclusões iniciais podem ser propostas. Em primeiro lugar, vemos que a literatura sobre as desvantagens e diferenças associadas ao nascimento do primeiro filho e à união marital na adolescência tem demonstrado uma associação e efeito negativos tanto em países de alta como de média e baixa renda. A literatura sobre padrões de desvantagens documentou as desvantagens educacionais das jovens mães adolescentes e de seus filhos no caso brasileiro (MARTELETO; DONDERO, 2013). Entretanto, os estudos sobre as transições laborais não têm levado em conta *se* e *como* os eventos demográficos durante a adolescência afetam as trajetórias laborais desses jovens no Brasil. Tal la-



cuna limita o completo entendimento das trajetórias laborais juvenis por várias razões: os processos de tomada de decisão se dão de maneira interligada, a fecundidade adolescente no Brasil é alta, a idade média na primeira união continua baixa no Brasil, a formação da família durante a adolescência pode ser um importante estratificador na sociedade brasileira com consequências importantes para o rendimento e a empregabilidade do jovem durante seu curso de vida. Nossos achados demonstraram, através de análise de dados únicos e metodologias estatísticas sofisticadas – que levam em conta a seletividade ao evento demográfico na adolescência, que tais eventos impõem diferenças significativas nas trajetórias laborais dos jovens brasileiros.

Para finalizar, focalizaremos os efeitos da alocação de tempo entre estudo e trabalho sobre as trajetórias e como os mesmos se ligam a variáveis de natureza demográfica.



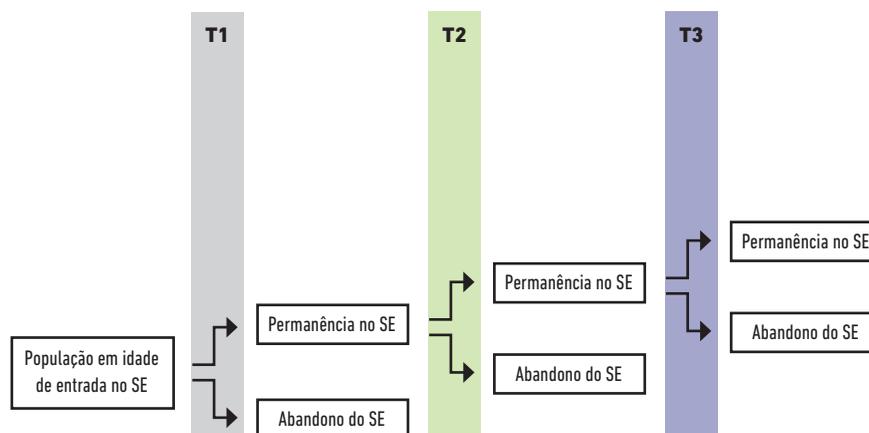


6

Transição, transições – discutindo alocação de tempo entre estudo e trabalho de jovens no Brasil²⁴

Uma importante agenda de pesquisa na área de sociologia da educação, com uma clara interlocução com o campo da estratificação social, vem tratando do conceito de transição de forma específica, uma forma que consideramos pode ser analiticamente relevante para nossas reflexões a respeito do/as jovens em seu movimento rumo à vida adulta. Em trabalhos de grande repercussão na área dos estudos sobre desigualdades e estratificação educacional, Mare (1980, 1981) introduziu inovações conceituais e metodológicas que se constituíram em uma resposta crítica aos fortes achados dos estudos fundamentados na análise dos determinantes do total de anos de estudo completos, os quais indicavam a diminuição das desigualdades educacionais em sociedades modernas entre coortes nascidas ao longo do século XX (BOUDON, 1974). Mare propõe que o processo de escolarização formal seja conceitualizado como uma sequência de transições entre níveis educacionais. Medir o processo de escolarização formal a partir de uma série de transições permite a observação dos diferenciais de escolarização em estágios diversos do processo, o que possibilita evidenciar diferenciais de classe e origem socioeconômica nas chances de progressão educacional por nível, de forma independente da tendência de crescimento na proporção de indivíduos que atingem determinados níveis educacionais. Partindo das proposições teóricas e metodológicas de Mare, diversos estudos nacionais foram desenvolvidos sobre padrões de estratificação educacional (SHAVIT; BLOSSFELD, 1993). Em termos gerais, o modelo de progressão educacional (que ficou conhecido como modelo de transições educacionais, ou MTE) pode graficamente ser representado da seguinte forma:

24 Conquanto essa seção tenha sido concebida em equipe, a responsabilidade pela redação das análises foi do Murillo Marschner Alves de Brito.



Com esse modelo de análise, é possível identificar as barreiras específicas à progressão educacional que se interpõem às trajetórias dos estudantes, evidenciando os pontos dessa trajetória nos quais operam, de forma mais clara, os mecanismos de seletividade que tendem a desigualar as chances de sucesso educacional entre as diversas *transições* que compõem as carreiras educacionais.

Mas a trajetória de vida dos jovens não pode ser entendida exclusivamente nos limites de escolhas dicotômicas com respeito à sua progressão educacional. Essa é uma limitação do tratamento que a literatura original deu à questão das transições educacionais, do que resultaram muitas das críticas a essa tradição de pesquisa. Fato é que uma compreensão mais abrangente a respeito do ciclo de vida dos jovens demanda uma multiplicidade de destinos, em cada movimento de transição, maior do que os dois possíveis previstos na formulação original do MTE – continuar ou não na carreira educacional. Dessa forma, a agenda de pesquisa em transições educacionais se desdobrou em uma agenda de pesquisa em transições, passando empiricamente a avaliar a progressão educacional dos jovens e sua relação com outros eventos tipicamente concomitantes no seu ciclo de vida. Significava, portanto, incorporar ao modelo analítico a ideia de que os destinos possíveis em cada transição – que caracterizavam, em seu conjunto, parâmetros gerais de desigualdades de oportunidades entre jovens – eram diversos e não se reduziam exclusivamente aos destinos possíveis dentro do sistema educacional.

Apartir dessa crítica à formulação inicial do MTE, surgiram modelos de análise que incorporavam operacionalmente a multiplicidade de destinos possíveis entre os movimentos de transição na juventude. Entre essas formulações, era muito frequente a problematização do modelo dentro do sistema educacional, sob o argumento de que o sistema era caracteristicamente segmentado em caminhos (*tracks*) distintos os quais, ao longo da trajetória educacional, ensejavam parâmetros de desigualdade no alcance educacional dependendo de em quais “pedaços” do sistema educacional se concentravam as trajetórias dos estudantes (BREEN; JONSONN, 2000; LUCAS, 2001). Havia segmentos no sistema educacional para os quais passar por eles favorecia a progressão educacional rumo a níveis de escolarização mais altos; já as trajetórias que se concentravam em outros segmentos do sistema acabavam por se constituir em barreiras à realização educacional do/as jovens.



Essa literatura não trata exclusivamente dos efeitos da segmentação do sistema educacional sobre as chances de progressão do/as jovens. E é neste ponto que ela nos serve diretamente como inspiração para a análise que aqui apresentamos. Do ponto de vista empírico, essa literatura buscou incorporar às análises baseadas no MTE também as dimensões extra-escolares, a fim de estimar o impacto desses fatores sobre as transições do/as jovens, tornando assim mais diversos os destinos possíveis nos movimentos de transição que caracterizam o momento da juventude no ciclo de vida das pessoas.

Considerando que a diversidade nos destinos intra e extra escolares caracterizaria de forma mais fidedigna as transições nos ciclos de vida do/as jovens, alguns trabalhos exploraram operacionalmente essa formulação utilizando a linearidade / não linearidade das trajetórias educacionais (MILESI, 2010) e a participação no mercado de trabalho (ROKSA; VELEZ, 2010) como fatores que influenciam as chances de progressão educacional dos jovens. No primeiro caso, trata-se de pensar que a ausência de linearidade nas trajetórias educacionais do/as jovens é um importante fator a estruturar desigualdades de oportunidades. No segundo, evidências empíricas foram evocadas a fim de demonstrar como a concomitância temporal de trajetórias no sistema educacional e no mercado de trabalho constituía-se como importante componente determinante da realização de transições (educacionais) no ciclo de vida dos jovens investigados. Na análise do caso brasileiro, Alves de Brito (2014) demonstra como, na transição de entrada no nível superior, a desigualdade de classe nas chances de progressão denota, entre jovens de nível socioeconômico mais baixo, uma necessidade quase imperativa de conjugar trabalho e estudo como estratégia para garantir a progressão educacional rumo ao nível superior de escolarização.

Esta é a literatura que aqui nos inspira para propor um desenho de análise que nos possibilite ganhos analíticos relevantes sobre a especificidade das trajetórias e transições da população jovem brasileira, agregando, assim, conhecimentos mais aprofundados sobre como a estrutura de oportunidades se lhes apresenta, notadamente se analisamos as transições articulando a dimensão educacional à participação no mercado de trabalho.

Desenho da análise e metodologia

Para fins de manutenção de parâmetros de comparação internacionais que orientaram a pesquisa *Transição Escola Trabalho*, a OIT adotou metodologia que envolveu a construção de um indicador sintético para mensurar a posição dos jovens pesquisados em um dado caminho rumo à autonomização, compondo o indicador a partir de variáveis referentes à satisfação com o emprego, a finalização da trajetória escolar e a situação ocupacional. Trata-se de um indicador categórico, o que significa afirmar que discrimina os indivíduos entre categorias possíveis de trajetórias rumo à vida adulta. Esse indicador qualifica os indivíduos em termos de seu ciclo de vida de acordo com três categorias: a) jovens que realizaram a transição (denominados de “transicionados”); b) jovens em transição; e c) jovens que não iniciaram a transição.

Os “jovens transicionados” são aqueles que se enquadram nas seguintes situações, todas elas relacionadas à sua inserção no mercado de trabalho: 1) estão em um trabalho estável e satisfatório; 2) têm um trabalho estável, mas insatisfatório; 3) têm um trabalho satisfatório mas temporário; ou 4) têm um trabalho por conta própria satisfatório. Vê-se que duas dimensões são estratégicas para a construção das categorias: estabilidade e satisfação. Estabilidade, por sua vez, compreende um âmbito de varia-



ção *sui generis*, pois alia tanto modalidades de duração de vínculo (duradouro vs temporário), como natureza do vínculo (assalariado vc conta própria). Os “jovens em transição” são aqueles que estão desempregados e os que estão empregados em um trabalho temporário e insatisfatório.²⁵

Todavia, para explorarmos as conexões entre as transições ocupacionais e educacionais temos um problema mais delicado, vez que, da forma como concebido o questionário, a TET não levanta os dados do percurso escolar do entrevistado. Ela apenas registra se foram abandonados os estudos (como se não houvesse a chance de retorno após um episódio de abandono da escola) e, para cada evento laboral, se o entrevistado estava (ou não) frequentando a escola.

Impossibilitados de fazer uma mensuração mais precisa das transições educacionais, de maneira a articulá-las à trajetória laboral, optamos por dois caminhos. Em primeiro lugar, construir uma nova tipologia de trajetórias que tomasse em conta não apenas a situação face ao mercado de trabalho (detalhadamente descrita no questionário), como a situação face à escola (sumariamente indicada em termos de presença ou não no sistema escolar). Em segundo lugar, aprofundamos uma análise sobre os diferenciais de alocação do tempo entre trabalho e escola, explorando os possíveis determinantes desta diferença.

Iniciaremos, assim, por investigar os padrões de estratificação nas chances de realização de transições rumo à vida adulta, considerando as possibilidades de articulação entre progressão educacional e participação no mercado de trabalho.

Para tanto definimos como variável dependente a alocação de tempo dos jovens entre quatro categorias possíveis: a) somente estudo; b) estudo e trabalho; c) somente trabalho; e d) trabalho e estudo. Essa opção decorre de uma limitação no procedimento da coleta da informação educacional em relação ao procedimento de coleta da informação ocupacional. Se por um lado, contamos com a possibilidade de “longitudinalizar” a informação sobre a trajetória dos jovens investigados no mercado de trabalho, não é possível fazer o mesmo com a trajetória educacional destes jovens.²⁶

Dadas tais limitações, decidimos trabalhar empiricamente com a construção de cenários possíveis para as realizações das transições que analisamos, a partir de certos níveis educacionais. Com esse exercício, buscaremos evidências sobre os diferenciais de chances de realização de transições rumo a qualquer um dos quatro estados de alocação de tempo delimitados, levando em consideração os efeitos de variáveis tipicamente utilizadas em análises sobre desigualdades, em especial de desigualdades em oportunidades educacionais e trajetórias no mercado de trabalho. A pergunta que

25 Note-se, que tal como definidos os estados, desaparece a possibilidade de combinações que, entre nós, são socialmente significativas, como ter trabalho e estar à procura de outro melhor, comum em certa idade dos jovens e em certos contextos do mercado (vide Guimaraes, 2009). Por outro lado, o desemprego deixa de ser uma contingência da inserção mercantil e passa a ser uma “fase”, antecedente, num movimento unilinear de ingresso no mercado de trabalho, subsequente a um certo patamar de alcance educacional. Enriquecer tal entendimento trazendo à luz o modo como se interligam, no caso brasileiro, distintas dimensões das transições juvenis, conformando cursos complexos, plurais e não-lineares na vida dos nossos jovens é o que nos moverá no restante deste texto.

26 Do ponto de vista metodológico isso ocorre porque, como dito antes, não foi utilizada, para a descrição da trajetória educacional a mesma técnica de coleta de dados em forma de eventos que tenham seu início e seu fim claramente datados, como foi o caso da trajetória dos jovens no mercado de trabalho. Dessa forma, no tocante ao nível de escolarização estamos limitados a uma informação de natureza transversal – ou seja, sabemos a escolaridade do indivíduo no momento da entrevista, mas nada sabemos sobre as temporalidades (rupturas e continuidades) na sua progressão educacional. Por isso mesmo, não é possível gerar um indicador sintético, de natureza longitudinal, para caracterizar as trajetórias educacionais desses jovens com a mesma riqueza analítica que nos foi possível quando procedemos à identificação das trajetórias ocupacionais.



orienta a investigação é uma: quais as chances de que, dadas algumas características, os jovens pertençam a alguma das 4quatro categorias de alocação de tempo? Os cenários possíveis que ilustram nossa análise, e o sentido substantivo dos destinos caracterizados pelas categorias de alocação de tempo são os seguintes:

- a) jovens elegíveis à entrada no ensino médio, com idade entre 15 e 19 anos: neste caso, aqueles que somente estudam são, necessariamente, os que realizaram a transição de entrada no ensino médio; aqueles que estudam e trabalham realizaram as transições de entrada no ensino médio e de entrada no mercado de trabalho (medida por meio de sua participação); aqueles que somente trabalham realizaram a transição de entrada no mercado de trabalho, mas não frequentam a escola, o que significa que não realizaram a transição de entrada no ensino médio; e aqueles que não estudam e nem trabalham não realizaram a transição de entrada no ensino médio mas podem ter realizado a de entrada no mercado de trabalho ainda que, na data de referência da pesquisa não estejam trabalhando (população 1);
- b) jovens elegíveis à conclusão do ensino médio, com idade entre 20 e 24 anos: os que têm como destino a categoria somente estuda são puramente estudantes, sem discriminação sobre se realizaram ou não a transição de conclusão do ensino médio e de entrada no mercado de trabalho; aqueles que estudam e trabalham realizaram ou não a transição de conclusão do ensino médio (pois continuam estudando), mas definitivamente realizaram a transição de entrada no mercado de trabalho; aqueles que somente trabalham, temos certeza de que realizaram a transição de entrada no mercado de trabalho, sem especificação sobre a transição educacional mais elevada que realizaram; e os que não estudam e nem trabalham são aqueles que no momento da pesquisa não estavam nem no sistema educacional, nem no mercado (população 2);
- c) jovens elegíveis à conclusão do ensino médio, com idade entre 25 e 29 anos; aqueles que somente estudam ocupavam-se unicamente de sua trajetória educacional no momento da pesquisa, sendo ela no ensino médio ou superior; os que estudavam e trabalhavam já haviam realizado a transição de entrada no mercado de trabalho e poderiam ou não ter realizado a transição de conclusão do ensino médio e de entrada no ensino superior; os que somente trabalhavam já haviam realizado a transição de entrada no mercado de trabalho, mas não sabemos quais transições educacionais, para além da entrada no ensino superior haviam realizado; por fim, os que não trabalhavam e nem estudavam estavam desocupados e sem frequentar instituições de ensino, mas não sabemos quais transições haviam realizado em relação à sua carreira educacional e à sua entrada no mercado de trabalho (população 3);
- d) jovens elegíveis à entrada no ensino superior, com idade entre 20 e 24 anos; para estes jovens, se a categoria de alocação de tempo for somente estuda, sabemos que eles realizaram a transição de entrada no ensino superior, sem considerações sobre sua participação no mercado de trabalho; se trabalhavam e estudavam, haviam realizado tanto a transição de entrada no ensino superior quanto a transição de entrada no mercado de trabalho; se somente trabalhavam, haviam realizado a transição de entrada no mercado de trabalho, mas nada sabemos sobre a realização da transição de entrada no ensino superior; se não trabalhavam nem estudavam nada podemos dizer sobre a realização de transições no sistema educacional e nem no mercado de trabalho – tudo que sabemos é que não estavam nem ocupados e nem estudando na data de referência da pesquisa (população 4).



- e) jovens elegíveis à entrada no ensino superior, com idade entre 25 e 29 anos; a esta população, os mesmos sentidos substantivos das categorias de alocação no item 4) são aplicáveis. Como se trata de uma população ligeiramente mais velha, o que pretendemos é observar em que sentido certas tendências das chances de pertencimento às categorias de alocação de tempo acentuam-se ou tornam-se menos marcantes para jovens em faixas etárias mais avançadas – para os quais esperaríamos níveis mais altos de escolarização e uma inserção mais longa no mercado de trabalho (população 5).

Para todos esses cenários possíveis, nos perguntamos: quais as chances de que os jovens de cada uma das nossas populações de referência (que se constituem, assim, em amostras analíticas) estivessem em alguma das categorias de alocação de tempo que definimos? Esta análise pode enriquecer a abordagem centrada do indicador de transições da OIT, por nos permitir avançar com respeito a dois aspectos principais: 1) primeiro (e mais óbvio) nas chances diferenciais de pertencimento à categoria estudo e trabalho, que, por definição, caracteriza trajetórias de jovens para os quais não podemos assumir linearidade entre término da carreira educacional e início da participação no mercado de trabalho; e 2) em segundo lugar, pode testar a hipótese de que há uma segmentação socioeconômica, determinante das chances de realização de transições no sistema educacional e no mercado de trabalho. Acreditamos que tal movimento pode nos revelar uma pluralidade de parâmetros de estratificação, não identificáveis através do indicador construído pela OIT tendo em vista a comparação internacional, e evidenciando singularidades na estruturação da sequência de transições no ciclo de vida dos jovens brasileiros.

Buscamos estimar as chances de pertencimento às categorias de alocação de tempo para cada uma das populações de interesse (5, ao todo). A variável de interesse (ou dependente) é, portanto, a alocação de tempo. Como se trata de uma variável categórica, utilizamos um modelo de regressão multinomial, expresso pela seguinte equação:

$$\varphi_i = \ln(P_{ik} / P_{ik}) = \alpha + \sum \beta_n X_{in} + \sum \beta_n \delta_{in} + \varepsilon$$

para $k = 1, \dots, K - 1$

onde φ_i representa o logaritmo natural das chances de pertencimento à alguma das categorias de alocação de tempo (realizar a transição à categoria k). Para cada uma das populações de interesse, o jovem pode pertencer à categoria somente estuda ($k=1$), somente trabalha ($k=2$), trabalha e estuda ($k=3$) e nem trabalha nem estuda ($k=4$). Para todos os modelos, o termo α significa uma constante, os β 's são os coeficientes de regressão, X_{in} é um vetor de variáveis referentes à origem social dos jovens e δ_{in} é um vetor de variáveis de controle. Utilizamos como variável de origem social a escolarização dos pais (a mais alta entre pai e mãe), e como variáveis de controle: a) raça (brancos/não brancos); b) condição no domicílio (se é filho ou pessoa de referência/cônjuge); c) idade (em anos completos); e d) natalidade (se tem ou não filhos). Os modelos foram estimados separadamente entre homens e mulheres dentro de uma mesma população, devido aos conhecidos diferenciais entre eles dos efeitos: 1) do movimento de autonomização com relação ao domicílio de origem (passar de filho a pessoa de referência ou cônjuge); e 2) dos eventos da vida reprodutiva (ter ou não filhos).



O primeiro passo da nossa análise é caracterizar nossas populações de interesse. A Tabela 10 a seguir traz as estatísticas descritivas para cada uma das nossas amostras analíticas em relação às variáveis que utilizamos nas estimações:

Tabela 10
Estatísticas descritivas para as populações de interesse

	População 1		População 2		População 3		População 4		População 5	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Escolaridade										
Ensino Médio incompleto ou mais	0,963	0,961	1,000	1,000	1,000	1,00	1,000	1,000	1,000	1,000
Ensino Médio completo ou mais	0,162	0,225	0,650	0,694	0,758	0,827	1,000	1,000	1,000	1,000
Ensino Superior incompleto ou mais	0,059	0,086	0,237	0,282	0,294	0,295	0,364	0,406	0,388	0,356
Escolaridade da Família										
Ensino Fundamental ou menos	0,449	0,453	0,481	0,524	0,558	0,583	0,416	0,448	0,519	0,556
Ensino Médio	0,369	0,388	0,340	0,349	0,278	0,307	0,354	0,378	0,298	0,326
Ensino Superior	0,170	0,144	0,159	0,119	0,153	0,088	0,221	0,164	0,176	0,102
Demais características										
Idade	17,16	17,10	22,01	22,04	22,88	26,80	22,05	22,06	26,84	26,76
Raça (branco=1)	0,407	0,404	0,389	0,386	0,378	0,377	0,436	0,418	0,389	0,388
Natalidade (tem filho=1)	0,009	0,106	0,175	0,402	0,435	0,612	0,141	0,321	0,415	0,579
Condição no domicílio (pessoa de referência ou conjuge=1)	0,013	0,084	0,212	0,361	0,455	0,529	0,189	0,325	0,423	0,502
Valid N (listwise)	381	423	343	359	333	334	222	249	251	276

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

As estatísticas descritivas referentes à escolaridade dos jovens refletem a composição das amostras analíticas, baseadas em parte no nível de escolarização deles. Assim, temos um crescimento que separa a população 1 das demais, e agrega as populações 2 e 3; e 4 e 5, com níveis médios similares de escolarização dos seus componentes. O mesmo acontece com a idade média das populações de interesse, dado que a idade foi outro dos critérios de definição das amostras analíticas.

A composição racial dos grupos também não é, em média, muito diferente dentro de cada amostra analítica. A principal diferença diz respeito à população 4, composta por jovens de 21 a 24 anos elegíveis ao ensino superior, onde 43,6% dos homens e 41,8% das mulheres são brancos – importante notar trata-se de uma população mais privilegiada do ponto de vista educacional – como nos mostram as estatísticas sobre níveis de escolarização, que atingiu mais cedo a elegibilidade ao nível superior e tem uma proporção mais alta de jovens que de fato realizam a transição de entrada neste nível educacional. As diferenças entre homens e mulheres são bastante evidentes para os indicadores de natalidade e de condição no domicílio. Para todas as amostras selecionadas observa-se uma maior proporção de mulheres que têm filhos e que já se autonomizaram em relação ao domicílio de origem, ou seja, mudaram de condição no domicílio e na data de referência da pesquisa eram pessoas de referência ou cônjuges em seus domicílios.



Apresentamos, em seguida, os principais resultados obtidos a partir do modelo antes especificado.

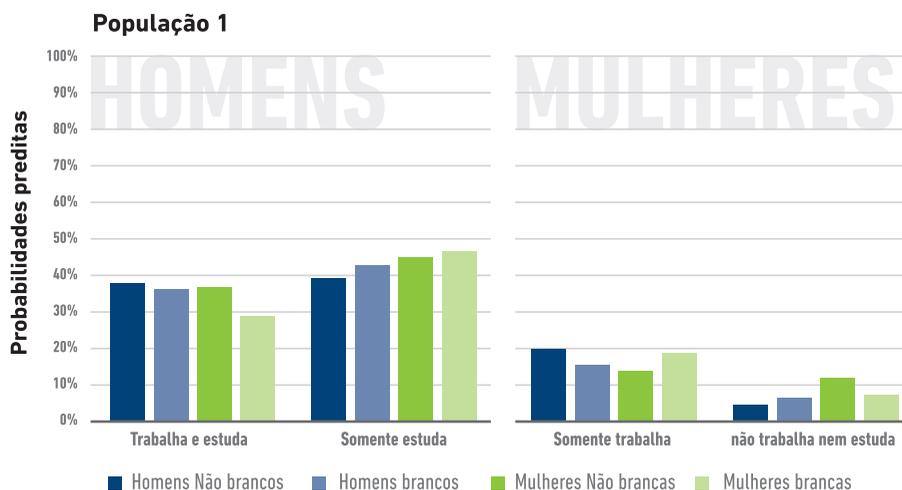
Desigualdades entre grupos de sexo e raça

Os resultados para as estimações são apresentados no conjunto de gráficos a seguir (Painel de Gráficos 23), na forma de probabilidades preditas. Neste ponto da análise interessa-nos evidenciar os efeitos da variável raça, que foi codificada em brancos e não brancos. Cada um dos gráficos representa as chances preditas de pertencimento a uma das categorias de alocação de tempo, tal como previamente definidas (trabalho e estudo; somente estudo; somente trabalho e nem trabalho nem estudo) para cada grupo de sexo e raça (homens brancos; homens não brancos; mulheres brancas; mulheres não brancas).

Vejam, por exemplo, o gráfico para a população 1. Aqui, tratamos dos jovens de 15 a 19 anos elegíveis à transição de entrada no ensino médio (ou seja, possuem fundamental completo). Para este grupo populacional, o gráfico apresenta as chances de pertencimento a cada categoria de alocação de tempo. Assim, o primeiro conjunto de barras à esquerda indica-nos que as chances preditas de que homens não brancos da população 1 estejam trabalhando e estudando é de aproximadamente 40%; dos homens brancos um pouco menos, de 35%; e decresce para 30% entre mulheres não brancas e um pouco menos (28%) entre mulheres brancas. O segundo conjunto de barras propõe o mesmo olhar, desta vez para a categoria somente estuda: neste caso, a ordenação das chances de pertencimento inverte-se, e as mulheres brancas são as que têm maiores chances de pertencimento, seguidas pelas não brancas, os homens brancos e os não brancos – que são o grupo com menores chances de pertencimento a esta categoria na população entre 15 e 19 anos. Neste caso, trata-se, necessariamente, de jovens que prosseguiram sua trajetória educacional, realizando a transição de entrada no ensino médio. Os outros dois conjuntos de barras mostram as probabilidades preditas de pertencimento às categorias somente trabalho e nem trabalho nem estudo.

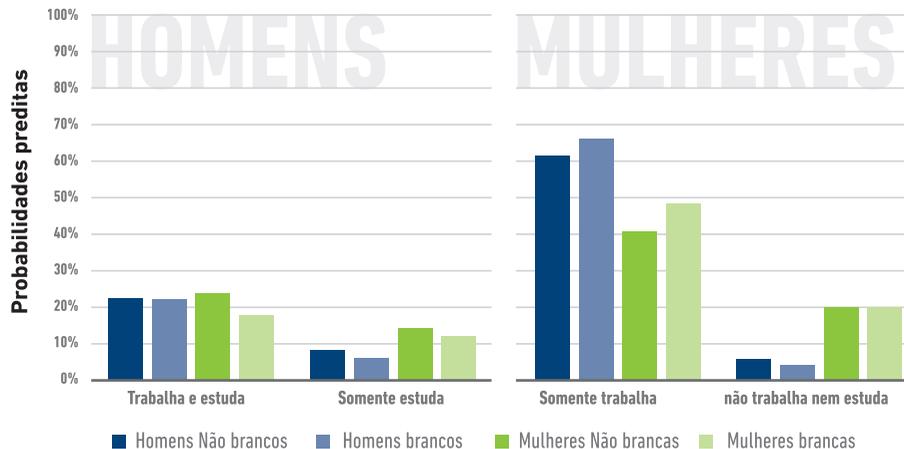
Painel de Gráficos 23

Probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo, por sexo e raça, em cada população de interesse

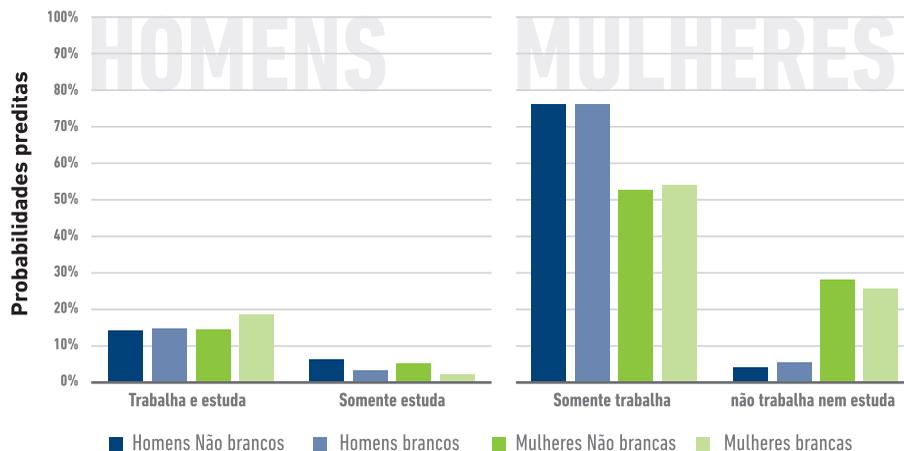




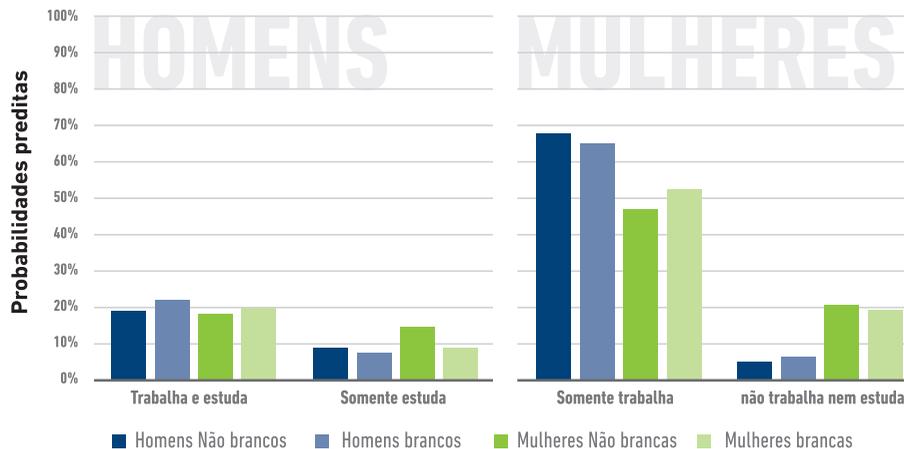
População 2

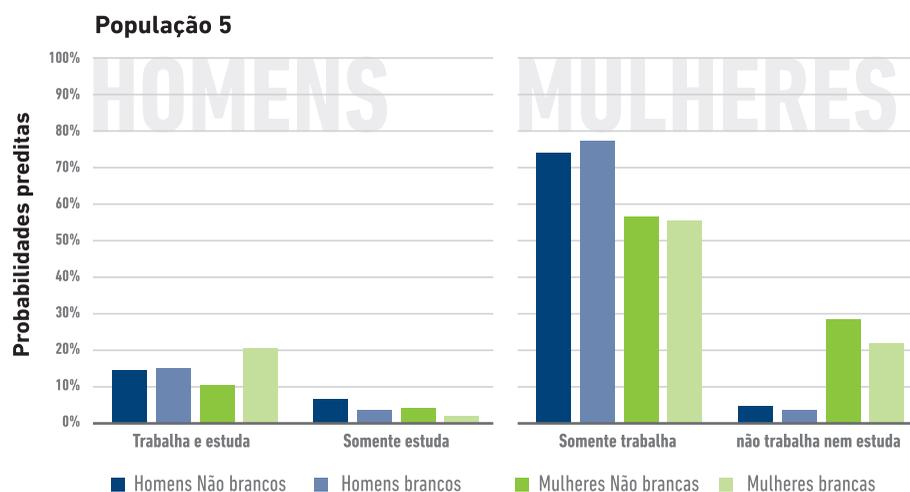


População 3



População 4





Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Os gráficos também nos permitem identificar as categorias de alocação de tempo predominantes dentro das nossas populações de interesse. Não por acaso mantivemos as barras dos segmentos de sexo e raça com a mesma cor. A soma dos percentuais das barras de mesma cor totaliza 100%, o que nos indica, para a população 1, que há uma predominância das categorias “trabalha e estuda” e “somente estuda” na alocação de tempo desses jovens. Ou seja, mesmo na população mais jovem que analisamos – aquela entre 15 e 19 anos, com ensino médio incompleto – é significativa a probabilidade de conjugação entre estudo e trabalho. Vale dizer, mesmo no ponto de nossa análise para o qual esperaríamos chances maiores de ocorrência de trajetórias fundamentalmente educacionais, a conjugação entre estudo e trabalho é comum; mesmo as chances de somente trabalhar são maiores do que as de nem estudar e nem trabalhar. O gráfico para essa população evidencia também como estas probabilidades variam de acordo com o sexo e a raça dos jovens – em geral, com maiores chances de realização da transição de entrada no mercado de trabalho, para homens do que para mulheres, e para não brancos em relação aos brancos.

Os demais gráficos do Painel 23 seguem a mesma lógica de exposição dos resultados, para cada uma das populações de interesse. O seu conjunto permite-nos apresentar uma visão comparativa global das populações em análise e dos seus padrões de alocação de tempo, dado nosso interesse em mostrar evidências sobre a diversidade possível de destinos, vistos os cenários delimitados de parâmetros etários e educacionais que caracterizam cada população analítica destacada.

Tendo em vista essa intenção comparativa, ressalta-se como o padrão de alocação de tempo que a pesquisa evidencia é muito diferente entre a população mais jovem que analisamos – de 15 a 19 anos, com ensino fundamental completo – e as demais populações. Para todas as outras populações, claramente predominam entre os homens – brancos e não brancos – as chances de somente trabalhar. Vejamos, por exemplo, o gráfico para a população 2 que trata dos jovens com 21 a 24 anos, que têm ensino médio incompleto. Para estes, em especial os homens, as chances de somente trabalhar são de mais de 60% – maiores entre brancos do que entre não brancos. Entre as mulheres, esse percentual é maior também entre brancas, mas significativamente mais baixo do que entre os homens (entre 40 e 50%). Tal diferença reflete-se em maiores chances de as mulheres pertencerem



às categorias somente estuda e não trabalha nem estuda. Observa-se também que a chance de trabalhar e estudar de mulheres não brancas é equivalente à dos homens brancos e não brancos. Mas de forma geral, o que gráfico mais evidencia é a diferença nos padrões de alocação de tempo entre a população 1 e a população 2. A população 3 é composta por jovens com o mesmo nível de escolarização daqueles da população 2 (ensino médio incompleto), mas estão um pouco mais à frente do ponto de vista etário (têm entre 25 e 29 anos). Aqui, o que se observa em relação à população 2 é a acentuação da concentração do pertencimento à categoria somente trabalha, que chega a quase 80% de chances entre os homens e ultrapassa os 50% de chances entre as mulheres. Com isso há uma diminuição mais intensa nas chances de homens não trabalharem nem estudarem e também de somente estudarem – entre as mulheres, as chances de pertencimento a estas categorias mantêm potencial de concentração, em especial a categoria não estuda e nem trabalha. As desigualdades raciais são mais acentuadas entre a população 2 (mais jovem), sempre com mais chances de realização da transição de entrada no mercado de trabalho entre não brancos do que entre brancos, conjugando ou não o trabalho com o estudo. Tais desigualdades são menos evidentes na população 3, mais velha, para a qual se destaca a desigualdade racial entre mulheres brancas e não brancas nas chances de pertencimento à categoria não trabalha e nem estuda.

Nossos resultados também sugerem que a conclusão do ensino médio enseja um padrão um pouco diferente de alocação de tempo entre os jovens que analisamos, como nos indicam os resultados observados para as populações 4 e 5. São jovens nas mesmas faixas etárias analisadas nas populações 2 e 3 (21-24 anos e 25-29 anos) mas diferentes em escolarização – possuem ensino médio completo. Neste caso, todas as duas categorias que envolvem o estudo indicam a realização da transição de entrada no ensino superior – conjugada ou não ao trabalho, pois essa é a única possibilidade de continuidade da trajetória educacional: se o jovem tem ensino médio completo e estuda na data de referência da pesquisa, necessariamente ele entrou no ensino superior. Nossos resultados sugerem que essas categorias (trabalha e estuda e somente estuda) concentram em média menos da metade das chances de alocação de tempo para as duas populações de interesse, sendo que tendem a diminuir na população mais velha. O principal destino da alocação de tempo desses jovens é mesmo a inserção no mercado de trabalho, exclusiva. Entre os jovens de 21 a 24 anos, as chances de somente trabalho para homens não brancos são maiores, assim como para as mulheres brancas. Entre a população de 25 a 29 anos, não há diferenças raciais tão pronunciadas nesta categoria. Tais diferenças se expressam em maiores chances de mulheres brancas conjugarem estudo e trabalho, como também de mulheres não brancas de não trabalharem e nem estudarem.

Os resultados evidenciam, assim, como o padrão de distribuição dos jovens nas categorias de alocação de tempo é uma função do pertencimento a grupos de sexo e raça; do mesmo modo, mostram como estas mesmas desigualdades assumem intensidades maiores ou menores dependendo do ciclo de vida experimentado pelos jovens, tanto do ponto de vista de sua evolução etária quanto em termos do acúmulo de realização de transições dentro do sistema educacional. Sexo, raça, idade e escolarização são importantes aspectos que estruturam as oportunidades de realização de transições lineares entre carreira educacional e trabalho.

Desigualdades por origem social

Dependendo da origem social, as chances de pertencer às diferentes categorias de alocação de tempo também variam. É o que nos evidenciam os resultados apresentados no Painel de Gráficos 24.

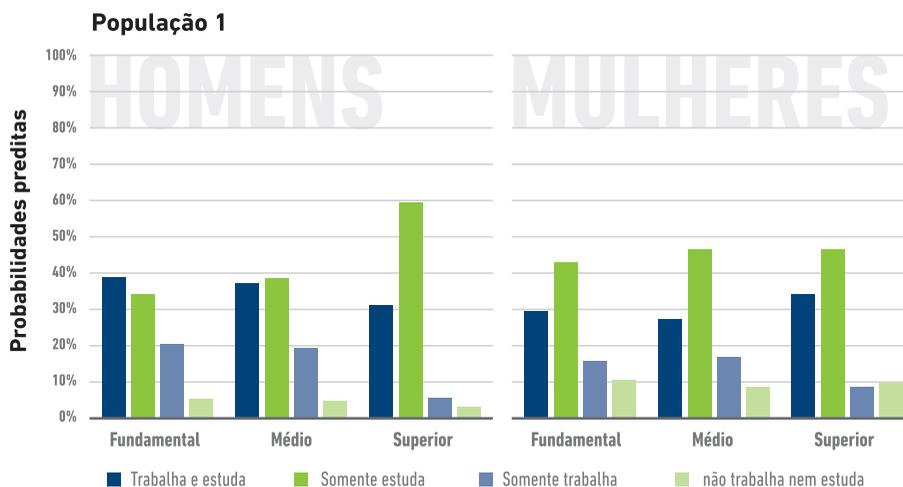


Utilizamos como indicador de origem social o nível de escolarização da família, representado pelo nível de escolarização mais alto entre a escolarização do pai e a da mãe. Aqui optamos por uma estratégia ligeiramente distinta de apresentação dos resultados. Os gráficos continuam a expressar as probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo. No entanto, no caso do Painel 24, os gráficos agregam a análise das probabilidades preditas de acordo com o nível de escolarização familiar. Cada conjunto de quatro barras apresenta a distribuição das chances de alocação entre todas as categorias de alocação de tempo, dentro de um mesmo nível de escolarização familiar. Assim, o conjunto de quatro barras é que soma 100%, com cada categoria de alocação de tempo representada por barras de cores distintas.

O gráfico referente à população 1 (jovens de 15 a 19 anos com ensino fundamental completo), evidencia diferenças bastante claras na alocação de tempo dos homens por origem social. Entre aqueles que têm pais com ensino fundamental completo ou menos, predominam as chances de conjugação entre estudo e trabalho (40%), seguido por somente estudo (34%), somente trabalho (20%) e nem trabalho nem estudo (5%). A distribuição entre os homens oriundos de famílias com escolarização de nível médio tem mais chances de somente estudar, mas ainda grandes chances de trabalhar e estudar. A principal diferença se dá entre estes jovens (de famílias com escolarização até o nível médio) e aqueles oriundos de famílias com escolarização em nível superior: no caso das últimas, as chances de alocação na categoria somente estudo – que sinaliza a realização da transição de entrada no ensino médio – é significativamente mais alta do que nas demais categorias de alocação de tempo, e também do que o observado para jovens em famílias com níveis mais baixos de instrução. Entre as mulheres sempre predominam as chances de somente estudar, independente do nível educacional dos pais, sendo que as chances de somente trabalhar são as que apresentam maiores variações dependendo da origem social.

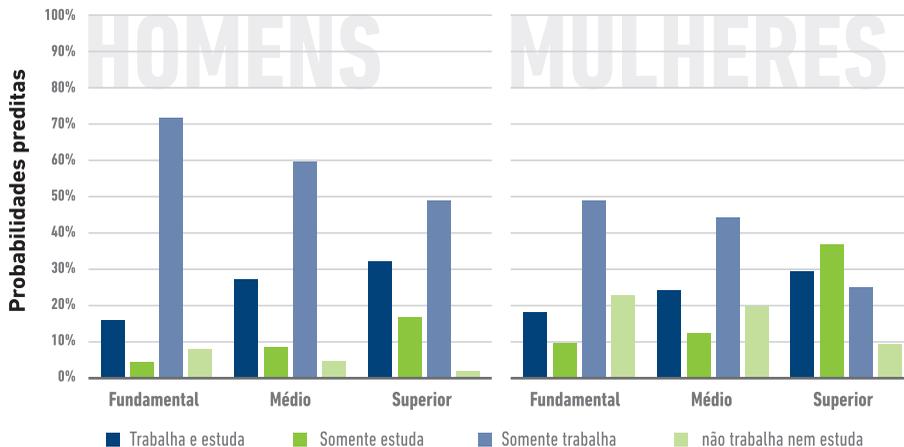
Painel de Gráficos 24

Probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo, por sexo e origem social, em cada população de interesse

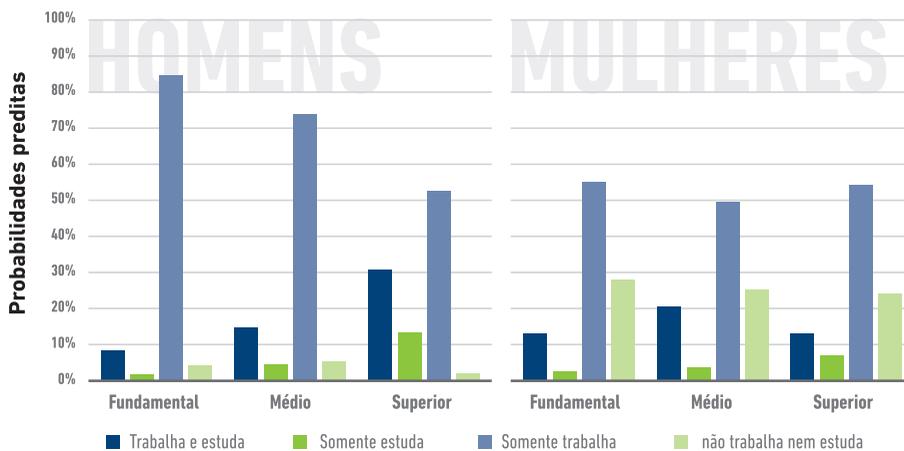




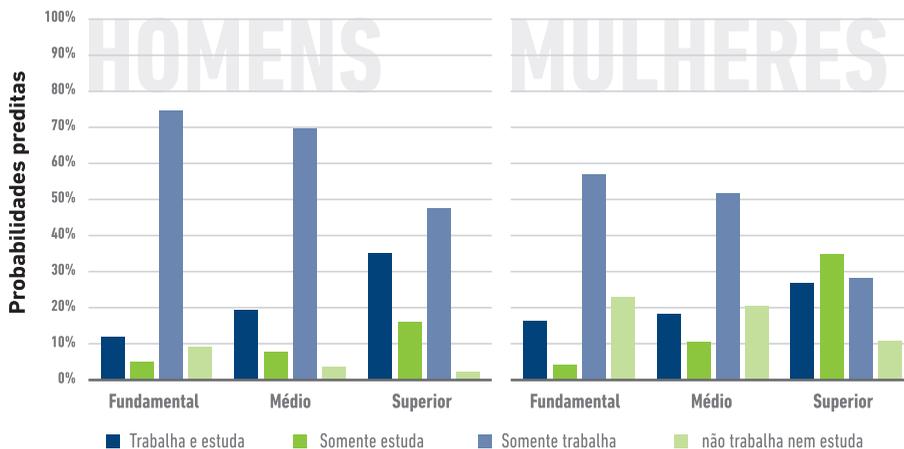
População 2

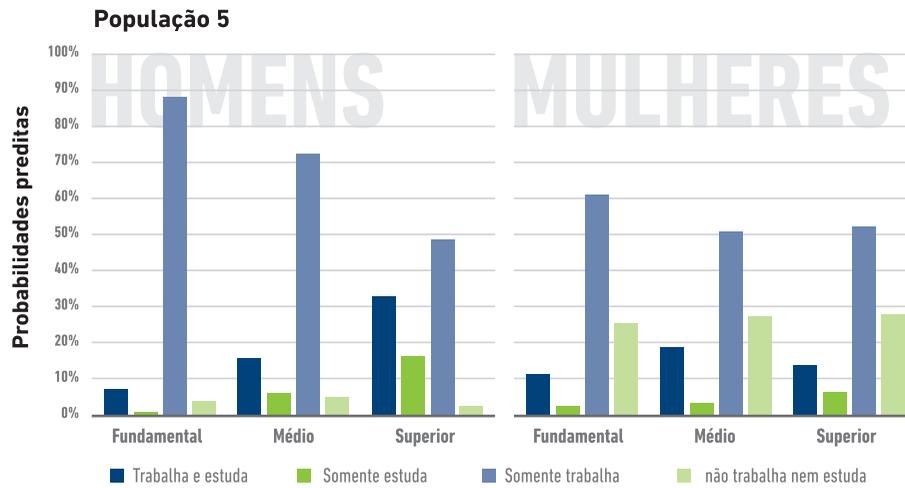


População 3



População 4





Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Comparando as duas populações de jovens com nível médio incompleto, o padrão de alocação de tempo muda. Entre os mais jovens (de 21 a 24 anos), e em especial entre os homens, as chances de somente trabalhar predominam entre todas as categorias de origem familiar, sendo que diminuem à medida que a escolarização da família aumenta. Tal tendência é contrabalanceada pelo crescimento nas chances de: a) estudar e trabalhar; e b) somente estudar, que se ampliam com o aumento do nível de instrução da família. Mas as chances de estudar e trabalhar para essa população são sempre maiores do que as chances de somente estudar, evidência de que o suposto de linearidade na transição da escola para o trabalho não se sustenta já entre jovens de 21 a 24 anos. Por outro lado, a concentração de chances na categoria somente trabalha é menos pronunciada entre mulheres, sendo o principal destino para aquelas que vêm de famílias com nível fundamental ou médio de escolarização. Entre as mulheres oriundas de famílias com alta instrução (nível superior), a alocação de tempo exclusiva nos estudos é o que chama atenção, sendo o destino mais provável, o que as diferencia do padrão observado para os demais grupos de sexo e origem social analisados. A análise dos resultados para a população 3, com o mesmo nível educacional da população 2, embora mais velha (25 a 29 anos), sugere uma concentração ainda mais intensa de chances de alocação na categoria somente trabalho, o que ocorre tanto para homens quanto para mulheres. No caso dos homens, a variação de acordo com o nível de instrução da família mantém a tendência observada para as outras populações de interesse: quanto mais alta a origem social, menores as chances de alocação exclusiva em trabalho, e maiores as de conjugação entre estudo e trabalho. Entre as mulheres, a tendência é um pouco diferente. Para a população 3 começam a aumentar, em geral, as chances de que elas não estudem e nem trabalhem, e as de somente trabalharem são significativamente maiores do que as observadas entre as mulheres mais jovens de mesma escolarização. O interessante é que as chances de alocação nestas duas categorias (somente trabalho e nem estudo nem trabalho) não apresentam variações muito significativas entre origens sociais diferentes. Nossos resultados sugerem que a única categoria de alocação de tempo cujas chances de pertencimento tende a crescer, entre as mulheres da população 3, de acordo com a origem social é a de somente estudo.



Para as populações 4 (21-24) e 5 (25-29), ambas elegíveis à entrada no nível superior, novamente os padrões de alocação entre homens e mulheres são bastante distintos. Entre os homens mais jovens, as chances de somente trabalhar predominam, mas não tanto como observamos para as populações 2 e 3, de nível educacional mais baixo. Esse predomínio diminui à medida que é mais alta a origem social. As chances de conjugação entre estudo e trabalho, que demarcam trajetórias educacionais que alcançam o ensino superior também crescem, entre os homens, de acordo com a origem social. É interessante também notar como as chances de alocação de tempo exclusiva em estudos são menores do que a alocação de tempo entre estudo e trabalho, entre todas as categorias de origem social – o que sugere que é mais comum, para ambas as nossas populações elegíveis à entrada na universidade (4 e 5), que o período da trajetória educacional decorrido no nível superior é mais frequentemente um momento de conjugação entre estudo e trabalho do que um tempo de dedicação exclusiva aos estudos. Mais uma evidência, desta vez para jovens de um nível mais elevado de escolarização, de que são raras as trajetórias de transição linear escola-trabalho, em especial quando analisamos a transição educacional de entrada no ensino superior. Para as mulheres, as chances de somente estudar são sempre maiores do que entre os homens, assim como as chances de somente trabalhar tendem a ser menores. Entre as mais jovens (de 21 a 24 anos), destacam-se as chances de nem estudar e nem trabalhar como um destino bastante frequente entre aquelas oriundas de famílias com escolarização média ou fundamental. Somente entre aquelas com origem em famílias de alta escolarização as chances de somente estudar são maiores do que pertencer a qualquer outra das categorias. Entre as mulheres de 25-29 anos com o mesmo nível de escolarização (ensino médio completo), a tendência à polarização no pertencimento às categorias de alocação de tempo demonstra-se, e os destinos de somente trabalho e nem trabalho nem estudo tornam-se as mais prováveis, sem variações muito pronunciadas dependendo da origem social.

Os resultados sobre a origem social e sua relação com as categorias de alocação de tempo diferem, portanto, entre homens e mulheres: as chances de somente trabalhar entre homens crescem entre populações mais velhas e mais escolarizadas, e diminuem quanto mais alta a escolarização da família. A alocação de tempo das mulheres, por outro lado, responde pouco às variações na origem social: entre populações mais jovens predomina o estudo exclusivo, entre populações mais velhas e mais escolarizadas, cresce a tendência ao trabalho e a nem estudo e nem trabalho, de forma quase independente em relação à origem social.

Desigualdades associadas à experiência da natalidade

Uma dimensão que define de maneira bastante marcante desigualdades nas trajetórias e nos padrões de alocação de tempo entre homens e mulheres é a natalidade – desigualdades que se efetivam não somente entre homens e mulheres mas também entre os jovens que têm e os que não têm filhos. O Painel de Gráficos 25 apresenta os resultados obtidos das chances de pertencimento a categorias de alocação de tempo, distinguindo os jovens de acordo com seu histórico de natalidade, entre aqueles que têm e os que não têm filhos.

O Painel apresenta os resultados para as nossas cinco populações de interesse. Assim como observamos nas análises sobre desigualdades raciais e de origem social, a população 1 – a mais jovem das nossas populações de interesse – composta pelos jovens de 15-19 anos com fundamental completo, apresenta um padrão geral de distribuição das chances de alocação de tempo significativamente diferente das outras populações que analisamos. Somente para esta população a alocação de tempo



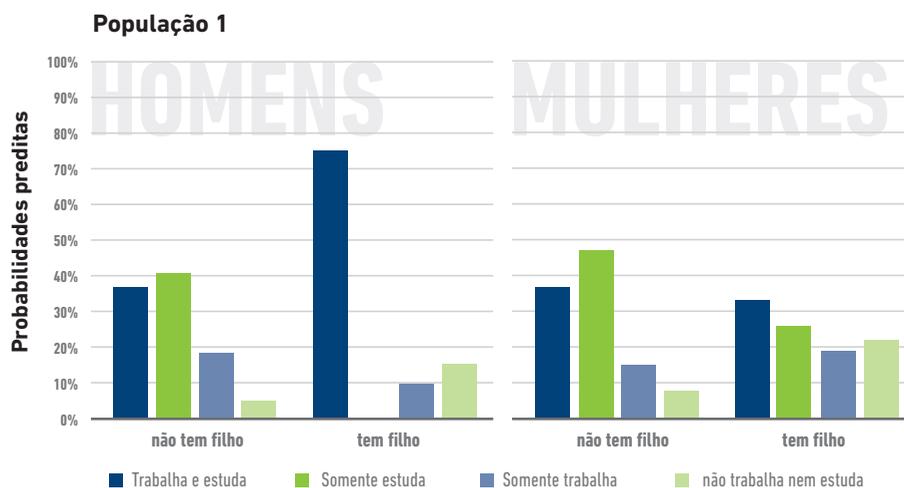
exclusiva em trabalho não é a mais frequente. Para estes jovens, os padrões de alocação de tempo variam muito dependendo se o ele tem ou não tem ao menos um filho. Se entre os homens, aqueles que não possuem filhos têm uma probabilidade bastante alta (mais de 40%) de somente estudar, entre aqueles que já têm ao menos um filho as chances de somente estudar são quase nulas, muito próximas de 0%. Para estes homens, ter um filho aumenta muito as chances de trabalhar e estudar, que passam a ser de mais de 70%.

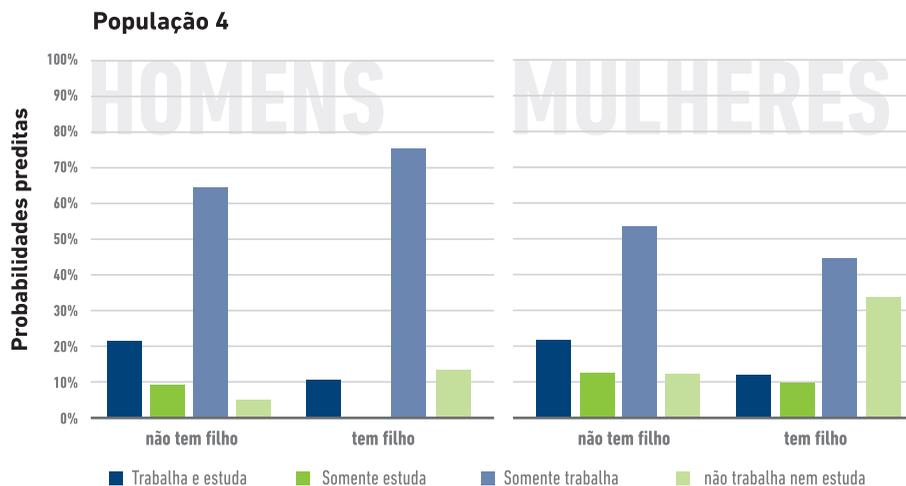
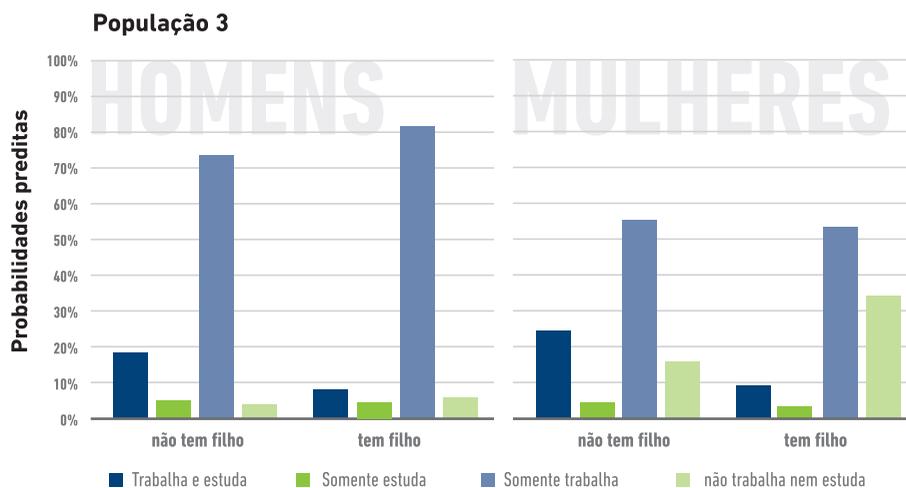
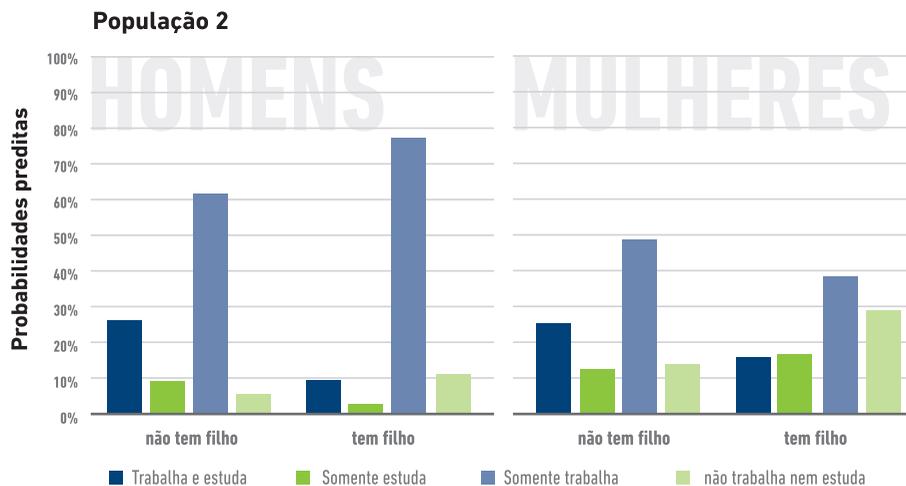
Entre as mulheres, a natalidade também muda bastante o padrão de alocação de tempo, mas, diferente dos homens, não de maneira tão concentrada rumo à conjugação entre estudo e trabalho – a predominância desta categoria de tempo é observável entre aquelas que têm ao menos um filho, ainda assim, com chances bastante próximas de alocação de tempo exclusivamente em estudos. Entre as que não têm filhos, predominam na população 1 aquelas com dedicação exclusiva aos estudos. Mas, se por um lado, a natalidade entre as mulheres diminui as chances de somente estudar e aumenta as chances de estudar e trabalhar, por outro traz também um aumento significativo, entre as mulheres da população 1, das chances de não trabalhar e nem estudar.

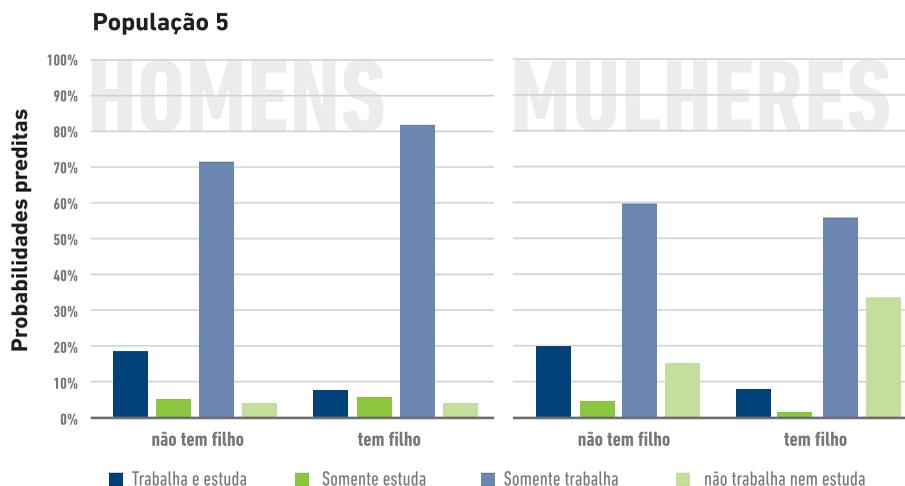
Analisando as populações de interesse 2 e 3, de jovens um pouco mais velhos e elegíveis à transição de conclusão do ensino médio, novamente – como ocorre em outras dimensões analisadas – há uma concentração mais marcante de chances de alocação de tempo na categoria somente trabalha. Isso ocorre entre homens e entre mulheres, com mais intensidade entre os primeiros, e entre os jovens que têm filhos. Em relação às mulheres, acentua-se a tendência à alocação na categoria nem estudo nem trabalho entre aquelas que têm filho. As chances de pertencimento a esta categoria também se acentuam entre a população mais velha (3) em relação à população mais jovem (2). O que os resultados nos sugerem é que para estas populações de mulheres, a natalidade tem um impacto bastante significativo nas chances de interrupção (ou não realização) tanto de transições educacionais quanto de participação no mercado de trabalho.

Painel de Gráficos 25

Probabilidades preditas de pertencimento às categorias de alocação de tempo, por sexo e natalidade, em cada população de interesse







Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição Escola Trabalho. 2013. Processamentos próprios.

Por fim, ao considerarmos na análise os jovens elegíveis à entrada no ensino superior, que constituem nossas populações 4 e 5 observamos que entre os homens, são quase inexistentes as chances de somente estudo entre os mais jovens (entre 21 e 24) que têm filhos. Estes se concentram fundamentalmente nas categorias somente trabalho e trabalho e estudo. Para os mais velhos (de 25 a 29 anos) os achados não são muito distintos: chances significativamente maiores de somente trabalhar e a realização da transição de entrada no ensino superior em geral conjugada com a participação no mercado de trabalho. Isto varia pouco, dependendo de o jovem ter ou não filhos: probabilidade ainda maior de somente trabalhar se tiver ao menos um filho, e probabilidade um pouco maior de estudar e trabalhar se não tiver nenhum filho. De todo modo, a esta altura de seu ciclo de vida (entre os 21 e os 29, elegíveis à entrada no ensino superior), trajetórias de somente estudo têm probabilidades muito pequenas de ocorrência, o que mais uma vez evidencia que uma parcela significativa dos jovens no país não tem trajetórias lineares de transição entre escola e trabalho – como também são significativas as chances de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Para as mulheres na população mais jovem (4), as chances de somente trabalhar são sempre maiores, mas ainda maiores caso a jovem não tenha filhos. Essa tendência acentua-se ainda mais se analisamos a população 5, um pouco mais velha. Uma característica muito marcante no padrão de alocação de tempo das mulheres nestas populações são as pronunciadas chances de pertencerem à categoria não trabalha e nem estuda entre aquelas que têm filhos – muito maiores do que entre as que não têm, o que é mais acentuado ainda entre as jovens em faixa etária mais avançada (25-29 anos).

A análise sobre o indicador de natalidade demonstra como o impacto de ter um filho sobre padrões de alocação de tempo de homens e mulheres é muito distinto, bem como varia também dependendo da faixa etária e do nível de escolarização. Homens com filhos têm significativamente mais chances de somente trabalhar e chances maiores de conjugar trabalho com estudo. A importância destas categorias tende a crescer à medida que a idade avança. Entre as mulheres a natalidade sempre tem efeitos deletérios sobre as transições educacionais, aumentando as chances de que elas somente trabalhem ou nem trabalhem nem estudem. A natalidade constitui, portanto, entre as dimensões que analisamos aqui, uma variável muito relevante de discriminação de trajetórias e possibilidades de transição (no sistema educacional e rumo ao mercado de trabalho) entre homens e mulheres.



7

Considerações finais

Tudo o investimento analítico que aqui apresentamos teve como fito a documentação de uma ideia principal, qual seja, a de que há um enlace entre diferentes transições (laborais, demográficas e educacionais), do qual resultam trajetórias complexas, não lineares, que marcam o curso da passagem à vida adulta dos jovens brasileiros.

Iniciamos observando a situação de cada um dos jovens entrevistados, ao longo do tempo, no que respeita a um leque de alternativas com respeito à sua relação com o mercado de trabalho. Eles foram agrupados em três grandes classes de idade, que denominamos adolescentes, jovens e jovens adultos. Como seria de esperar, à medida que a idade transcorre, as situações típicas do engajamento mercantil foram ganhando proeminência; são elas, o assalariamento (com ou sem contrato escrito) e o desemprego (expresso na procura ativa de trabalho). A inatividade, em contrapartida, recuava fortemente. Mas, observe-se que ela permanecia (mesmo entre os “jovens adultos”) como uma situação quase tão importante quanto o desemprego, como a sugerir que mover-se, para uma parcela não desprezível da amostra, em cada momento do tempo, pode importar em circular tanto entre situações ao interior do mercado de trabalho, como dele retirar-se de modo recorrente. Assim, e como foi possível encontrar já desde esse primeiro passo na organização das informações empíricas, as formas de transição mostravam-se plurais, heterogêneas e precisavam, portanto, ser capturadas com mais precisão e em toda a sua riqueza.

Por isso mesmo, e para melhor tipificar os percursos, empreendemos uma análise fatorial e de *clusters*, de modo a encontrar tipos de trajetória e identificar os perfis de quem os perfazia. Identificamos seis classes de padrões de percurso. Ao longo da apresentação das mesmas, novamente evidenciou-se que a progressão da idade destacava-se como a variável capaz de estabelecer as primeiras grandes diferenças entre as classes. Com efeito, à maior idade correspondia, no geral, um tempo mais recuado de ingresso no primeiro trabalho, à exceção de apenas um dos grupos de jovens adultos. Mas, outras variáveis – como, por exemplo, sexo e condição racial – associavam-se aos tipos de trajetória. A fim de explorar tais associações, procedemos uma análise estatística mais sistemática, de maneira a associar padrões de percurso a perfis de jovens que os perfazem. Mostramos, então, como o pertencimento às diversas categorias de trajetórias estava condicionado, e de formas diferentes, a dimensões que indicavam os atributos individuais dos jovens tanto quanto a sua posição no ciclo de vida, a sua inserção laboral e as características de seu domicílio de origem. Todos



esses revelaram-se fatores capazes de modelar a distribuição dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos entre as diversas classes de trajetórias.

Não por outra razão assumimos nesse texto que as transições laborais não acontecem em um vácuo, mas sim paralelamente a uma série de outras transformações. Por isso mesmo, buscamos verificar em seguida como o material empírico reunido na pesquisa OIT/TET nos permitiria associar transições laborais a eventos demográficos e educacionais.

No que concerne à dimensão demográfica, é exígua a informação relativa à parentalidade no nosso banco de dados; sabemos apenas a data do nascimento do primeiro filho. Existe uma gama de estudos que demonstram empiricamente como o nascimento do primeiro filho altera as transições de trabalho (e educacionais) dos pais. Efetivamente, neste momento do nascimento do primeiro filho, surgem diferenças importantes por sexo nas transições de trabalho das mães e pais jovens (GOLDIN; KATZ 2008; GOLDIN, 2006). Além de truncarem a carreira educacional, uma grande proporção de mães, principalmente as mais jovens, tendem a sair do mercado de trabalho e a procurar ocupações que oferecem maior flexibilidade, independente da remuneração e da satisfação obtidas (GOLDIN; KATZ, 2011). Existem também diferenças no rendimento entre as mães que saem do mercado de trabalho e retornam, e as mulheres sem filhos—aquelas que não saem do mercado de trabalho não sofrem de um diferencial salarial quando comparadas às mulheres sem filhos. Entretanto, as mães que saem do mercado de trabalho quando do nascimento dos filhos para retornarem mais tarde são penalizadas quanto ao seu rendimento (WALDVOGEL, 1999).

Embora outros marcadores de maternidade sejam também determinantes relevantes das transições laborais dos jovens (e também dos salários), como por exemplo o espaçamento entre os filhos e as idades de todos os filhos, no questionário da TET dispomos apenas da data de nascimento do primeiro filho (e, portanto, sua idade). Esse marcador, obviamente, determina a idade em que mulheres e homens tornam-se mães e pais, demarcando uma mudança importante no curso de vida dos jovens.

Outro marcador demográfico importante no processo de autonomização de status refere-se ao momento de formação de união marital (nupcialidade) e constituição de domicílio próprio. Temos limites de informação com respeito a ambas as características. As variáveis relativas a nupcialidade oferecidas no banco de dados TET são “idade em que se casou ou passou a morar junto com parceiro pela primeira vez” e “situação conjugal atual”. A união marital afeta de maneira diferente homens e mulheres. Enquanto a união marital leva a um prêmio salarial e laboral entre os homens, o resultado entre as mulheres é o oposto (MADALOZZO, 2008). Além disso, o tipo de união marital também faz diferença nas trajetórias e resultados laborais. Por exemplo, foi identificado no Brasil um diferencial salarial entre mulheres por tipo de união, favorecendo aquelas em uniões informais (MADALOZZO, 2008).

Já no que respeita ao padrão de distribuição observado na alocação de tempo entre estudo e trabalho, tratados na última seção deste texto, a nossa análise permite-nos concluir que há importantes aspectos que desigualam as trajetórias dos jovens brasileiros. O achado mais forte em favor deste argumento é a representatividade, no ciclo de vida dos jovens no país, da conjugação entre escola e trabalho. Isso ocorre em todas as populações que selecionamos para analisar, incluindo a mais jovem delas, composta por indivíduos com idade de 15 a 19 anos e ensino fundamental completo. O que nossos resultados demonstram é que, mesmo para jovens em uma faixa etária tão baixa, para os quais esperaríamos um padrão muito concentrado de casos exclusivamente em atividades



de estudo, o que temos é uma chance significativa de conjugação entre estudo e trabalho, o que questiona qualquer entendimento linear sobre a transição entre carreira educacional e participação no mercado de trabalho.

Nas populações em faixas etárias e de escolarização mais avançadas, as chances de conjugação entre estudo e trabalho só tendem a crescer, e as chances próprias de pertencimento a esta categoria de alocação de tempo são desigualmente distribuídas por sexo, origem social, raça e natalidade. Ou seja, os eventos educacionais e referentes à participação no mercado de trabalho no ciclo de vida dos jovens brasileiros não só não podem assumir como regra de referência trajetórias lineares – nas quais a conclusão da escolarização vem antes da entrada no mercado de trabalho – como a ordenação própria dessas transições no ciclo de vida dos jovens se efetiva operando a partir de mecanismos de seletividade de várias ordens, algumas das quais buscamos evidenciar e documentar nesse trabalho.

Por fim, buscamos evidenciar como tais mecanismos de seletividade (social, racial, etc.) articulam-se diretamente às faixas etárias – a idade importa muito na definição dos destinos da população que analisamos em termos dos padrões de alocação de tempo que lhe são típicos – e às condições de escolarização. Buscamos trazer evidências sobre como alguns marcos etários e educacionais são decisivos, dependendo de características plenas em significado social, na forma que a transição entre o mundo da escola e o mundo do trabalho efetiva-se nos ciclos de vida dos jovens. Há uma pluralidade e diversidade notáveis, que marcam as trajetórias e destinos possíveis.

Acreditamos que as informações da pesquisa que aqui analisamos nos permitiram ressaltar as especificidades brasileiras dos efeitos do mercado de trabalho, da estruturação e da acessibilidade aos diversos níveis educacionais e dos padrões de mudança na condição domiciliar e nos eventos de natureza demográfica sobre padrões de trajetórias rumo à vida adulta.

O objetivo perseguido foi o de avançar no entendimento sobre a linearidade / sobreposição (a temporalidade e a ordenação) nos padrões de ocorrência de transições e a articulação que caracteriza os importantes marcos de transição para a vida adulta – em especial a participação no mercado de trabalho, a inclusão no sistema escolar, a nupcialidade e a m/parentalidade. Vimos como dele derivam padrões de trajetórias (e transições) no ciclo de vida dos jovens e jovens adultos brasileiros que as fazem socialmente segmentadas de acordo com mecanismos específicos à nossa realidade. Entendemos que o presente texto, com seus achados, pode vir também a contribuir para o avanço no debate internacional sobre as transições rumo à vida adulta através de uma ótica que ressalta tais especificidades.





Referências

- Allison, P. (1984) *Event History Analysis*. Sage Foundation, Beverly Hills, California: Sage Publications.
- Alves de Brito, M. M. (2014). *A dependência na origem. Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. (2008). O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis.
- Assini-Meytin, L. C.; Greene, K. M. J. (2015). *Adolesc. Health*, v. 56, n. 5, p. 529-35.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. (2005). Brazilian fertility regimes: profiles of women below and above replacement levels. Apresentado na International Conference da International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP). Tours, França, jul. 2005.
- Boudon, R. (1974). *Education, Opportunity, and Social Inequality: Changing Prospects in Western Society*. New York: Wiley.
- BRANSON, N.; ARDINGTON, C.; LEIBBRADNT, M. (2011). *Health outcomes for children born to teen mothers in Cape Town, South Africa*, Southern Africa Labour and Development Research Unit, University of Cape Town (SALDRU Working Papers, 55).
- BREEN, R.; Jonsson, J. O. (2000). Analyzing Educational Careers. A Multinomial Transition Model. *American Sociological Review*, v. 65, n. 5.
- Brooks-Gunn, J.; Furstenberg, F. F. Jr. (1986). The children of adolescent mothers: Physical, academic and psychological outcomes. *Developmental Review*, n. 6, p. 224-251.
- BUVINIC, M. (1998). The costs of adolescent childbearing: evidence from Chile, Barbados, Guatemala, and Mexico. *Stud Fam Plann*, v. 29, n. 2, p. 201-9.
- CABRAL, C.S. (2005). Gravidez na adolescência: negociações na família. In: HEILBORN, M.L.; DUARTE, L.F.D.; PEIXOTO, C.E.; LINS DE BARROS, M. (Org.). *Família, sexualidade e ethos religioso*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Chiavegatto Filho; Kawachi, I. (2015). Income inequality is associated with adolescent fertility in Brazil: a longitudinal multilevel analysis of 5,565 municipalities. *BMC Public Health*, v. 15, p. 103.
- Comin, A.; Barbosa, R. (2011). Trabalhar para estudar. Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 91, p. 75-95.
- Dias, A, B.; Aquino, E, M. L. (2006). Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 22, n. 7, p. 1447-1458.



DiPrete, T. A.; Gang, M. (2004). Assessing bias in the estimation of causal effects: Rosenbaum bounds on matching estimators and instrumental variables estimation with imperfect instruments. *Discussion Papers*, Research Unit: Labor Market Policy and Employment from Social Science Research Center Berlin (WZB).

Elder, G. (1985). *Life Course Dynamics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Gautié, J. (2003) Transitions et trajectoires sur le marché du travail » *Quatre Pages du CEE*, n. 59, septembre.

GERONIMUS, A.T.; KORENMAN, S. (1993). Maternal youth or family background? On the health disadvantages of infants with teenage mothers. *American Journal of Epidemiology*, n. 1372, p. 213-25.

GERONIMUS, A.T.; KORENMAN, S.; M.M. HILLEMEIER, M. M. (1994). Does Young Maternal Age Adversely Affect Child Development? Evidence from Cousin Comparisons in the United States. *Population and Development Review*, n. 203, p. 585-609.

GOLDIN, C. (2006). The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. *American Economic Review*, v. 96, n. 2, p. 1-21.

Guimarães, N. A. (2013). Trajetórias juvenis. Um novo nicho frente à expansão de oportunidades ocupacionais? In: Junior Macambira et al. (Org.) *Trabalho e formação profissional. Juventudes em transição*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Banco do Nordeste, p. 57-72.

_____. (2006). Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: Camarano, A. A. (Ed.) *Transições para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: Ipea, cap. 6, p. 171-198.

GUIMARÃES, N. A.; MELO, F. (2009). Quem recorre às instituições do mercado para encontrar trabalho. In: GUIMARÃES, N. A. *À procura de trabalho. Instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvtn.

Guimarães, N. A.; Alves de Brito, M. M. (2008). Genre, race et trajectoires: une comparaison São Paulo-Paris. In: Maruani, M. et al. (Org.) *Travail et Genre: Régards croisés. France- Europe-Amérique Latine*. Paris: La Découverte, p. 46-61 (Colléction *Recherches*).

Guimarães, N. A.; Alves de Brito; M. M.; Silva, P. H. (2011). Os mecanismos de acesso (desigual) ao trabalho. São Paulo numa perspectiva comparada. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Org.) *São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política*. São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da Metrópole, p. 179-204.

GUIMARÃES, N. A.; CONSONI, F.L; BICEV, J.T. (2013). Os intermediários no mercado de trabalho. Qual o lugar do Brasil frente a recentes tendências internacionais?, São Paulo, julho, 34p. (Comunicação apresentada ao VII Congresso Latino-americano de Estudos do Trabalho, GT-06 "Subcontratação e organização de trabalhadores precários")

GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L.; ALVES DE BRITO, M. M.; SILVA, P. H. (2014). As transições de jovens no mercado de trabalho. Um calendário de eventos. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, dez., 24p. (Texto para discussão na Oficina Técnica sobre Pesquisas Recentes a respeito da Transição entre Escola e Trabalho).

GUIMARÃES, N.A.; VIEIRA, P. P. F. (2015). Labour flexibility in an already flexible market: Temporary agency work in Brazil. In: FU, H. (ed.) *Temporary agency work and globalisation. Beyond flexibility and inequality*. Farnham: Gower, cap. 8, p. 175-204.

GUPTA, A. (2000). Gender, sexuality, and HIV/AIDS: the what, the why, and the how.

Can HIV AIDS Policy Law Rev., v. 5, n. 4, p. 86-93.

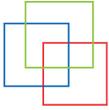
GUPTA, N.; LEITE, I. da C. (1999). Adolescent Fertility Behavior: Trends and Determinants in Northeastern Brazil. *International Family Planning Perspectives*, n. 253, p. 125-30.



- Hasenbalg, C. (2003). A transição da escola ao mercado de trabalho. In: Silva, N. do V.; Hasenbalg, C. (Org.) *Origens e destinos. Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Top Books, cap. V, p. 147-72.
- HELBORN, M. L., CABRAL, C. (2006). Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea.
- Hofferth, S. L. (1987). Risking the future: adolescent sexuality, pregnancy, and childbearing, Volume II: *Working Papers and Statistical Appendices*. National Research Council (US) Panel on Adolescent Pregnancy and Childbearing; Hofferth SL, Hayes CD, editors. Washington (DC): National Academies Press (US).
- Hoffman, S. D.; Foster, E. M.; Furstenberg, F. F. Jr. (1993). Reevaluating the costs of teenage childbearing. *Demography*, v. 30, n. 1, p. 1-13.
- Hotz, V. J.; McElroy, S. W.; Sanders, S. G. (2005). Teenage childbearing and its life cycle consequences: exploiting a natural experiment. *Journal of Human Resources*, v. 40, n. 3, p. 683-715.
- Hotz, V. J.; Mullin, C. H.; Sanders, S. G. (1997). Bounding causal effects using data from a contaminated natural experiment: analysing the effects of teenage childbearing. *Review of Economic Studies*, v. 64, n. 4, p. 575-603.
- KANE, J. B., MORGAN, S. P.; HARRIS, K. M.; GUILKEY, D. K. (2013). The educational consequences of teen childbearing. *Demography*, n. 506, p. 2129-150.
- LEE, D. (2010). The early socioeconomic effects of teenage childbearing: A propensity score matching approach. *Demographic Research*, n. 2325, p. 697-736.
- LEVINE, J. A.; EMERY, C. R.; POLLACK, H. (2007). The Well-Being of Children Born to Teen Mothers. *Journal of Marriage and Family*, v. 69, n. 1, p. 105-122.
- Lloyd et al. (2005). Sex differences in performance attributions, self-efficacy, and achievement in mathematics: if i'm so smart, why don't i know it? *Canadian Journal of Education / Revue canadienne de l'éducation*, v. 28, n. 3, p. 384-408.
- Lucas, S. (2001). Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, p. 1642-90.
- Madalozzo, R. C.; Martins, S. R.; Shiratori, L. (2008). Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: Homens e mulheres têm condições iguais? *Technical report*, IBMEC.
- Mare, R. (1981). Change and Stability in Educational Stratification. *American Sociological Review*, v. 46, n. 1, p. 72-87.
- _____. (1980). Social Background and School Continuation Decisions. *Journal of the American Statistical Association*, v. 75, n. 370, 295-305.
- MARTELETO, L. J.; DONDERO, M. (2013). Maternal age at first birth and adolescent education in Brazil. *Demographic Research*, n. 28, p. 793-820.
- Marteleto, L. J.; Souza, L. (2013). The Implications of Family Size for Adolescents' Education and Work in Brazil: Gender and Birth Order Differences. *Social Forces*, v. 92, n. 1, p. 275-302.
- Marteleto, L.; Carvalhaes, F.; Hubert, C. (2012). Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 29, n. 2.
- Milesi, C. (2010). Do all roads lead to Rome? Effect of educational trajectories on educational transitions. *Research in Social Stratification and Mobility*, n. 28



- PAIVA, P. T. A. (1984). A conceituação e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos Brasileiros. In: ABEP. *Censos, consensos, contra-sensos*. Ouro Preto: Abep, p. 19-66.
- POWELL, B.; STEELMAN, L. C.; CARINI, R. M. (2006). Advancing Age, Advantaged Youth: Parental Age and the Transmission of Resources to Children. *Social Forces*, v. 84, n. 3.
- Ranchhod, V.; Lam, D.; Leibbrandt, M.; Marteleto, L. (2011). *Estimating the effect of adolescent fertility on educational attainment in Cape Town using a propensity score weighted regression*. University of Cape Town . (SALDRU Working Papers from Southern Africa Labour and Development Research Unit, n. 59).
- RIBEIRO, C. A. C. (2011). Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, v. 54, n. 1.
- ROKSA, J.; VELEZ, M. (2010). When studying schooling is not enough: Incorporating employment in models of educational transitions. *Research on Social Stratification and Mobility*, n. 28, p. 5-21.
- ROSENBAUM, P. (2002). *Observational Studies*. Business & Economics. New York: Springer Science & Business Media.
- SHAVIT, Y.; MÜLLER, W. (Ed.). (1998). *From School to Work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations*. Oxford: Clarendon Press.
- SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H-P. (Ed.). (1993). *Persistent Inequalities: a comparative study of educational attainment in thirteen countries*. Boulder Colorado: Westview Press.
- Sigle-Rushton, W.; McLanahan, S. (2004). Children and the second demographic transition. *Demography*, v. 41, n. 4, p. 607-627.
- SILVA, N. V. (1985). Updating the cost of not being white in Brazil. In: FONTAINE, P.-M. (ed.). *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: University of California, ch 4, p. 42-55
- SILVA, N. V.; HASENBALG, C. (Org.) (2003). *Origens e destinos*. Desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Top Books.
- TELLES, E. (2004). *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- TORCHE, F.; RIBEIRO, C. A.C. (2010). Pathways of change in social mobility: industrialization, education and growth fluidity in Brazil. *Research on Social Stratification and Mobility*, n. 28, p. 291-307.
- UPCHURCH, D. M.; LILLARD, L. A.; ANESHENSEL, C. S.; FANG LI, N. (2002). Inconsistencies in reporting the occurrence and timing of first intercourse among adolescents. *Journal of Sex Research*, n. 393, p. 197-206.
- VENTURI, G.; TORINI, D. (2014). *Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil*. Genebra: OIT. (Work4Youth Series).
- XAVIER SOBRINHO, G. G. F. (2008). *Mercado de trabalho e região: a articulação de duas problemáticas na perspectiva de um estudo de caso*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- WALDVOGEL, B. C. (1999). Vidas roubadas no exercício do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 126-36.



JUSTIÇA SOCIAL
TRABALHO DECENTE